UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARCOS FELIPE MARTINS DE SANT' ANNA

Propriedades sintáticas e semânticas das construções de tópico-sujeito no português brasileiro

CAMPINAS

2020

MARCOS FELIPE MARTINS DE SANT' ANNA

Propriedades sintáticas e semânticas das construções de tópico-sujeito no português brasileiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Marcos Felipe Martins de Sant' Anna e orientada pela Profa. Dra.Charlotte Marie Chambelland Galves.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sa59p

Sant'Anna, Marcos Felipe Martins de, 1992-
Propriedades sintáticas e semânticas das construções de tópico-sujeito no português brasileiro / Marcos Felipe Martins de Sant Anna. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Charlotte Marie Chambelland Galves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Brasil - Sintaxe. 2. Sujeito (Gramática). 3. Língua portuguesa - Semântica. 4. Língua portuguesa - Lexicologia. I. Galves, Charlotte, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Syntatic and semantic properties of subject topic sentences in brazilian portuguese
Palavras-chave em inglês:
Portuguese language - Brazil - Syntax
Subject (Grammar)
Portuguese language - Semantics
Portuguese language - Lexicology
Área de concentração: Linguística
Titulação: Mestre em Linguística
Banca examinadora:
Charlotte Marie Chambelland Galves [Orientador]
Márcia Maria Cançado Lima
Juanito Ornelas de Avelar
Data de defesa: 27-11-2020
Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-6828-202X
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6549833475250429

BANCA EXAMINADORA:

Charlotte Marie Chambelland Galves

Juanito Ornelas de Avelar

Márcia Maria Cançado Lima

IEL/UNICAMP
2020

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

À Professora Charlotte, pela atuação profissional, cuidadosa e humana - um exemplo de pesquisadora e orientadora.

À Professora Márcia Cançado e ao Professor Juanito Avelar, pelas correções e sugestões feitas na Qualificação e na Defesa.

À Professora Marina Augusto, por ter me apresentado novas possibilidades.

A todos os trabalhadores da UNICAMP. Agradeço aqui especialmente aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IEL, pelo trabalho feito sempre com muita competência e empatia.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional.

À minha companheira Luiza, por todo amor, carinho, parceria e paciência.

Aos amigos que fiz durante esse percurso: Alba, Bruno, Camille, Giulia, Marina, Rafael e Yuri. Obrigado pelas risadas, discussões, desabafos e experiências vividas.

Aos amigos do Rio, que, mesmo distantes, estiveram presentes de alguma forma.

Ao Igor eu não agradeço, pois a maior prova de amor é a falta de respeito.

À música e ao futebol, por terem sido minhas válvulas de escape em momentos difíceis.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa (processo nº 130422/2018-5).

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de estudo o fenômeno conhecido como tópico-sujeito, um dos fenômenos que diferencia o português brasileiro (PB) do português europeu (PE). Seu objetivo principal é compreender de maneira mais detalhada a relação entre a sintaxe dos dados referentes a esse conceito e as propriedades semânticas dos verbos do PB, tendo em vista que tal fenômeno não ocorre com quaisquer tipos de verbo. Em um primeiro momento, tomando como base pressupostos da Gramática Gerativa, é apresentada uma revisão de alguns trabalhos que lidam com esse fenômeno, desde os anos 1980, quando o termo surgiu na literatura, até os mais atuais, que discutem detalhes sintáticos e semânticos do fenômeno. Essa revisão tem como objetivo delinear com mais precisão as fronteiras desse conceito, a fim de deixar mais claro a que dados empíricos ele se refere e quais são as suas características distintivas. Nesse percurso, é sugerida uma definição para o fenômeno, que guiará a discussão subsequente. A partir do estabelecimento de uma noção mais clara sobre o objeto – que passa também pela sua diferenciação de outros fenômenos da língua, especificamente os de topicalização marcada –, apresentamos algumas análises sintáticas que tentam explicar a existência desses dados no PB e a sua inexistência em outras línguas românicas, notadamente o PE. Assim, com uma visão mais bem definida sobre o conceito e suas características sintáticas, nos debruçamos sobre as propriedades semânticas dos verbos da língua, a fim de identificar quais delas estão relacionadas às possibilidades sintáticas verificadas nos dados empíricos. Essa discussão, por sua vez, é pautada na Semântica Lexical, vertente que proporciona análises e metalinguagens úteis para uma compreensão mais detalhada da composição semântica dos verbos de uma língua. Utilizamos, ainda, como base de dados e modelo de descrição e classificação dos itens verbais do PB, a plataforma online VerboWeb, organizada pelo NuPeS (Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical da UFMG), que apresenta mais de 1400 verbos do PB descritos e organizados em classes com base em características sintáticas e semânticas. A reflexão sobre a relação entre sintaxe e semântica nas sentenças de tópico-sujeito mostrou que algumas imposições para a boa formação desses dados estão ligadas a propriedades dos verbos, como, por exemplo, a ausência da projeção do argumento externo, o que se relaciona com propriedades semânticas dos verbos, já que essa ausência é dificultada ou limitada por aspectos ligados ao sentido denotado por alguns itens verbais. Por fim, essa discussão permite, ainda, refletir sobre os conceitos de *gramaticalidade* e *aceitabilidade,* tendo em vista que, de acordo com nossas análises, a má formação de algumas sentenças não

está ligada a impedimentos de ordem sintática, mas sim semânticas, o que se relaciona a esses dois conceitos. Em suma, a presente dissertação lança luz sobre o conceito tópico-sujeito, corrente na literatura sobre a sintaxe do PB, e promove reflexões sobre a relação entre propriedades semânticas dos itens lexicais e as possibilidades sintáticas da língua.

Palavras-chave: tópico-sujeito; sintaxe; semântica lexical

ABSTRACT

This work aims to study the phenomenon known as subject topic, which is one of the features distinguishing Brazilian Portuguese (BP) from European Portuguese (EP). Our main goal is to understand in more detail the relation between the syntax of subject topic data and the semantic properties of BP verbs, bearing in mind that this phenomenon does not occur with verbs of any type. First, we review a number of works within Generative Grammar dealing with the phenomenon, beginning in the 1980s, when the term "subject topic" first appears in the literature, to more recent debates on its syntactic and semantic details. The objective was to more precisely outline the boundaries of the concept of subject topic, defining to which empirical data it refers and which are its distinctive characteristics. We then suggest a definition of the phenomenon which will guide the subsequent discussion. In the course of establishing a clearer definition of our object, we set it apart from other phenomena in the language, in particular marked topicalization. From this definition, we present syntactic analyses in an attempt to explain how such data can exist in BP while not existing in other Romance languages, most notably EP. Next, now having a more well-defined picture of the subject topic and its syntactic characteristics, we elaborate on the semantic properties of BP verbs, identifying which are related to the syntactic possibilities observed in the empirical data. This discussion is guided by Lexical Semantics, a field whose analysis and metalanguage are useful in more carefully understanding verbal semantic composition. We also resort to VerboWeb, an online platform organized by NuPeS (the Lexical Semantics research group at the Federal University of Minas Gerais), as a database and model for describing and classifying the BP verbal items. This platform features over 1,400 BP verbs, described and classified according to their syntactic and semantic characteristics. Our considerations on the relation between syntax and semantics in subject topic sentences have demonstrated that certain well-formedness constraints in the data are tied to verbal properties. One example is the absence of the external argument projection, which is related to verbal semantic properties, since this absence is made difficult or even limited by aspects of the sense denoted by some verbal items. Finally, this discussion allows us to ponder on the concepts of grammatically and acceptability. According to our analyses, some sentences are badly formed not due to syntactic constraints, but rather due to semantic ones. We then related these observations to those two concepts of well-formedness. In short, this work sheds

some light on the concept of subject topic found in the literature on BP syntax and promotes considerations on the relation between semantic properties of lexical items and the syntactic possibilities of language.

Key-words: topic-subject; syntax; lexical semantics

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 Delimitando o objeto 19
1.1. A origem do termo 20
1.2 Galves (1987; 1998) 25
1.3 Constituintes descontínuos: Lobato (2006) e Lunguinho (2006) 28
1.4 Diferenças entre tópico-sujeito genitivo e locativo: Munhoz (2011) 30
1.4.1 O tópico-sujeito genitivo 31
1.4.1.1 Problemas dessa caracterização 33
1.4.2 O tópico-sujeito locativo 37
1.4.3 O tópico-sujeito benefactivo 38
1.5 Sentenças de tópico-sujeito absolutas 41
1.5.1 Sentenças de tópico-sujeito absolutas x alternância causativo-incoativa 41
1.5.2 Sentenças absolutas no PB: Negrão & Viotti (2010) 45
1.6 Definindo o objeto 48

CAPÍTULO 2 Tópico-sujeito: tópico ou sujeito? 52
2.1 O tópico-sujeito analisado como tópico marcado 53
2.2 O estatuto de sujeito do tópico-sujeito 57
2.2.1 A concordância verbal e outros comportamentos de sujeito 57
2.2.2 A posição do tópico-sujeito e a natureza do movimento 60
2.3 Considerações finais do capítulo 64

CAPÍTULO 3 A sintaxe do tópico-sujeito 66
3.1 Fenômenos relacionados ao tópico-sujeito encontrados em outras línguas ... 66
3.1.1 Posse externa 66
3.1.2 Inversão locativa 69
3.2 O tópico-sujeito e a sintaxe do Português Brasileiro 70
3.2.1 O tópico-sujeito e a posição de sujeito no Português Brasileiro 71
3.2.1.1 Orientação para o tópico e a sintaxe de concordância do PB: Galves (1998) . . . 71
3.2.1.2 A posição de sujeito no PB e no PE: Costa & Galves (2001) 75
3.2.2 A concordância no PB 78
3.2.2.1 Avelar & Galves (2011) 79

3.2.2.2 Munhoz & Naves (2012) 80
3.2.2.3 Toniette (2013) 81
3.2.3 Resumo parcial do capítulo 83
3.3 Derivando sentenças de tópico-sujeito 83
3.3.1 Munhoz & Naves (2012) 84
3.3.2 Andrade & Galves (2014) 85
3.4 A sintaxe das sentenças absolutas no PB 93
3.5 Considerações finais do capítulo 94

CAPÍTULO 4 Restrições semânticas para a formação de sentenças de tópico-sujeito 96
4.1 Os verbos nas sentenças de tópico-sujeito 98
4.2 A plataforma VerboWeb e a Semântica Lexical 100
4.2.1 As classes do VerboWeb e as sentenças de tópico-sujeito 108
4.3 Propriedades semânticas relevantes para a boa formação de sentenças de tópico-sujeito 111
4.3.1 A ausência do argumento externo 112
4.3.2 A interpretação parte-todo 116
4.4 Concluindo 120
4.5 Uma última discussão: os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade em sentenças de tópico-sujeito 121

CAPÍTULO 5 Conclusões e considerações finais 127

Referências Bibliográficas 131

0. INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, algumas construções encontradas no Português Brasileiro (PB) passaram a chamar a atenção dos linguistas. Apontadas pioneiramente por Eunice Pontes nos anos 1980[1], receberam a alcunha de *tópico-sujeito* e, por não serem atestadas no Português Europeu (PE), passaram a fazer parte de uma ampla discussão sobre as características distintivas entre as duas línguas. Apresentamos abaixo algumas das frases citadas pela autora para exemplificar esse fenômeno:

(0.1) a. O meu carro furou o pneu.
b. Esse rádio estragou o ponteiro.
c. Essa casa bate bastante sol.

(PONTES, 1987, p. 31; 35)

Em uma definição inicial, são sentenças cujo sujeito não é a causa nem o agente do evento, mas recebe uma interpretação locativa ou é o todo do qual o sintagma pós-verbal é parte[2]. O que chama a atenção nessas frases é que o sintagma pré-verbal, mesmo não sendo o elemento selecionado pelo verbo como sujeito, se comporta como tal, estabelecendo concordância verbal.

A partir dos trabalhos de Pontes, que lidavam com a interface sintaxe-discurso, diversos autores ligados à Teoria Gerativa passaram a discutir esse fenômeno, uma vez que ele dá pistas sobre diferenças sintáticas entre o PB e o PE e outras línguas românicas. Assim, o termo *tópico-sujeito* passou a circular em artigos, dissertações, teses e livros, ganhando, dessa forma, uma certa importância conceitual.

Sob o viés teórico gerativista, que abraça a noção de movimento de constituintes sintáticos, as frases apresentadas acima podem ser relacionadas às abaixo:

(0.2) a. Furou o pneu do meu carro.

---

1 Pontes foi a primeira a sistematizar essa discussão e a rotular esse tipo de fenômeno como “tópico-sujeito”, embora Mattoso Câmara Jr (1975), ao analisar algumas redações de alunos do Rio de Janeiro, tenha apontado alguns exemplos parecidos, como “Nas duas margens crescem relva abundante”, em que o verbo concorda com o elemento locativo, de modo que o autor já fala em uma interpretação de sujeito para o elemento à esquerda do verbo, mesmo que ele não seja o sujeito gramatical da sentença.

2 Há outros tipos de relações possíveis entre os sintagmas pré e pós verbais, como a benefactiva, apontada por Pilati, Naves & Lima-Sales (2017) (“O meu time faltou sorte no segundo tempo”). Locativo e genitivo são os tipos mais comuns, que mais frequentemente representam o fenômeno em trabalhos sobre o tema e que, por isso, serão os tipos a receberem maior atenção nesta dissertação.

b. O ponteiro do rádio estragou.

c. Bate bastante sol nessa casa.

Nesse contexto, diversos trabalhos vêm buscando compreender como as construções de tópico-sujeito são licenciadas pelo PB e não pelo PE.

No entanto, a despeito de sua presença frequente na literatura recente sobre a gramática do PB, o que se percebe é que o termo tópico-sujeito ainda carece de uma formalização mais consistente e precisa, o que pode levar a diferentes concepções sobre esse fenômeno e a dúvidas sobre o alcance de tal conceito. Em outras palavras, falta clareza em relação a que conjunto de dados empíricos ele se refere.

A propósito de ilustração do problema, relacionamos abaixo algumas sentenças, coletadas de diferentes estudos, que receberam a alcunha de tópico-sujeito ou foram a ela relacionadas:

(0.3) a. A Sarinha tá nascendo dente. (PONTES, 1987, p. 31)

b. Minhas gavetas não cabem mais nada. (DECAT, 1983, p. 21)

c. A revista tá xerocando. (GALVES, 1987, o. 41)

d. Essas florestas chovem muito. (KATO, 2015, p. 12)

e. Esses sapatos doem meu pé. (TONIETTE, 2013, p.1)

f. O Amazonas é impressionante o número de frutas.

(BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009, p. 160)

A ausência de limites conceituais claros se revela pelo fato de que a maioria dos dados acima recebe o rótulo de tópico-sujeito por alguns autores mas não por outros. Dos exemplos apresentados, apenas (0.3a) e (0.3b) são consideradas sentenças de tópico-sujeito de forma unânime. Citando alguns trabalhos de maior destaque sobre o tema, verifica-se que, por exemplo, Munhoz (2011) considera tópico-sujeito apenas sentenças do tipo (0.3a) e (0.3b), ou seja, sentenças que se realizam sob a forma DP V D, nas quais o sintagma pré-verbal tem relação genitiva ou locativa com o sintagma pós-verbal. Por sua vez, Galves (1987) chama a atenção para dados como (0.3c), que parecem fazer parte do mesmo fenômeno, em uma perspectiva que coloca como questão fundamental o preenchimento da posição de sujeito e o sistema de concordância no PB. Sentenças com verbos meteorológicos, como (0.3d), não são muito discutidas, sendo, inclusive, excluídas da análise de Munhoz (2011); porém, elas surgem em trabalhos como os de Kato (2015) e Costa, Augusto & Rodrigues (2014).

Em relação a ocorrências como as em (0.3e), consideramos que tais exemplos fazem parte do fenômeno do preenchimento inovador da posição de sujeito no PB, uma vez que esse tipo de concordância também pode ser explicada a partir da ideia de que a posição de sujeito em PB, sob o ponto de vista sintático, apresenta propriedades distintas em contraste ao PE, o que permitira o alçamento desse tipo de sintagma. No entanto, não consideraremos dados como esse para a caracterização do conceito de tópico-sujeito, pois reconhecemos que eles apresentam algumas particularidades, como a relação causal entre os sintagmas. Assim, apesar de ser mais uma possível evidência de especificidades no preenchimento da posição de sujeito no PB, uma discussão mais pormenorizada desses exemplos não encontra espaço neste presente trabalho.

Por fim, frases como (0.3f) não são comumente utilizadas como exemplos típicos de sentenças de tópico-sujeito, a despeito de aparecem em alguns estudos que lidam com esse fenômeno, como em Berlinck, Duarte & Oliveira (2009). Argumentaremos contra a inclusão de tais dados nesse rótulo, pois não fica evidente a concordância verbal com o sintagma à esquerda nesse caso (*O Amazonas e o Pará são impressionantes o número de frutas). Dessa forma, não se verifica uma das principais características do fenômeno tópico-sujeito.

Para nós, portanto, o termo tópico-sujeito engloba sentenças dos tipos (0.3a), (0.3b), (0.3c), (0.3d), que serão analisadas como dados de um mesmo – e amplo – fenômeno do PB, que diz respeito a possibilidades de preenchimento da posição de sujeito em sentenças não-causativas.

Outro apontamento importante, que diz respeito à definição desse fenômeno como um elemento diferenciador do PB em comparação com o PE, é que, na língua europeia, são verificadas frases como as abaixo[3]:

(0.4) a. João queimou a mão. (PB: OK / PE: OK)
b. O cavalo quebrou a pata. (PB: OK / PE: OK)
c. João rasgou o casaco. (PB: OK / PE: OK)

Esses exemplos se encaixam, a princípio, na descrição de *tópico*-sujeito feita até o momento: sentenças em que o sujeito estabelece uma relação genitiva com o sintagma

3 Estas dados, assim como muitos outros que aparecem nesta dissertação, permitem interpretar o sujeito como o agente ou a causa do evento. Não é esta a leitura pretendida por nós. O que está em jogo é a possibilidade de o sujeito ser entendido como um elemento afetado (ou locativo ou benefactivo), e não o desencadeador do evento. Portanto, as afirmações e reflexões sobre os dados referem-se à leitura em que o sujeito não é agente nem causa do evento.

pós-verbal, sem ser interpretado como agente ou causa do evento e com o estabelecimento de concordância verbal. Esse tipo de dado não será tratado aqui como tópico-sujeito, pois parece envolver uma questão mais ampla chamada *posse externa*, um tipo de configuração sintática que permite a interpretação de uma relação genitiva (ou dativa) entre dois elementos descontínuos. Essa relação, geralmente, é permitida em contextos com seres animados e que envolvam partes do corpo ou utensílios como roupas.

O fenômeno do tópico-sujeito, no entanto, pode ocorrer com elementos inanimados e em contextos que não envolvem partes do corpo, como nos exemplos já mencionados e em outros, como os abaixo:

(0.5) a. A mesa quebrou o pé. (PB: OK / PE: *)
b. O celular acabou a bateria. (PB: OK / PE: *)

Em um momento oportuno deste trabalho, retomaremos a questão da posse externa e outros fenômenos sintáticos encontrados em diversas línguas que parecem ter algum tipo de relação com o tópico-sujeito, embora este último apresente características singulares, ao menos em relação ao PE e outras línguas românicas.

Ainda sobre as diferentes compreensões desse fenômeno, chama a atenção o fato de que, não obstante o comportamento do sintagma tópico-sujeito ser equivalente ao de um sujeito, muitos autores caracterizam esse tipo de construção como uma estratégia de topicalização marcada. Trabalhos como os de Berlinck, Duarte & Olveira (2009), Araújo (2006) e Melo (2015), por exemplo, equiparam conceitualmente as construções de tópico-sujeito a outros tipos de sentença de tópico marcado encontrados no PB (anacoluto, deslocamento à esquerda, topicalização e antitópico[4]). Consideramos essencial discutir o lugar das construções de tópicos-sujeito diante dessa classificação, pois há diferenças evidentes entre elas e as estratégias de topicalização marcada mencionadas.

Assim, fica claro que, apesar de décadas de debates, ainda há uma carência de uma melhor caracterização desse termo, principalmente quando se percebe a sua crescente presença em trabalhos acadêmicos recentes sobre a gramática do PB. Torna-se, portanto, essencial caracterizar de maneira mais clara esse conceito e descrever de forma mais detalhada algumas de suas propriedades. Com vistas a tais objetivos, esta

4 Esses são os tipos de sentença de topicalização marcada segundo Berlinck, Duarte & Oliveira (2009), aos quais as autoras acrescentam as de tópico-sujeito.

dissertação se debruçará sobre um dos aspectos mais marcantes dessas sentenças: as restrições léxico-semânticas a elas impostas.

Como já apontado na literatura, construções de tópico-sujeito não podem ocorrer com qualquer verbo. Há restrições lexicais que impedem a ocorrência desse tipo de sentença a certo grupo de verbos. Como exemplificação desse fato, temos os dados abaixo - é importante ter em mente que a interpretação que se busca é aquela em que o sujeito da oração não é o agente ou causador do evento, mas sim parte do elemento afetado:

(0.6) a. O carro sujou o interior[5].
b. *O carro socou a porta.
c. A minha casa reformou.
d. *A minha casa apedrejou.
e. Essas escolas cabem muita gente.
f. *Essas escolas trabalham muita gente capacitada.

A partir desses exemplos, fica evidente que a possibilidade de alçamento de um elemento não-causativo que faça parte do constituinte afetado à posição de sujeito no PB é limitada pelas propriedades dos verbos presentes na sentença. Esses dados apontam para restrições no nível lexical – ou seja, há propriedades léxico-semânticas que interferem no licenciamento das construções de tópico-sujeito. Se tomarmos como base a ideia, ligada à Semântica Lexical, de que “se alguns verbos se comportam sintaticamente da mesma maneira ou, mais propriamente, compartilham uma propriedade sintática, então são suspeitos de carregar alguma propriedade semântica em comum” (CANÇADO & AMARAL, 2016, p. 28), podemos suspeitar que há restrições semânticas ligadas à gramaticalidade das sentenças de tópico-sujeito. Assumimos, dessa forma, como base teórica deste trabalho, os pressupostos da Gramática Gerativa, em sua versão minimalista (CHOMSKY, 1995), em interseção com a Semântica Lexical, seguindo a linha de estudos de Levin & Rappaport Hovav (2005) e Cançado & Amaral (2016).

Esta dissertação, portanto, trabalhará com a ideia de que a natureza da posição de sujeito do PB, singular em relação ao PE e a outras línguas românicas, associada a propriedades léxico-semânticas de certos verbos, permite as construções de tópico-sujeito. Tentaremos reforçar, a partir de outros trabalhos, que esse fenômeno está ligado

5 Dado encontrado na página: <http://enxergabrasil.blogspot.com/2014/04/>. Acesso em julho de 2020.

especificamente a propriedades particulares da posição de especificador de T no PB e à ausência de um argumento externo na derivação, o que permite o alçamento de um elemento para aquela posição. Com essa possibilidade sintática, a interpretação semântica decorre de propriedades do verbo em questão, o que leva à pergunta central: que propriedades semânticas dos verbos estão relacionadas à possibilidade da ausência do argumento externo, de modo que essa ausência não represente uma má formação de sentenças – e, consequentemente, permita a boa formação de construções de tópico-sujeito?

Aprimorar a descrição do fenômeno do tópico-sujeito é, portanto, um caminho tanto para compreender melhor as propriedades sintáticas da posição de sujeito do PB, quanto para fomentar a aproximação entre a sintaxe e a semântica.

Tendo em vista esses objetivos, o texto seguirá o seguinte percurso:

No primeiro capítulo, apresentaremos o objeto de estudo. Lançaremos mão de alguns importantes trabalhos já produzidos sobre o tema, confrontando as definições e os exemplos propostos por eles, a fim de chegar a uma conceituação mais clara do objeto em questão, que dê conta daquilo que julgamos serem os pontos centrais desse fenômeno.

No capítulo seguinte, daremos continuidade à caracterização do fenômeno, desenvolvendo com mais detalhes a distinção formal entre as sentenças de tópico-sujeito e as de tópico marcado.

O terceiro capítulo apresentará algumas propostas sintáticas de análise desse tipo de sentença. Esse capítulo será guiado pela ideia de que há apenas dois aspectos sintáticos de fato relevantes para a boa formação desse tipo de sentença: a natureza da posição de sujeito no PB e a ausência do argumento externo do verbo. Essa revisão permitirá construir uma base sólida para estabelecer a discussão acerca dos aspectos léxico-semânticos dos verbos envolvidos nesse fenômeno, a ser feita no quarto capítulo.

Capítulo esse que, por sua vez, será dedicado à caracterização semântica dos verbos que licenciam as construções de tópico-sujeito. Para tanto, lançaremos mão dos pressupostos da Semântica Lexical (LEVIN & RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO et al, 2013; CANÇADO & AMARAL, 2016) e da base de dados online VerboWeb, organizada pela professora Márcia Cançado, em parceria com as pesquisadoras Luana Amaral e Letícia Meirelles. Seguindo algumas classificações por elas propostas, cruzaremos dados de sentenças de tópico-sujeito a fim de demonstrar como certas propriedades lexicais dos verbos estão relacionadas ao fenômeno do tópico-sujeito. Por fim, apontamos para uma

discussão sobre os conceitos de aceitabilidade e gramaticalidade, de modo a refletir sobre o status de inaceitabilidade de algumas construções de tópico-sujeito que, a despeito de não necessariamente violarem restrições sintáticas do sistema gramatical do PB, não são aceitas pelos falantes.

O quinto e último capítulo faz um apanhado dos pontos mais importantes discutidos ao longo do texto, resumindo nossas reflexões e conclusões.

Uma última palavra se faz necessária na introdução: o fenômeno aqui estudado é composto por estruturas periféricas na língua, isto é, sentenças que são produzidas e aceitas pelos falantes mas não são altamente abundantes. Verificadas majoritariamente na língua falada em contextos de alta informalidade, as construções de tópico-sujeito não são facilmente encontradas na modalidade escrita. Assim, embora muitos trabalhos lidem com sentenças mais “comuns”, como “Meu carro furou o pneu” e “Meu filho tá nascendo dente”, facilmente encontradas em pesquisas na internet, o presente trabalho discute algumas sentenças com uma frequência mais baixa e que se distanciam muito da modalidade escrita. Dessa maneira, ainda que alguns dados tenham sido encontrados em pesquisas na internet, outros foram coletados a partir de conversas com outros falantes adultos do PB ou mesmo construídas com base na intuição de falante nativo do PB do responsável por esta pesquisa. Além disso, discutimos, de maneira assistemática e informal, tais dados com colegas e os apresentamos a outros falantes de PB, a fim de assegurar que eles são aceitáveis nesta língua.

CAPÍTULO 1
Delimitando o objeto

Desde os anos 1980, muitas pesquisas vêm lidando com sentenças relacionadas ao termo *tópico-sujeito*. Pontes (1981, 1987), Galves (1987) e Decat (1983) foram algumas das primeiras autoras a discutirem esse tipo de construção e a lançarem mão desse termo, coletando e apresentando alguns dados de exemplificação, como os abaixo:

(1.1) a. Esse rádio estragou o ponteiro. (PONTES, 1987, p. 31)
b. Essa casa bate bastante sol. (PONTES, 1987, p. 34)
c. Minhas gavetas não cabem mais nada. (DECAT, 1983, p. 21)
d. As revistas estão xerocando. (GALVES, 1987, p. 42)

A partir desses trabalhos, o termo tópico-sujeito passou a ser utilizado formalmente em outras pesquisas, adquirindo certo status de conceito teórico, e frases como as acima passaram a ser objeto de estudo de diversos pesquisadores. Porém, como observado na introdução, ao compararmos diferentes trabalhos que lidam com esse termo e/ou com sentenças comumente a ele associadas, não se percebe com clareza uma delimitação do conjunto de dados recobertos por esse conceito.

O capítulo que se inicia tem como objetivo recuperar algumas das definições e exemplos dos mais importantes estudos feitos sobre o tema, a fim de, ao organizá-los e confrontá-los, ser possível apresentar uma delimitação mais robusta do objeto de estudo *tópico-sujeito* – isto é, definir com clareza o que, para nós, significa esse termo e a que fenômeno específico ele se refere.

O percurso adotado no capítulo é o seguinte: começamos com os pioneiros trabalhos de Pontes (1987), em que o termo é cunhado e os primeiros exemplos são apresentados. A seguir, recuperamos as definições, caracterizações e alguns exemplos encontrados em outros trabalhos, como os de Galves (1987), Galves (1998), Costa & Galves (2001), Lobato (2006), Lunguinho (2006), Munhoz (2011) e Negrão & Viotti (2010).

Por fim, apresentaremos uma proposta prévia de definição do objeto, que guiará a discussão subsequente desta dissertação – proposta essa que será reavaliada e aprimorada no final do trabalho.

Neste primeiro momento, o objetivo é discutir apenas as definições e o conjunto de dados relacionados ao termo *tópico-sujeito*. Nos capítulos seguintes, retomaremos alguns desses trabalhos, com o foco voltado para suas propriedades gramaticais.

1.1 A origem do termo: Eunice Pontes (1987)

Foi nos anos 1980, mais especificamente com os trabalhos de Eunice Pontes (1981; 1986; 1987), que o termo tópico-sujeito foi cunhado. É essencial compreender o contexto teórico em que esse termo nasceu, considerando a influência direta que esses trabalhos exerceram – e ainda exercem – nas discussões que a eles se seguiram.

O primeiro ponto a se considerar quando analisamos as reflexões de Eunice Pontes sobre o fenômeno do tópico-sujeito é o fato de que a autora se inseria em uma linha teórica preocupada com a interface entre sintaxe e discurso, de modo que seu foco estava no nível do discurso, e seu objeto de estudo naquele momento eram as construções com um sintagma topicalizado, frequentemente encontradas no PB.

Essa alta frequência, de acordo com a autora, coloca em xeque a ideia de que o PB é uma língua cujos enunciados são organizados em uma estrutura de sujeito-predicado, e sugere uma estrutura do tipo tópico-comentário. Essa discussão está ancorada na tipologia proposta por Li & Thompson (1976), que dividia as línguas em quatro tipos:

> (a) línguas com proeminência de sujeito, cujas sentenças são estruturadas em sujeito-predicado;
> (b) línguas com proeminência de tópico, cuja estrutura mais comum é a de tópico-comentário;
> (c) línguas com proeminência de sujeito e tópico, em que há ocorrência dos dois tipos de enunciado;
> (d) línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, em que não há distinção entre os dois.

Representantes de cada tipo seriam, respectivamente, as línguas indo-europeias, o chinês, o japonês e o tagalog. Segundo Pontes (1987), o PB seria o que Li e Thompson chamariam de língua com proeminência de tópico e de sujeito, em que ocorrem significativamente os dois tipos de estrutura.

A argumentação da autora se baseia em uma grande quantidade de dados por ela coletados, muito diversos entre si, mas tratados sob a mesma ótica. Alguns exemplos apresentados são:

(1.2) a. Os livros, eles estão em cima da mesa.
b. Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira.
c. Meus óculos, você apanhou a capa?
d. Essa casa bate bastante sol.
e. Esse rádio estragou o ponteiro.

O que une todas essas frases é a ideia de que o sintagma mais à esquerda em cada uma delas não é propriamente o sujeito da oração, se encararmos o sujeito como um constituinte selecionado pela grade argumental do verbo. Porém, há diferenças importantes entre elas: em (1.2a) “os livros” é um sintagma retomado por “eles”, ambos funcionando como sujeito; em (1.2b) a função sintática exercida pelo sintagma “essa bolsa aí” não é muito clara; em (1.2c), por sua vez, “meus óculos” é interpretado como adjunto adnominal de “capa”, mesmo sem nenhum elemento de retomada explícito; em (1.2d) e (1.2e), o que chama a atenção é a possibilidade de concordância entre o sintagma topicalizado e o verbo da oração (serão justamente essas sentenças que receberão o rótulo de *tópico-sujeito* pela autora, como veremos mais à frente).

Apesar dessas diferenças, todas essas sentenças são tratadas pela autora sob a mesma perspectiva: elas seriam estratégias discursivas de topicalização. O grande número de dados encontrados por ela na língua falada não monitorada leva a comparações com outras línguas tipicamente reconhecidas como línguas de tópico, como o mandarim:

(1.3) Nei-xie shùmu shù-shén dà
Aquelas árvores os troncos grandes
“Aquelas árvores (top.), os troncos são grandes.”

(1.4) a. Essa bolsa as coisas somem aqui dentro.
b. Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira.

A autora, citando Chafe, Li & Thompson, explica que o tópico estabelece um quadro referencial para o que se diz a seguir, que seria o comentário. Como se observa nos exemplos em (1.4), o comentário se realiza como uma sentença sintaticamente completa, com sujeito e predicado (“as coisas somem aqui dentro” e “eu podia te roubar a carteira”). A relação entre o tópico e o comentário é, portanto, essencialmente semântica.

Pontes (1987), então, assume o que dizem Li & Thompson acerca das propriedades do tópico em línguas como o chinês, em contraste com as características típicas de um sujeito:

(a) o tópico é preferencialmente definido, o sujeito não necessariamente;
(b) o tópico não apresenta forçosamente relações selecionais com o verbo;
(c) o tópico não é determinado pelo verbo, o sujeito sim;
(d) o tópico sempre apresenta um papel funcional na sentença: o tópico está ligado ao discurso, enquanto o sujeito nem sempre tem algum papel funcional, sendo, inclusive, potencialmente vazio de sentido em muitas línguas;
(e) o tópico, diferentemente do sujeito, não estabelece relação de concordância com o verbo;
(f) o tópico necessariamente aparece em posição inicial, o que não é verdadeiro para o sujeito;
(g) o sujeito desempenha papéis sintáticos em processos como a reflexivização e a passivização, enquanto o tópico não.

Seguindo os mesmos autores, Pontes aponta também algumas das principais características das línguas de proeminência de tópico, argumentando que elas podem ser atestadas no PB:

(a’) construções passivas ou não existem ou são raras;
(b’) ausência de sujeitos expletivos, como o *it* e o *il*;
(c’) ocorrência de construções de duplo sujeito (cf (1.5a));
(d’) a correferência é controlada pelo tópico, não pelo sujeito (cf. (1.5b));
(e’) qualquer elemento da sentença pode ser tópico (cf. (1.5c));
(f’) sentenças de tópico não são derivações de sentenças básicas – elas mesmas são as sentenças básicas da língua.

(1.5) a. Os livros, eles estão em cima da mesa.
b. Meus óculos, você apanhou a capa?
c. Os seus exemplos eu não acredito mais não.

Os exemplos acima de fato parecem se conformar às características apontadas para os tópicos. Porém, há algumas sentenças que, a despeito de serem tratadas como construções topicalizadas pela autora, desafiam esse conjunto de propriedades. Para tratar delas, Pontes reserva uma seção intitulada “Frases SVO ou Tópico-Comentário?”, o que evidencia o caráter distinto desse tipo de construção, exemplificado abaixo com alguns dados do próprio trabalho:

(1.6) a. O meu carro furou o pneu.
b. A Sarinha tá nascendo dente.
c. Essa casa bate bastante sol.
d. Esse carro cabe 60l de gasolina.
e. O jasmim amarelou as pontas.
f. Essa janela não venta muito.

A principal especificidade desse grupo de enunciados em comparação aos em (1.5) é a possibilidade de concordância entre o sintagma supostamente topicalizado e o verbo – o que iria contra a afirmação, em (e), de que o tópico não estabelece concordância com o verbo.

(1.6’) a. Os carros furaram o pneu.
b. A Sarinha e o João tão nascendo dente.
c. Essas casas batem bastante sol.
d. Esses carros cabem 60l de gasolina.
e. Os jasmins amarelaram as pontas.
f. Essas janelas não ventam muito.

O que Pontes afirma em relação a essas frases é que elas apresentam o sujeito (ou o que seria o sujeito na ordem direta) posposto, e “como o tópico está na posição inicial da oração, ele se confunde com um sujeito e a ordem da frase dá a aparência perfeita de uma ordem SVO, em que em “Essa casa bate sol”, por exemplo, o sujeito seria

“essa casa”, o verbo “bate” e “sol” seria objeto” (PONTES, 1987, p. 35). É nesse momento que ela lança mão do termo *tópico-sujeito*:

> [Essas frases] estariam no meio, entre as frases de tópico do tipo duplo sujeito e as frases do tipo sujeito-predicado. Há nelas uma mistura de tópico com sujeito, predicado com comentário. Como o tópico está na posição de sujeito, que é a primeira da oração, e o “sujeito” está na posição do objeto (depois do verbo), confunde-se essa frase com as de estrutura SVO, e a concordância passa-se a se fazer com o tópico-sujeito. (PONTES, 1987, p. 35)

Para confirmar seu raciocínio, a autora mostra que, sem o tópico, a concordância pode acontecer entre o verbo e o sintagma posposto:

(1.7) a. Cabem 60l de gasolina nesse tanque.
b. Nasceram os dentes da Sarinha.
c. Amarelaram as pontas do jasmim.

É possível, a partir dessas observações, inferir uma definição de Pontes para o que ela considera construções de tópico-sujeito: sentenças nas quais à direita do verbo está o sujeito gramatical, posposto, e à esquerda um sintagma nominal que serve discursivamente como tópico do enunciado, de maneira que a concordância verbal se estabelece com o sintagma à esquerda.

Delineia-se, portanto, uma primeira definição do objeto de estudo. Com essas reflexões como ponto de partida, alguns estudiosos ligados à Sintaxe Gerativa começaram a empreender estudos sobre esse fenômeno, a fim de melhor descrevê-lo e, partindo dele, refletir sobre as singularidades da gramática do PB. Essa discussão levou a apontamentos acerca de algumas propriedades desse fenômeno, que servirão para que uma melhor caracterização seja elaborada.

Na seção seguinte, apresentaremos outras definições e exemplos de sentenças, presentes em trabalhos que se sustentam na Sintaxe Gerativa. O objetivo nesse momento ainda não é discutir pormenorizadamente as análises propostas, o que será feito no capítulo 2; por ora, nossa preocupação é discutir algumas das delimitações conceituais desse fenômeno, a fim chegar a uma noção mais consistente sobre ele.

1.2 Galves (1987; 1998)

Outro trabalho que, ainda nos anos 80, se debruçou sobre a questão do PB ser uma língua orientada para o tópico foi o de Galves (1987). Nele, a autora propõe que haveria um conjunto de fenômenos sintáticos no PB, ligados a essa caracterização, que o diferenciaria do PE e das outras línguas românicas.

Entre esses fenômenos estaria a possibilidade de sentenças como as abaixo:

(1.8) a. As revistas estão xerocando.
b. A linha dele tinha parado de fabricar.
c. Aquela verba que liberou agora…

(GALVES, 1987, p. 41-2)

A autora equipara as sentenças acima às apresentadas por Pontes (1987) como exemplos de construções de tópico-sujeito, como “A Belina cabe muita gente”, e afirma que nelas ocorre “a reanálise do tópico como sujeito […] onde não há nenhum índice fonológico – pausa – ou sintático – ausência de concordância que possa distinguir os sintagmas nominais pré-verbais de um sujeito” (GALVES, 1987, p. 42).

O que mais nos interessa aqui é o fato de que, com esses dados, Galves (1987) amplia o escopo do fenômeno – e, por consequência, do termo: ele não recobre mais apenas construções linearizadas na forma DP V DP, como “O carro furou o pneu” e “Essa casa bate muito sol”, mas também algumas do tipo DP V, como “As revistas estão xerocando”. O cerne da questão está, portanto, no sintagma à esquerda do verbo, ou seja, o que está em jogo é a estratégia de preenchimento da posição de sujeito em sentenças cujo sintagma com papel temático de agente ou causa pode ser suprimido – algo inovador em relação ao PE e outras línguas românicas.

Em Galves (1998), a autora apresenta uma descrição formal dos tipos de sentença consideradas de tópico-sujeito, afirmando que a presença dessas construções no PB o distingue do PE e das outras línguas românicas:

(i) “construções nas quais um verbo transitivo vem acompanhado somente do seu argumento interno, em posição pré-verbal, sem que nenhuma marca flexional indique modificação na projeção da estrutura argumental do verbo.”

(1.9) A balança está consertando. (GALVES, 1998, p. 19)

(ii) “construções pseudo-transitivas em que um verbo ergativo vem precedido de um NP que não é interpretado como agente ou causa do processo expresso pelo verbo, mas como locativo ou todo do qual o NP pós-verbal faz parte.”

(1.10) a. Esta casa bate sol.
b. O relógio quebrou o ponteiro.

Aqui, os dois possíveis “tipos” de sentença de tópico-sujeito são melhor delineados, e a caracterização da autora aponta mais claramente para alguns aspectos importantes do problema: a ausência do argumento externo do verbo e a interpretação não-agentiva do sintagma pré-verbal, além de fazer menção a restrições semânticas mais específicas, presentes na relação entre os sintagmas pré e pós verbais nas sentenças do segundo tipo.

A ausência do argumento agente/causa é atestada pelo fato de que, em todas elas, o sintagma tópico-sujeito não é o agente mas, pelo contrário, o tema/paciente. Como mostram Costa & Galves (2001), essa ausência total é evidenciada quando contrastamos as estruturas abaixo, com uma oração subordinada adverbial final:

(1.11) a. A revista xerocou.
b. *A revista xerocou para ganhar tempo.
c. A revista foi xerocada para ganhar tempo.

Essa comparação evidencia que nas sentenças de tópico-sujeito não há nenhum agente implícito que possa controlar o sujeito nulo da oração final.

A discussão sobre a classificação tipológica do PB como língua de tópico se mantém presente: Galves (1998) considera o PB uma língua orientada para o tópico, o que explicaria em certa medida o fato de que essas frases não apresentam marcas morfológicas que indiquem a não-projeção do argumento externo. Línguas orientadas para o sujeito tendem a apresentar marcar morfológicas quando não há correspondência entre a estrutura sintática e a estrutura argumental do verbo (como visto em estruturas passivas, médias e de topicalização marcada, por exemplo); em línguas orientadas para o tópico, essa marcação não se faz, em geral, necessária. Assim, a ausência de marcas

morfológicas é uma propriedade importante das sentenças de tópico-sujeito, uma vez que no PE e em outras línguas românicas esse tipo de alteração da grade argumental viria acompanhado de algum indício morfológico no nível sintático.

A autora prossegue na sua caracterização desse tipo de frase, organizando da seguinte forma as suas propriedades:

(a) *Ausência de pronome lembrete retomando o NP anteposto*

*Esta(s) casa(s) bate(m) muito sol nela(s).

(b) *Impossibilidade de concordância entre o verbo e o NP pós-verbal*

?? Este carro cabem muitas pessoas.

(c) *Não projeção do argumento externo*

?? Esta estante o João põe muita coisa.
?? A xícara o João quebrou a asa.[6] (TÁBOAS, a sair)
*As xícaras o João quebraram a asa.

(d) *Interpretação semântica parte/todo entre, respectivamente, o NP pós-verbal e o NP pré-verbal, quando estiverem em uma relação genitiva*[7]

A mesa quebrou o pé.
*A mesa quebrou o pote.

6 Táboas (a sair) aponta para o fato de que o exemplo dado por Galves (1998), "Esta estante o João põe muita coisa nela", não é adequado para a argumentação da autora, pois o verbo "por" não poder participar de construções de tópico-sujeito, independentemente da presença do argumento externo ou não:
(i) ?? Esta estante põe muitas coisas.
(ii) ?? Estas estantes põem muita coisa.
A inaceitabilidade do exemplo dado por Galves (1998), portanto, não decorreria da presença do argumento externo, mas de propriedades do próprio verbo "por" (tema discutido em um dos capítulos dessa dissertação). Seguimos a opinião de Táboas (a sair), e citamos seu exemplo, com o verbo "quebrar", típico de construções de tópico-sujeito.

7 Apesar de a autora não apontá-la nesse momento, há também, como já foi visto, a relação semântica de locativo entre os sintagma pré e pós verbais:
"Essa casa bate muito sol"

Assim, o trabalho de Galves (1998) é especialmente importante para os objetivos dessa dissertação, pois ajuda a organizar de maneira mais clara algumas das propriedades das sentenças de tópico-sujeito.

No entanto, apesar de a autora incluir na problemática sentenças do tipo (1.9) (“A balança está consertando”) que aqui chamaremos de *sentenças de tópico-sujeito absolutas*[8], a maioria dos trabalhos que passaram a lidar com o termo *tópico-sujeito* ou com sentenças a ele relacionadas focou suas análises nas do tipo (1.10) (“Essa casa bate sol” e “O carro furou o pneu”), que aqui chamaremos, respectivamente, de *sentenças de tópico-sujeito locativas* e *genitivas.* Tal divisão nos parece adequada pois, apesar de considerarmos todas as sentenças citadas como exemplos de construções de tópico-sujeito, há algumas importantes diferenças entre esses tipos, como fica claro na literatura.

Para organizar melhor a explanação, as próximas seções serão divididas de acordo com os dois grandes tipos: *DP V DP* (categoria que inclui as genitivas e as locativas) e as do tipo *DP V*, chamadas de absolutas.

1.3 Constituintes descontínuos: Lobato (2006) e Lunguinho (2006)

A partir dos anos 2000, muitos foram os trabalhos que passaram a lidar com o fenômeno do tópico-sujeito e com sentenças a ele relacionadas. A maior parte deles limitou seu foco de análise às construções do tipo DP V DP. Nesta seção, apresentaremos algumas das definições, caracterizações e dados trazidos por alguns esses estudos.

Um importante estudo que trata de um dos tipos de construção de tópico-sujeito é o de Lobato (2006), que discute possíveis influências estruturais de línguas ameríndias sobre o PB. Em meio a essa discussão, a autora faz referência às sentenças de tópico-sujeito do tipo genitivo, ou seja, aquelas em que, conforme afirma Galves (1998), há uma relação de posse ou parte-todo entre os sintagmas nominais pós e pré verbais. Em sua definição, Lobato (2006) afirma que o que há de especial nesse tipo de enunciado, como “O meu carro furou o pneu”, é que

> tanto a posição de sujeito quanto a de objeto são ocupadas por subconstituintes do argumento interno (o objeto semântico, o tema). Essa sequência é agramatical no português europeu porque somente parte do argumento interno foi alçada para

8 Optamos por essa nomenclatura baseados na proposta de nomenclatura de Negrão & Viotti (2010) para esse tipo de sentença

> a posição de sujeito, tendo a outra ficado na posição de objeto. (LOBATO, 2006, p. 27)

Interessante observar que a autora não faz menção ao termo *tópico* em sua caracterização, mas assume que o constituinte à esquerda seja de fato um sujeito. Outro ponto a se destacar é o foco dado à observação de que o elemento pré-verbal é um *subconstituinte* do argumento interno, o que explicaria a íntima relação semântica entre os dois sintagmas. Além disso, outra propriedade apontada por Lobato (2006) é a de que "esses casos são restritos a orações com verbos inacusativos" (idem, p. 33). Essa é uma característica importantíssima, que será discutida com mais detalhes posteriormente. Por ora, o que importa é perceber que a caracterização desse tipo de estrutura pode ser fundada sobre aspectos formais, e que há restrições (semânticas, sintáticas, lexicais) envolvidas nesse fenômeno.

Em um outro trabalho cujo objeto de estudo também são sentenças do tipo genitivo, Lunguinho (2006) caracteriza esse tipo de construção, exemplificado por frases como "A casa caiu o telhado", a partir de três propriedades:

> (a) há sempre dois constituintes nominais, interpretados semanticamente como um único constituinte;
> (b) há uma relação de posse (ou parte-todo) entre esses elementos nominais;
> (c) sintaticamente, esse constituinte semântico se realiza como um constituinte descontínuo.

Mais uma vez, não há menção à palavra *tópico,* e o foco está na relação entre os dois elementos nominais: juntos, eles são interpretados semanticamente como um todo, mas se realizam de maneira descontínua. Ambas as caracterizações são bastante semelhantes, e chamam a atenção pela ausência da noção de *tópico* em sua formulação, o que indica que os autores consideram o sintagma pré-verbal um sujeito no final das contas.

A seguir, apresentaremos com um pouco mais de detalhes algumas propriedades das sentenças de tópico-sujeito dos tipos genitivo e locativo, pontuando importantes diferenças entre elas, de acordo com o trabalho de Munhoz (2011).

1.4 Diferenças entre tópico-sujeito genitivo e locativo: Munhoz (2011)

Em seu trabalho, Munhoz (2011) trata das construções de tópico-sujeito do tipo DP V DP, e ressalta algumas diferenças entre os dois tipos, genitivo e locativo.

Em sua definição do objeto, a autora afirma que os dados de tópico-sujeito são aqueles em que “um sintagma de interpretação locativa aparece na posição de sujeito, precedendo o verbo e um sintagma tema” (MUNHOZ, 2011, p. 10) e aqueles “em que os sintagmas pré e pós-verbais têm uma relação semântica de todo-parte” (ibdem).

Nesse estudo, há uma maior abundância de exemplos, e destacamos alguns deles abaixo. (1.12a) é um representante dos tópicos-sujeitos genitivos, e (1.12b-c) ilustram a classe dos locativos:

(1.12) a. Essa televisão estragou a tela.
b. Esse pote entrou formiga.
c. Meu carro apareceu uns arranhões.

(MUNHOZ, 2011, p. 43, 64)

A autora busca, então, contrastar os dois tipos, apontando as diferenças de comportamento entre eles, que, segundo ela, estariam relacionadas à estrutura argumental dos verbos que licenciam cada uma delas: sentenças de tópico-sujeito genitivas aconteceriam com verbos inacusativos monoargumentais, enquanto as locativas com inacusativos biargumentais.

Ela mostra que, do ponto de vista da gramática tradicional, há diferenças de função sintática entre os constituintes destacados abaixo:

(1.13) a. Furou o pneu <u>do meu carro</u>. (Adjunto adnominal de posse)
b. Entrou formiga <u>nesse pote</u>. (Adjunto adverbial de lugar)

O que se conclui dessa comparação é que *(d)o meu carro* modifica *o pneu*, enquanto *(n)esse pote* modifica o verbo *entrar*. Ou seja, em (1.13a), o possuidor (*o carro*) forma com o possuído (*o pneu*) um único constituinte semântico, mas o mesmo não acontece com *formiga* e *esse pote*. Para a autora, as distinções semânticas entre essas sentenças se relacionam com diferenças estruturais, que têm a ver com o fato de que a classe dos verbos inacusativos não é homogênea.

A partir daí, traçam-se diferenças entre os tópicos-sujeitos genitivos e locativos, baseados na ideia de que, nos tópicos-sujeitos genitivos, há, como defendem Lobato (2006) e Lunguinho (2006), um único argumento partido em dois, enquanto nas locativas há dois argumentos diferentes:

(1.14) *Apagamento do possuidor x apagamento do locativo*

a. Furou o pneu.
b. O pneu furou.
c. *Bate bastante sol.
d. *Bastante sol bate.

(1.15) *Restrições de movimento*

a. *O pneu, ele furou do meu carro.
b. O sol, ele bate nessa casa.
c. *Foi o pneu que furou do meu carro.
d. Foi o pneu do meu carro que furou.
e. É sol que bate nessa casa.

Em (1.14), o fato de que *meu carro* não é um argumento requerido pela grade argumental do verbo *furar* permite o seu apagamento; o mesmo não pode acontecer com *essa casa*, analisado como um dos argumentos do verbo *bater*. O que (1.15) mostra é que, por serem um único argumento, a quebra de adjacência em (1.15a/c) gera agramaticalidade, mas não em (1.15b/e), que são formadas por dois argumentos diferentes.

As próximas seções serão voltadas à caracterização mais detalhada desses dois tipos de tópico-sujeito, a partir do que foi proposto por Munhoz (2011).

1.4.1 O tópico-sujeito genitivo

Quando se fala em tópico-sujeito genitivo, a primeira característica geralmente apontada é a relação semântica existente entre os sintagmas pré e pós verbais. Nas palavras de Munhoz (2011, p. 62), “o tópico-sujeito genitivo é uma construção em que se expressa uma ideia de possuidor e possuído, ou de todo-parte, entre os dois DPs da

oração.” A autora cita Galves (1998, 2001), que afirma ser necessária essa relação entre os sintagmas, como pode ser visto no contraste abaixo:

(1.16) a. Furou o pneu do meu carro.
b. O meu carro furou o pneu.
c. O carro do João pifou.
d. *João pifou o carro.

(GALVES, 1998, apud. MUNHOZ, 2011, p. 63)

Além disso, Munhoz (2011) afirma haver outras três propriedades relacionadas às sentenças de tópico-sujeito genitivo, que as diferenciam das sentenças de tópico-sujeito locativo. Em geral, as sentenças genitivas:

(i) são construções eventivas;
(ii) são formadas por verbos inacusativos de mudança de estado, que participam da alternância causativa;
(iii) têm um sintagma nominal pós-verbal pleno, geralmente definido, especificado pelo DP pré-verbal, que garante a telicidade do evento (salvo nas construções médias).

A autora toma o cuidado de diferenciar as construções de tópico-sujeito das de alternância causativa: nestas, o sujeito é um argumento completo; naquelas, o DP pós-verbal é um elemento do conjunto formado pelo sujeito.

(1.17) *Alternância causativa*
a. João furou o pneu do carro.
b. O pneu do carro furou.

(1.18) *Tópico-sujeito*
a. O carro furou o pneu.

1.4.1.1 Problemas dessa caracterização

Um problema dessa caracterização está no ponto (ii): como apontado por Andrade & Galves (2014), há diversos exemplos de construções de tópico-sujeito formadas por verbos inacusativos que não participam da alternância causativa[9], como evidenciam os dados abaixo, cujos verbos não aceitam uma contraparte transitiva com um agente:

(1.19) a. A internet caiu a conexão. (ANDRADE & GALVES, 2014, p. 124)
b. A casa caiu o telhado. (LUNGUINHO, 2006, p. ??)
c. O carro morreu o motor.
d. As ações despencaram o valor.
e. O carro derrapou as rodas e bateu no poste.

A participação de um verbo na alternância causativa não é, portanto, uma restrição formal para a formação de sentenças de tópico-sujeito genitivo.

No que diz respeito à relação semântica de parte-todo, apontada no início desta seção, há ressalvas. Essa suposta necessidade é colocada em questão pela própria autora, por conta de frases como as abaixo, retiradas de Lunguinho (2005, apud. Munhoz, 2011):

(1.20) a. Eu gostaria de saber se essa viagem ainda é possível alterar a data.
b. O apartamento de seu filho acaba quando a reforma?

Sobre o dado (1.20a), discordamos da autora e não o consideramos um exemplo de construção de tópico-sujeito. A concordância entre *essa viagem* e o verbo não é clara, o que sugere que esse caso seja um exemplo de topicalização marcada, com uma categoria vazia como sujeito da oração *é possível alterar a data*.

Em relação a (1.20b), que parece possibilitar a concordância (*Os apartamentos do seu filho acabam quando a reforma?*), de fato há uma dificuldade em se recuperar a noção de todo-parte ou posse inalienável. Assim, a autora tenta explicar a restrição semântica imposta às construções de tópico-sujeito com a ideia de *conjuntos*: “o DP pós-

9 A alternância causativa se refere à alternância causativo-incoativa, que ocorre quando um verbo permite uma realização transitiva causativa e uma construção intransitiva incoativa. Ela pode ser representada pelo par *O João quebrou a janela* e *A janela (se) quebrou*. Discutiremos essa alternância com mais detalhes à frente.

verbal é um membro do conjunto de itens relacionados ao DP pré-verbal" (MUNHOZ, 2011, p. 63).

Ainda que tal descrição seja válida para muitos casos, persistem exemplos que desafiam uma definição que abarque todas as relações semânticas entre os sintagmas pré e pós verbais das construções de tópico-sujeito genitivas. A noção de *itens relacionados* nos parece um pouco vaga, pois não se define com clareza o que significa essa *relação* – por exemplo, na sentença agramatical **João pifou o carro*, pode-se pensar que *João* e *o carro* estão relacionados (João é dono do carro, João dirige o carro), mas é um tipo de relação que não licencia a boa formação de uma sentença de tópico-sujeito.

Além disso, a própria autora apresenta um enunciado como *O guaraná subiu o preço,* no qual a relação entre *o guaraná* e *o preço* é, segundo ela, mais abstrata, ou seja, não é claro que *preço* seja membro do conjunto de itens relacionados a *guaraná*.

Nesse ponto, apresentamos uma outra forma de encarar o problema: antes das ideias de conjunto, parte-todo ou possuído-possuidor, o que possibilita a interpretação semântica das sentenças de tópico-sujeito do tipo genitivo é a necessidade de que o evento denotado pelo verbo e pelo sintagma pós-verbal afete também o DP pré-verbal.

Abaixo há alguns dados de tópico-sujeito genitivo gramaticais[10], seguidos de exemplos, com os mesmos verbos, de tentativas mal sucedidas de formação desse tipo de enunciado[11]:

(1.21) a. A mesa quebrou o pé.
b. O carro acabou a gasolina.
c. O carro morreu o motor.
d. A flor morreu a raiz.
e. O guaraná subiu o preço.
f. O apartamento tá acabando a reforma.
g. Campinas nublou o céu.
h. A minha rua melhorou muito o abastecimento de água.[12]

10 Os exemplos considerados gramaticais foram encontrados em outros trabalhos ou em buscas na internet. Contamos, também, com a própria intuição de falantes nativos na consideração e julgamento desses dados.

11 A leitura pretendida é aquela não-agentiva, similar à contraparte intransitiva (*A aula do professor acabou*, por exemplo).

12 Apesar de, à primeira vista, o sintagma "minha rua" dar a impressão de ser um tópico-sujeito locativo, de acordo com os testes propostos por Munhoz (2011), essa sentença se comporta como um genitivo. Por exemplo, é possível o apagamento de um dos constituintes: "O abastecimento de água melhorou", o que, segundo elas, não é possível em tópicos-sujeitos locativos: "*Muito sol bate".

(1.22) a. *A mesa quebrou o pote.

b. *O professor João acabou a aula.

c. *O menino morreu a mãe.

Nas frases em (1.21), o evento expresso pela sentença afeta tanto o DP pós-verbal quanto o pré-verbal: o evento *quebrar o pé* gera um acarretamento semântico que incide sobre *a mesa*: ela ficou com um dos pés quebrados, ou seja, foi afetada pelo evento; da mesma forma, *acabar a gasolina* afeta diretamente *o carro*, que passou a ficar sem combustível – e assim sucessivamente: o carro ficou com o motor quebrado; a flor ficou com a raiz morta; o guaraná teve seu preço modificado; o apartamento passará a ficar reformado; Campinas passou a ficar nublada; a rua está mais abastecida de água. Ainda que nem sempre as noções de parte-todo ou de conjunto sejam recuperadas com muita clareza, o que parece permitir a interpretação dessas sentenças é a possibilidade de que o sintagma tópico-sujeito seja interpretado como um dos participantes do evento denotado pelo verbo, sofrendo algum tipo de afetação.

Em (1.22), por outro lado, essa afetação é inexistente ou apenas indireta: o evento *quebrar*, em **A mesa quebrou o pote*, se aplica somente a *o pote*; em **O professor João acabou a aula*, o que acabou foi somente a aula, e isso não afeta *o professor*; por fim, em **O menino morreu a mãe*, a mãe morreu, mas *o menino* não foi afetado pelo evento morte diretamente. Assim, a inaceitabilidade desses exemplos se deve à dificuldade ou impossibilidade de estabelecer uma afetação direta do evento sobre o sintagma pré-verbal.

Essa posição ganha força quando imaginamos uma situação em que há uma mesa (em um restaurante, por exemplo) que seja conhecida por conta de um pote específico que repousa sobre ela. Dessa forma, a própria conceitualização dessa mesa pressupõe a presença daquele pote (seria “a mesa com o pote de cristal no centro do restaurante”, por exemplo). Assim, a despeito de o pote e a mesa não guardarem, a priori, uma relação de parte-todo, nessa situação hipotética, aquela mesa só é *aquela mesa* por conta do pote sobre ela. Nesse contexto pragmático específico, é possível esperar a aceitabilidade da frase *A mesa quebrou o pote*, pois, nesse caso, a quebra do pote afeta também a mesa, uma vez que ela perde um dos seus elementos constituidores.

Essa reflexão é importante pois aponta para algo crucial no entendimento das sentenças de tópico-sujeito: há algumas restrições sintáticas para a sua boa formação, aparentemente relacionadas a propriedades da posição sujeito no PB e à ausência do

argumento externo do verbo, o que será melhor explicado no capítulo 3. Respeitadas essas restrições, o que parece definir a aceitabilidade ou não desse tipo de sentença não tem a ver com questões sintáticas (sob o ponto de vista da computação derivacional), mas sim com incompatibilidades semânticas, associadas à seleção lexical do verbo e ao sentido do enunciado em relação ao mundo biopsicofisicossocial.

Essa restrição se relaciona com propriedades selecionais do verbo – assunto que será discutido no capítulo 4, e foi elaborada nos seguintes termos por Cançado & Gonçalves (2016, p. 20), em tradução nossa:

> [A] alternância parte-todo somente é possível quando o verbo seleciona um objeto (basicamente verbos causativos), ou um sujeito (basicamente verbos incoativos) que podem denotar uma relação de parte-todo, sendo essa uma restrição selecional do verbo.

Dessa maneira, como veremos, essa restrição semântica faz com que alguns verbos inacusativos como *engravidar* e *desmaiar* não sejam produtivos para sentenças de tópico-sujeito, uma vez que os eventos por eles denotados necessariamente afetam um todo, sendo impossível conceber situações em que o efeito desse tipo de evento afete apenas parte de algum elemento. Outros verbos como esses são *aborrecer* e *adoecer*, como mostram os exemplos abaixo, considerados inaceitáveis pelas autoras citadas:

(1.23) a. *A conversa aborreceu a cabeça da Maria.
b. *A Maria aborreceu a cabeça.

(1.24) a. *O pulmão do bebê adoeceu.
b. *O bebê adoeceu o pulmão.

(CANÇADO & GONÇALVES, 2016, p. 20)

Feitas essas ponderações sobre a caracterização das sentenças de tópico-sujeito genitivo, discutiremos a seguir os tópicos-sujeitos locativos.

1.4.2 O tópico-sujeito locativo

Dando prosseguimento às caracterizações dos dois tipos de tópico-sujeito DP V DP, Munhoz (2011) assim define as sentenças de tópico-sujeito locativo: “uma construção que expressa a presença (ou ausência) de um elemento tema em um local ou, ainda, o aparecimento (ou desaparecimento) desse elemento em um local” (MUNHOZ, 2011, p. 70). Nesse tipo de construção, “o tema é o DP pós-verbal, e o locativo é o DP sujeito” (ibdem):

(1.25) a. Seu cabelo está faltando queratina.
b. O rosto da Ana está aparecendo um monte de manchas de sol.
(ibdem)

Uma diferença apontada pela autora é que, diferentemente dos tópicos-sujeitos genitivos, os locativos admitem DPs pós-verbais nus:

(1.26) a. A Sarinha está nascendo dente1.
b. Doce não pode entrar água, senão estraga.
c. *Meu carro acabou gasolina.2
(ibdem)

Outra diferença é que, enquanto os genitivos aparecem com mais frequência com uma leitura eventiva, os locativos são produtivos, também, com leituras de estado ou genéricas:

(1.27) a. A festa da minha sobrinha sobrou comida.
b. Esse pote está entrando formiga.
c. Carro preto aparece esses arranhões, mesmo.
(MUNHOZ, 2011, p. 72)

Quanto aos verbos que licenciam esse tipo de sentença, a autora mostra que uma diferença importante em relação aos das sentenças genitivas é que as sentenças locativas são formadas por verbos que geralmente não participam da alternância causativa e não apresentam uma leitura de mudança de estado.

Assim podem ser resumidas, portanto, as diferenças postuladas por Munhoz (2011) entre as sentenças de tópico-sujeito genitivas e locativas: aquelas denotam eventos, mudanças de estado e requerem DPs pós-verbais plenos; estas, além de poderem expressar eventos, são produtivas com leitura estativa ou genérica e são mais produtivas com DPs pós-verbais nus.

1.4.3 O tópico-sujeito benefactivo

Antes de avançarmos para a seção seguinte, na qual discutiremos um outro tipo de sentença (a que chamaremos de tópico-sujeito absoluto), é importante apontar para a possibilidade de uma terceira relação semântica além da genitiva e da locativa: a benefactiva.

Berlinck, Duarte & Oliveira (2009, p. 161), ao lidarem com dados considerados por elas como tópico-sujeito, chamam a atenção para dados em que haveria “o movimento de um constituinte articulado ao predicador com função dativa”, exemplificados por elas com a frase abaixo, ouvida na Rádio CBN:

(1.28) O Fluminense faltou sorte no segundo tempo.

A análise das autoras é que esse enunciado é resultado do movimento do constituinte *O Fluminense*, cuja posição de origem seria como um complemento dativo de sorte, como mostra a representação abaixo:

(1.29) a. [øEXPL] Faltou sorte [SP ao Fluminense] no segundo tempo.
b. [O Fluminense]i faltou [sorte [__]i] no segundo tempo.

Tomaremos esse tipo de dado, assim como as autoras, como um exemplo de sentença de tópico-sujeito, rotulando-os, como sugerem Pilate, Naves & Lima-Salles (2017), como benefactivas. Dessa forma, três são as relações possíveis entre os sintagmas nominais pré e pós-verbais em sentenças de tópico-sujeito: genitiva, locativa e benefactiva.

Na próxima seção, passaremos a falar de um outro tipo de sentença: aquelas que não se realizam sob a forma DP1 V DP2, e sim DP V, como *A balança está consertando* e

A revista xerocou. Apesar da diferença com as sentenças até aqui analisadas, elas também estão relacionadas à discussão sobre o preenchimento da posição de sujeito no PB de maneira inovadora e, como veremos, podem ser incluídas no rótulo tópico-sujeito.

1.5 Sentenças de tópico-sujeito Absolutas

Ainda que a maior parte dos trabalhos que lançam mão do rótulo tópico-sujeito lide apenas com as construções chamadas genitivas e locativas, ou seja, aquelas que se realizam sob a forma DP V DP, há um outro tipo de construção que também pode ser relacionada a esse fenômeno. Nesta seção, apresentaremos algumas considerações acerca das sentenças que aqui chamaremos de tópico-sujeito absoluto, que aparecem sob a alcunha de tópico-sujeito em Galves (1998) e Costa & Galves (2001), e são analisadas em trabalhos como os de Viotti & Negrão (2008; 2010; 2011), Ciríaco & Cançado (2009), Amaral (2015) e Rezende (2016).

Alguns dos dados apresentados por essas autoras são:

(1.30) a. A balança está consertando.
b. A revista xerocou.
c. Com a reforma, meu jardim destruiu todo.
d. A roupa já lavou.
e. Este prédio tá construindo desde que a casa do vovô vendeu.
f. O frango cozinhou.
g. O caminhão carregou muito rápido.
h. Vou no outro banheiro, porque o daqui tá limpando.
i. A casa do lado da sua alugou ou vendeu?

Consideramos tais sentenças como dados de tópico-sujeito pois elas se inserem na ampla discussão sobre estratégias inovadoras de preenchimento da posição sujeito no PB. Esse tipo de construção ocorre em sentenças com verbos cuja grade argumental pressupõe um sujeito agente ou causa na forma direta, mas nas quais o sintagma pré-verbal é não-agentivo e se comporta sintaticamente como sujeito, sem que haja modificações morfológicas ou sintáticas que expressem essa alteração da grade argumental.

Dessa forma, assim como ocorre nas construções de tópico-sujeito DP V DP, o que se observa nas de tópico-sujeito absoluto são sentenças que se realizam na forma direta, cujo sujeito é um sintagma que não desencadeia o evento, interpretado como tema/paciente.

Um fato interessante é que muitos dos verbos que participam dessas construções, ainda que não sejam considerados inacusativos e não façam parte da classe dos verbos de alternância, aceitam também construções de tópico-sujeito do tipo genitivo:

(1.31) a. O programa não instalou a segunda parte.
b. Minha casa destruiu a varanda com a chuva.
c. A casa do lado alugou um dos quartos.
d. Esse banheiro tá limpando o chão, melhor ir no outro.
e. O caminhão carregou a caçamba muito rápido.
f. O frango cozinhou a pele já.

À primeira vista, é possível imaginar que tais construções seriam equivalentes a passivas: *A revista xerocou* seria uma forma de expressar a informação veiculada por *A revista foi xerocada*. Porém, como já foi visto, Costa & Galves (2001) mostram que esse tipo de construção não é uma forma equivalente às passivas, uma vez que, nestas, é possível recuperar uma causa, controlada por uma categoria vazia; naquelas, não há essa possibilidade, evidenciando a ausência total de argumento externo:

(1.32) a. A revista xerocou.
b. *A revista xerocou para ganhar tempo.
c. A revista foi xerocada para ganhar tempo.

Outra possibilidade de interpretação seria a de que esse tipo de sentença seria apenas um caso de alternância causativa, como a que ocorre no par *O menino quebrou o vaso* e *O vaso quebrou*. Sob essa perspectiva, estaria havendo uma ampliação da classe de verbos que participam dessa alternância.

Comparem-se, por exemplo, os pares de sentenças abaixo:

(1.33) a. Joana quebrou a janela.
b. A janela quebrou.

(1.34) a. O João tá lavando a camisa.
b. A camisa tá lavando.

(1.35) a. Os pedreiros construíram aquela casa rapidinho.
b. Aquela casa construiu rapidinho.

A princípio, parece que os três pares exemplificam o mesmo fenômeno, a que podemos chamar de alternância causativo-incoativa: há uma sentença transitiva, cujo sujeito é o desencadeador do evento e o objeto é o elemento afetado; pode-se expressar o mesmo evento apagando o causador do evento e preenchendo a posição de sujeito com o elemento temático. A relação entre o verbo e esse último elemento não muda e não é necessária nenhuma marca morfológica que expresse essa alternância.

Tradicionalmente, não se consideram os verbos *lavar* e *construir* como verbos de alternância causativa no PB. Os dados acima poderiam sugerir, portanto, que está havendo um aumento nessa classe de verbos, ou seja, verbos que não aceitavam essa alternância (ou não aceitam essa alternância no Português Europeu) estão passando a aceitá-la.

Na seção abaixo, discutiremos essa ideia, argumentando que os exemplos em (1.34) e (1.35) não representam uma ampliação da classe de verbos de alternância causativa, mas estão ligados àquilo que consideramos típico das sentenças de tópico-sujeito: uma estratégia inovadora de preenchimento da posição de sujeito no PB.

1.5.1 Sentenças de tópico-sujeito absolutas x alternância causativo-incoativa

Em Negrão & Viotti (2008), as autoras, ao discutirem o que elas chamam de estratégias de impessoalização no PB, utilizam como exemplos desse fenômeno algumas sentenças como os abaixo:

(1.36) a. Essa ponte só construiu depois de uma árdua negociação entre o governo e os ambientalistas.
b. Eu não vou trocar o carpete enquanto a casa não pintar.
c. Eu vou ter que esperar minha saia costurar pra poder sair daqui.

d. Meu carro tá bonito porque poliu ontem.

(NEGRÃO & VIOTTI, 2008, p. 30)

Em sua argumentação, afirma-se que os verbos das sentenças acima seriam verbos de alternância, por aceitarem uma versão impessoal. Assim, as autoras equiparam as construções acima a outras como *O vaso quebrou* e *A porta abriu*.

Tal visão não é corroborada por outros autores, dentre os quais Amaral (2015), que afirma que essas sentenças na verdade são construções de resultado, não sendo a contraparte incoativa de sentenças causativas. Da mesma forma, Amaral & Cançado (2017) mantêm essa distinção, rotulando as sentenças de resultado como *incoativas periféricas*, pois são um tipo de incoativização diferente da canônica, vista em *O vaso quebrou* e *A porta abriu*. Sob essa perspectiva, são apontadas em Amaral (2015) e Amaral & Cançado (2017) algumas características das sentenças de resultado (a que chamaremos de *absolutas*, seguindo a nomenclatura de Negrão & Viotti (2010)) que as diferenciam das incoativas canônicas. Listamos, resumidamente, algumas delas a seguir:

(i) Os verbos que participam da alternância causativa mais comum denotam mudança de estado; os que licenciam construções de resultado, não[13]:

(1.37) a. O menino quebrou a vidraça. ⊢ A vidraça tornou-se quebrada.

b. A faxineira lavou a roupa. ∼⊢ A roupa tornou-se lavada.

(AMARAL, 2015, p. 67)

Segundo Cançado & Amaral (2017), o complemento de verbos de mudança de estado como *a vidraça*, em (1.37a), sofre uma mudança em seu estado físico, o que não acontece necessariamente com o complemento de verbos como *lavar*: a mudança é potencial, não necessária. Isso se verifica pelo fato de que, enquanto pode-se dizer algo como “A faxineira lavou o chão da sala, mas o chão não ficou (bem) lavado”, não é possível afirmar algo como “O menino quebrou a janela, mas a janela não ficou quebrada”. Pode-se pensar, também, em termos de “graus de afetação”, no sentido de que “quebrar” denota uma mudança de estado definitiva, enquanto “lavar” pode denotar

13 Aqui, é importante pontuar outra diferença, que será melhor analisada no capítulo 4: há uma uniformidade na classe de verbos que participam da alternância causativo-incoativa canônica: todos os verbos transitivos de mudança de estado permitem essa configuração alternativa. Já no caso das incoativas periféricas, não há uma sistematicidade desse tipo: há verbos de afetação, como *lavar*, que permitem construções de resultado, mas outros que não, como *esfregar* (*A Fátima esfregou o chão / ?? O chão já esfregou* (CANÇADO & AMARAL, 2017)).

desde totalmente lavado até muito pouco lavado (ou até mesmo não-lavado). Assim, percebe-se uma diferença entre os verbos do primeiro tipo de alternância, a mais canônica, e os verbos do segundo tipo, a periférica – as construções de resultado, ou absolutas.

(ii) Nas sentenças incoativas canônicas, é possível capturar a espontaneidade do evento com o acréscimo de adjuntos como *do nada* ou *sem ninguém fazer nada*, enquanto que nas construções de resultado isso não é possível. Os exemplos apresentados por Amaral (2015) são:

Sentenças incoativas

(1.38) a. O copo quebrou do nada/sem ninguém fazer nada.
b. A menina (se) assustou do nada/sem ninguém fazer nada.

Construções de resultado (sentenças absolutas)

(1.39) a. *A roupa lavou do nada/sem ninguém fazer nada.
b. *O material copiou do nada/sem ninguém fazer nada.
c. *O caminhão carregou do nada/sem ninguém fazer nada.
d. *O frango cozinhou do nada/sem ninguém fazer nada.

(iii) A possibilidade da presença do clítico *se*. Nas incoativas, ele é aceito; nas construções de resultado, não[14]:

(1.40) a. *O material se copiou.
b. *A roupa se lavou.
c. *O frango se cozinhou.
d. *O apartamento se alugou.

(idem)

É importante pontuar aqui que há verbos de alternância canônica que não aceitam esse clítico. Isso se deve ao fato de que há duas direções de alternância: a incoativização e a causativização. De maneira geral, os verbos que aceitam o clítico *se* são aqueles

14 É possível que haja uma leitura com esse clítico, mas cuja interpretação pressuporia a intervenção de um agente (“O material se copiou rapidamente para não perder tempo”). Nas incoativas, como em “A janela se quebrou”, a leitura com o clítico é diferente, equivalente à leitura sem ele (“A janela quebrou”).

basicamente causativos, como *quebrar* e *abrir*, que sofrem incoativização, enquanto aqueles como *murchar*, que são basicamente incoativos e sofrem causativização, não aceitam:

(1.41) a. O menino quebrou a vidraça.
b. A vidraça (se) quebrou.
c. O calor murchou a flor.
d. A flor (*se) murchou.

Portanto, o critério referente ao clítico *se* só se aplica ao compararmos construções de resultado com sentenças incoativas de verbos basicamente causativos, como *quebrar* e *abrir*.

(iv) O último aspecto de diferenciação é que as chamadas construções de resultado muitas vezes precisam de algum tipo de especificidade sintática ou discursiva, ou seja, não são produtivas em sentenças afirmativas diretas, mas sim em perguntas ou em enunciados com a presença de modificadores. Nas sentenças incoativas, isso não é necessário:

(1.42) a. A rosa murchou.
b. O menino (se) assustou.
c. A janela (se) quebrou.

(1.43) a. ? A roupa lavou.
b. ? O livro copiou.
c. ? O caminhão carregou.
d. ? A roupa centrifugou.

(1.44) a. Veja no xerox se nosso livro já copiou.
b. Mãe, minha meia de jogar bola lavou?
c. O caminhão de bananas já carregou.
d. O frango cozinhou rapidinho.

(idem)

Sob essa ótica, pode-se considerar, como apontam Cançado & Amaral (2017), que a formação de construções de resultado não é um fenômeno cujas restrições são puramente lexicais. De qualquer forma, há, sim, certas características léxico-semânticas associadas aos verbos que participam desse tipo de sentença, que serão melhor descritas no capítulo quatro.

Após essa breve introdução à discussão, pudemos perceber que as construções aqui chamadas de sentenças de tópico-sujeito absolutas não fazem parte da alternância causativo-incoativa.

Na seção abaixo, discutiremos a nomenclatura aqui adotada – tópico-sujeito absoluto. Ela é baseada nos trabalhos de Negrão & Viotti (2010), que lidam com as sentenças por elas chamadas de absolutas.

1.5.2 Sentenças absolutas no PB: Negrão & Viotti (2010)

Negrão & Viotti (2010) definem *construção absoluta* como uma construção particular do PB, que "apresenta um verbo prototipicamente transitivo não pertencente à classe dos verbos de alternância causativa, usado com apenas um argumento, o temático". As autoras exemplificam esse tipo de construção com dados como os abaixo:

(1.45) a. O programa que eu queria não instalou.
b. Meu jardim destruiu todo com a reforma.
c. A casa do lado da sua alugou ou vendeu?

As autoras argumentam que esse tipo de sentença não é resultado de uma simples queda do clítico *se,* e não podem ser analisadas como construções passivas sintéticas, impessoais, mediais ou a contraparte ergativa de uma alternância causativa. Esses tipos de construções são exemplificados por elas com as seguintes sentenças:

(1.46) a. Vendem-se casas. *Passiva sintética*
b. Aqui vive-se bem. *Impessoal*
c. Feijão cozinha fácil. *Medial*
d. A porta (se) abriu. *Ergativa*

A diferença entre essas frases e aquelas em (1.45) é que, enquanto nas sentenças acima o argumento que corresponde à fonte de energia para que o evento ocorra (o agente ou a causa) não é evidenciado, nas construções absolutas ele não é nem conceitualizado. A argumentação, então, é desenvolvida de modo a diferenciar as construções absolutas de cada um dos tipos citados apresentados em (1.46).

Antes de tudo, as autoras assumem que a inserção do clítico *se* nas sentenças absolutas ou é agramatical ou altera a sua leitura:

(1.47) a. # O programa que eu queria não se instalou.
b. # Meu jardim se destruiu todo com a reforma.
c. # A casa do lado da sua se alugou ou se vendeu?

Assim, conclui-se que as construções em (1.45) não são equivalentes a passivas sintéticas ou construções impessoais que perderam o clítico *se*, uma vez que sua inserção é impossível ou modifica a leitura.

Em relação às construções mediais, as autoras lançam mão da análise de Keyser & Roeper (1984), que apontam que as construções mediais (ou médias) expressam estados, e não eventos. Sob essa perspectiva, sentenças como as abaixo, atestadas no próprio trabalho, não seriam construções mediais pois expressam eventos:

(1.48) a. Hoje, esse feijão tá cozinhando que é uma beleza!
b. Essa camiseta não tá lavando direito hoje.
c. O programa que eu queria não instalou.
d. Esse prédio tá construindo desde que a casa do vovô vendeu.

Por fim, contrapõem-se as construções absolutas às chamadas ergativas, que seriam, nesse caso, a contraparte inacusativa de uma suposta alternância causativa.

É nesse ponto que é introduzida a nomenclatura *absoluta*, que tem sua origem na distinção entre os sistemas nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo e na noção de *conceitualização absoluta* proposta por Langacker (1991).

Basicamente, nas línguas em que o sistema de caso predominante é o nominativo-acusativo, como o inglês e o PE, o argumento de verbos intransitivos recebe o mesmo caso (nominativo) do sujeito de verbos transitivos. Por outro lado, nas línguas de sistema ergativo-absolutivo, enquanto o caso do sujeito de verbos transitivos é o ergativo, o caso

absolutivo é atribuído ao complemento dos verbos transitivos e ao sujeito de verbos intransitivos. O alinhamento de casos é distinto, e acaba por “aproximar” o único argumento de verbos intransitivos do complemento, e não do sujeito, de verbos transitivos.

As autoras aproveitam a noção de *conceitualização absoluta* de Langacker (1991) para reforçar a nomenclatura proposta para as construções absolutas do PB. O que esse autor afirma é que existem dois grandes modelos cognitivos de conceitualização de eventos: o *modelo da bola de bilhar* e o *modelo de alinhamento de autonomia e dependência*. O primeiro conceitualiza eventos partindo da fonte de energia, que se transmite até atingir um dos participantes; o segundo, o faz a partir do participante afetado e segue em direção à fonte de energia. De maneira geral, línguas do sistema nominativo-acusativo preferem o primeiro modelo, e línguas do sistema ergativo-absolutivo, o segundo.

O que interessa para a compreensão do que as autoras querem dizer com *construções absolutas* é que

> nesse segundo modelo, a afetação do participante no evento é conceitualizada autonomamente em relação à fonte de energia desencadeadora da afetação. Isso significa que apenas o estado resultante de uma ação precisa necessariamente ser codificado. (NEGRÃO & VIOTTI, 2010)

É o que Langacker (1991) chama de *conceitualização absoluta* (ou *construal absoluto*). As autoras, então, afirmam que é precisamente isso que ocorre nas construções por ela chamadas de absolutas no PB: nelas, o que se privilegia é o estado resultante associado ao participante afetado, excluindo da conceitualização a fonte de energia.

Parece-nos interessante, aqui, repetir a observação feita por Costa & Galves (2001) acerca das construções de tópico-sujeito desse tipo, em que não há a presença de um argumento agente ou causa:

(1.49) a. A revista xerocou.
b. *A revista xerocou para ganhar tempo.

Dessa forma, por considerar verdadeira a ideia de que, nas construções de tópico-sujeito como (1.49a) – e, por extensão, aquelas em (1.45) e (1.46) – há uma construção que privilegia o resultado sobre o participante afetado, em detrimento do elemento

desencadeador do evento, julgamos pertinente a nomenclatura absoluta para designar esse tipo de construção de tópico-sujeito.

1.6 Definindo o objeto

Temos condição, agora, de propor uma definição para o que consideramos serem construções de tópico-sujeito no PB.

Pelo que foi visto, as sentenças de tópico-sujeito podem se realizar sob diferentes formas, com diferentes tipos de verbo. Podemos generalizá-las da seguinte forma:

(i) sentenças com verbos inacusativos que participam da alternância causativa, linearizadas sob a forma DP V DP, cujo sujeito não é o desencadeador do evento:

(1.50) a. A porta quebrou a maçaneta.
b. A casa abriu as janelas todas com o vento.
c. Minha camisa sujou a manga.
d. Meu cabelo molhou as pontas.

Os verbos das sentenças acima participam da alternância causativa e, na forma transitiva (DP V DP), pressupõem um sujeito que expresse a causa ou o agente. O PB, no entanto, permite que a posição de sujeito seja ocupada por um sintagma que não é o desencadeador do evento.

Como vimos, há restrições relacionadas à relação entre o DP pré-verbal e o DP pós-verbal – ambos devem ser afetados, em algum nível, pelo mesmo processo expresso pelo verbo, ou seja, o evento denotado pelo verbo deve causar algum tipo de afetação tanto no elemento expresso pelo DP pós-verbal quanto no DP sujeito.

(1.51) a. O carro morreu o motor.
b. *O filho morreu a mãe.
c. O carro acabou a gasolina.
d. *O professor João acabou a aula.[15]

Essas, portanto, são as chamadas *sentenças de tópico-sujeito genitivas*.

15 Reforçamos que a leitura pretendida é a não-agentiva, equivalente a *A aula do professor João acabou*.

(ii) sentenças com verbos inacusativos que não participam da alternância causativa, linearizadas sob a forma DP V DP:

(1.52) a. Meu cachorro cai muito pelo.
b. O meu carro morreu o motor no meio da estrada.
c. Esse cano sai pouca água.
d. Essa janela entra muito sol.
e. O Fluminense faltou sorte no segundo tempo.

Os verbos acima são inacusativos que não apresentam, prototipicamente, versões alternantes causativas (**O vento caiu a garrafa, *O raio morreu a mulher, *A pressão saiu a água, *O rapaz entrou a cabeça na água*). Mais uma vez, o que se verifica é que o PB permite o preenchimento da posição de sujeito de maneira inovadora. Em (1.52a) e (1.52b), a restrição semântica verificada em (i) se mantém; em (1.52c) e (1.52d), a relação entre o DP pré-verbal e o DP pós-verbal é locativa: o sujeito da oração é o local, fonte ou destino do evento denotado pelo verbo. Dizemos, então, que estas últimas são *sentenças de tópico-sujeito locativas*, e aquelas, *genitivas*, por manterem a mesma relação semântica vista nos exemplos em (1.50). Como já vimos, o exemplo em (1.52e) pode ser classificado, como propõe Pilati, Naves & Lima-Salles (2017), como um tópico-sujeito *benefactivo*.

(iii) sentenças com verbos meteorológicos com um sujeito locativo:

(1.53) a. Manaus e Belém chovem muito nessa época do ano.
b. Esses países nevam todo dia.

Verbos meteorológicos não preveem a presença de um sintagma nominal como sujeito, mas o PB permite o preenchimento dessa posição com um locativo. Em um primeiro momento, devido à óbvia relação semântica expressa nesse tipo de sentença, podemos rotulá-las como *locativas*. Porém, não se pode perder de vista as características peculiares desse tipo de verbo. Não nos deteremos nessa questão, que merece muito mais atenção do que o espaço dessa dissertação pode proporcionar. Incluímos esses dados aqui apenas a título de apontamento, pois consideramos que elas também fazem

parte do amplo fenômeno relacionado a estratégias de preenchimento da posição de sujeito no PB.

(iv) sentenças com alguns verbos tipicamente transitivos, que não participam da alternância causativo-incoativa, linearizadas sob a forma intransitiva, com um sujeito que não é o desencadeador do evento, nas quais não se pode colocar o clítico *se*:

(1.54) a. Agora que a casa reformou, dá pra ir pra lá.
b. Meu jardim destruiu todo com a chuva.
c. A revista já tá copiando.
d. As roupas tão lavando.

Verbos como os acima são tipicamente transitivos e não participam da alternância causativo-incoativa. Logo, não era de se esperar que licenciassem sentenças intransitivas com sujeitos que não fossem o desencadeador do evento. Não se trata, como já foi visto, da expansão da classe dos verbos de alternância causativo-incoativa, mas de um preenchimento inovador da posição de sujeito na forma direta. Esses dados constituem o que chamamos aqui de *sentenças de tópico-sujeito absolutas.*

Importante relembrar que a existência de sentenças como *Minha casa reformou o banheiro* e *O banheiro tá lavando o chão* sugerem uma aproximação entre os tópicos-sujeitos absolutos e genitivos, ao menos no que diz respeito ao conjunto de verbos que participam dessas construções.

O que se percebe nos exemplos acima é um preenchimento da posição de sujeito em estruturas que, em outras línguas românicas, não permitiram essa possibilidade – ou, ao menos, requereriam algum tipo de marcação morfológica que indicasse uma linearização diferente da esperada (ou, ainda, uma pausa prosódica que indicasse uma topicalização).

Chama a atenção o fato de que, nessas sentenças, há verbos que, por sua estrutura argumental, prototipicamente pediriam um sujeito agente ou causa (como em (i) e (iv)), não aceitariam um sujeito realizado (como em (iii)) ou, ainda, nem mesmo poderiam licenciar estruturas do tipo DP V DP (como em (ii)). Trata-se, portanto, de estratégias inovadoras, em relação ao PE e outras línguas românicas, de preenchimento da posição de sujeito no PB.

Dessa forma, o rótulo *tópico-sujeito* diz respeito a sentenças nas quais a ordenação sintática não representa a relação entre os papeis temáticos pressuposta pela grade argumental do verbo, estando ausentes quaisquer marcas morfológicas ou prosódicas que indiquem essa modificação, de maneira a haver concordância entre o verbo e o sintagma pré-verbal, cuja relação com o evento é de afetação, locatividade ou benefactividade.

Nesse sentido, fica evidente que há algo de específico no sistema gramatical do PB que permite esse preenchimento, ao contrário do que é verificado no PE e em outras línguas românicas. Além disso, essa definição captura a importância das relações semânticas presentes nesse tipo de sentença para que sua interpretação seja aceitável pelo falante – ou seja, além da questão sintática, está em jogo nesse fenômeno restrições de caráter semântico.

Como será mais explicado no quarto capítulo, tais restrições ajudam a entender a inaceitabilidade desse tipo de sentença com alguns verbos, pois esses itens lexicais devem, ao menos, (i) permitir a ausência ou o apagamento do argumento externo e (ii) selecionar argumentos que possam construir as relações semânticas apontadas acima, de maneira a gerar interpretações possíveis para o falante.

Ainda com vistas à caracterização desse fenômeno, o próximo capítulo discutirá o estatuto do sintagma pré-verbal nessas construções – tópico ou sujeito, argumentando a favor da ideia de que se trata de um sujeito.

CAPÍTULO 2
Tópico-sujeito: tópico ou sujeito?

O presente capítulo toma como problema a caracterização do estatuto do sintagma pré-verbal nas chamadas construções de tópico-sujeito. Mais explicitamente, discutiremos de qual das duas noções – tópico e sujeito – esse sintagma está mais próximo, sob o ponto de vista da sintaxe. Nossa argumentação se dará no sentido de caracterizar esse sintagma como um sujeito, com o objetivo de distanciá-lo das chamadas estratégias de topicalização marcada.

Essa discussão é motivada pelo fato de que na literatura sobre topicalizações marcadas no Português Brasileiro (ARAÚJO, 2006; 2009; ORSINI & VASCO, 2007; BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009; entre outros), as construções de tópico-sujeito são listadas sob o mesmo estatuto que outras construções como deslocamento à esquerda e anacoluto, a despeito das grandes diferenças sintáticas que as sentenças de tópico-sujeito apresentam em contraste às outras. Acreditamos que seja importante uma revisão das características do sintagma pré-verbal nas sentenças de tópico-sujeito, a fim de diferenciá-lo das outras estratégias de topicalização marcada disponíveis no PB.

Traremos, para tanto, três argumentos empíricos, a saber: (i) esse sintagma se comporta sintaticamente como sujeito, estabelecendo concordância e apresentando características de sujeito, como demonstra Munhoz (2011); (ii) as construções de tópico-sujeito sofrem restrições semânticas e lexicais, podendo ocorrer apenas com certas relações semânticas específicas e com certos tipos de verbos – essas restrições não são observadas em outras topicalizações; e (iii) a construção de tópico-sujeito pode aparecer em sentenças com outros tópicos-marcados, sem que o sintagma tópico-sujeito seja o tópico pragmático da sentença.

Além disso, nos basearemos em algumas análises sintáticas e em trabalhos como os de Rizzi (1997), para argumentar que (iv) o deslocamento do sintagma tópico-sujeito responde a motivações formais, e não apenas a requerimentos discursivos; e (v) a posição final do sintagma tópico-sujeito não é aquela prevista para abrigar tópicos prototípicos.

Nosso objetivo não é esvaziar das construções de tópico-sujeito seu caráter discursivo-pragmático, mas sim ressaltar as peculiaridades do sintagma pré-verbal nessas sentenças, que, sob nossa perspectiva, seria melhor analisado como um sujeito não-canônico do que como um tópico marcado.

2.1 O tópico-sujeito analisado como tópico marcado

Desde as primeiras reflexões, por parte de Eunice Pontes nos anos 80, as construções de tópico-sujeito, como o próprio nome revela, foram relacionadas a estratégias de topicalização marcada. Como já foi visto, Pontes (1987) estava preocupada com o fenômeno da topicalização como um todo, e incluiu na sua discussão as sentenças então rotuladas de tópico-sujeito. Porém, o fato de que haja, no próprio trabalho da autora, uma seção especial para o tratamento desse tipo de sentença, cujo título seja *Frases SVO ou Tópico-Comentário?,* evidencia o caráter distinto desse tipo de frase em comparação às outras topicalizações por ela apresentadas.

De qualquer forma, sempre se trataram construções como *O carro furou o pneu* como exemplos de topicalizações em que o sintagma topicalizado, de maneira atípica, estabelece concordância com o sujeito. Isso fica claro quando atestamos o grande número de trabalhos que, ao tratarem do fenômeno da topicalização no PB abordam também as sentenças de tópico-sujeito, listando-as entre os tipos de topicalização marcada disponíveis nessa língua.

O argumento central para essa aproximação é o de que o sujeito sintático é selecionado pelo verbo, enquanto o tópico não o é. Como os sintagmas pré-verbais nas sentenças de tópico-sujeito não são selecionados pelo verbo para ocuparem essa posição, eles devem ser tratados como tópicos – que, nesses casos especiais, se confundem com o sujeito e estabelecem a concordância verbal. É dessa forma que Berlinck, Duarte & Oliveira (2009, p. 150) descrevem as construções de topicalização marcada:

> construções de “tópico marcado”, também conhecidas como de “duplo sujeito”, sendo o “sujeito externo” o tópico (ou o sujeito do discurso) e o interno, o sujeito sintático, um argumento selecionado pelo predicador […], que entra em relação de concordância com o verbo.

Tomaremos como base a classificação proposta por essas autoras para as estratégias de topicalização encontradas no PB, por nos parecer suficientemente concisa e abarcar uma boa diversidade de dados.[16] As autoras apontam para a heterogeneidade

16 Outros trabalhos que lidam com listas de tipos de topicalização marcada no PB – e que incluem entre elas o tópico-sujeito – são Araújo (2006; 2009), Orsini & Vasco (2007), Belford (2006), Passos & Fonseca

desses enunciados, que se diferenciam pelo grau de conectividade sintática entre o sintagma topicalizado e a sentença-comentário.

Tendo essa definição em vista, listam-se cinco tipos de topicalização: anacoluto (ou tópico pendente); deslocamento à esquerda; topicalização; tópico-sujeito; antitópico. Abaixo relacionamos alguns dos exemplos apresentados por Berlinck, Duarte & Oliveira (2009, p. 152-162), seguidos de uma breve explicação sobre cada um dos tipos – à exceção do tópico-sujeito, que discutiremos em mais detalhes posteriormente:

(2.1) A*nacoluto ou Tópico Pendente*

a. Drama, já basta a vida.

b. Filme, eu gosto mais de comédia.

c. A BR-101 não precisa ir a Campos, cê dobre em Vitória…

Nos dados acima, observa-se uma conectividade semântica mas não sintática entre o elemento topicalizado e a sentença-comentário.

(2.2) D*eslocamento à Esquerda*

a. Cada elemento, cada nódulo$_i$ … ***ele***$_i$ possui o seu conjunto.

b. É a categoria conhecimento$_i$ que$_i$ nós vamos separá-***la***$_i$.

c. O IBGE$_i$, por exemplo, ***ele***$_i$ já é do Estado.

d. Ela de manhã ***ela*** sempre faz uma merenda pra mim.

Nesse tipo de sentença, o constituinte topicalizado tem seu correferente expresso na sentença-comentário. As autoras afirmam que o tópico pode se vincular ao sujeito, como em (2.2a), ou, de forma mais rara, ao objeto, como em (2.2b) – nesse último caso, a sentença pode ser vista mais como uma construção de relativização do que propriamente de topicalização.

Também foram atestadas diversidades no que diz respeito à natureza do sintagma topicalizado e do seu correferente: o tópico pode ser um SN vinculado a um pronome (2.2c) ou, ainda, um pronome vinculado a um pronome (2.2d). Também parece não haver restrições quanto a referencialidade, genericidade e traços ([+/- animado] ou [+/- definido], por exemplo) dos sintagmas em questão. Aprofundaremos essas questões quando tratarmos das restrições impostas às construções de tópico-sujeito.

(2011), Melo (2015), Santana & Araújo (2016), entre outros.

Segundo a análise das autoras, nesses casos não haveria movimento sintático do sintagma topicalizado, uma vez que as posições da sentença-comentário já estariam preenchidas por outros constituintes.

(2.3) *Topicalização*

a. A passagem$_i$ eu compro *[__]*$_i$ a prazo.

b. Olinda$_i$ ninguém mora *[__]*$_i$.

Nesse tipo de sentença, chamada apenas de *topicalização*, o tópico se encontra vinculado a uma posição vazia dentro da sentença-comentário. Esses casos são, segundo as autoras, resultado de movimento de um constituinte para a posição de tópico, que deixa um vestígio na sentença-comentário.

O último dos tipos de topicalização marcada apresentado pelas autoras é o *antitópico*, em que o tópico aparece à direita da sentença. Segundo elas, “nessa construção, o SN ocupa uma posição não-argumental, externa à sentença e simétrica àquela dos tópicos descritos até aqui”.

(2.4) *Antitópico*

a. ***[Ø]***$_i$ Leva azeite de dendê, *o acarajé*$_i$.

b. Dizem que ***[Ø]***$_i$ tá tudo abandonado *aquele troço*$_i$.

As autoras apontam algumas restrições (ou comportamentos pouco frequentes) desse tipo de construção, como por exemplo o fato de que raramente o sujeito pronominal é lexicalizado (ou seja, esperam-se poucos dados como *Ele leva azeite de dendê, o acarajé*). Outra restrição diz respeito à necessidade de o sintagma antitópico ser definido – restrição que não ocorre nos tipos de topicalização marcada anteriores.

Ainda, é demonstrado que esse tipo de estrutura não ocorre com naturalidade com verbos biargumentais:

(2.5) a. ? Mandou uma carta o cliente.

b. *Mandou uma carata para o hospital o cliente.

Em relação às sentenças de tópico-sujeito, Berlinck, Duarte & Oliveira (2009) assim as definem: “é aquela em que o tópico se encontra numa sentença com um sujeito nulo não-argumental”, e exemplificam com os seguintes dados:

(2.6) a. *O Amazonas,* [Ø $_{expl}$] é impressionante o número de frutas, e frutas assim, tudo duro, tudo tipo cajá-manga.

b. *A televisão* [Ø $_{expl}$] é horroroso quando eles estão fazendo programa.

Tais sentenças não configuram aquilo que consideramos sentenças de tópico-sujeito, uma vez que não há concordância verbal com o sintagma pré-verbal: **O Amazonas e o Pará são impressionantes o número de frutas*; **Esses canais são horrorosos quando eles estão fazendo programa* (com interpretação impessoal).

As autoras argumentam que, com a tendência ao preenchimento da posição de sujeito no PB, a proximidade do tópico com uma posição vazia leva à reanálise do tópico como sujeito. Não é o que parece acontecer nas frases acima, como a ausência de concordância evidencia, mas, de fato, é possível levar em conta essa análise para os dados oferecidos pelas autoras na sequência do texto:

(2.7) a. [Ø $_{expl}$] acabou [$_{SN}$ a bateria do meu celular].

a’. [Meu celular]$_i$ acabou [a bateria [__]$_i$].

b. [Ø $_{expl}$] Disparou [$_{SN}$ a aceleração do ônibus].

b’. [O ônibus]$_i$ disparou [a aceleração [__]$_i$].

c. [Ø $_{expl}$] Faltou sorte [$_{SP}$ ao Fluminense] no segundo tempo.

c’. [O Fluminense]$_i$ faltou [sorte [__]$_i$] no segundo tempo.

d. [Ø $_{expl}$] Não ocorreu nenhum problema [$_{SP}$ na localidade].

d’. [A localidade]$_i$ não ocorreu nenhum problema [__]$_i$.

e. Vê se aquelas janelas tão chovendo.[17]

17 As autoras não fornecem uma versão alternante para esse dado, afirmando que são “ocorrências de difícil reconstrução” (BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009, p. 161).

Segundo as autoras,

> a orientação para o discurso e a preferência pelos sujeitos pronominais preenchidos são certamente os fatores que têm levado ao preenchimento da posição à esquerda do verbo que não seleciona um argumento externo (…). Além da presença de elementos adverbiais e marcadores discursivos, podemos observar o movimento de constituintes internos ao SV para a posição "disponível" de especificador de SFlex de verbos inacusativos e impessoais. (BERLINCK, DUARTE & OLIVEIRA, 2009, p. 160)

As autoras assumem que a posição do sintagma tópico-sujeito é SFlex, que está ligada à de sujeito no PB. Essa proposta aponta, então, para a caracterização desse sintagma como um sujeito, diferenciando-se de maneira essencial dos sintagmas topicalizados.

Dessa forma, o que parece unir todos esses tipos de tópicos marcados para as autoras é o fato de que um sintagma não argumental, seja por movimento ou não, ocupa uma posição proeminente na sentença – no caso dos antitópicos, a marcação da topicalização ocorre na direita. Tal visão é compartilhada por diversos outros trabalhos dos últimos vinte anos (cf. nota de rodapé 17), mas é importante não perder de vista as grandes diferenças entre os sintagmas pré-verbais nas sentenças de tópico-sujeito e os sintagmas topicalizados em outros tipos de topicalização, especialmente as mais típicas, como os tipos em (2.1), (2.2) e (2.3).

2.2 O estatuto de sujeito do tópico-sujeito

Nesta seção, ressaltaremos as características do sintagma tópico-sujeito que o aproximam do comportamento apresentado pelos sujeitos do PB. Basearemos nossa argumentação em algumas evidências empíricas, com o apoio dos apontamentos e testes feitos por Munhoz (2011) e em algumas análises propostas na literatura sobre a posição de tópico e a posição de sujeito no PB.

2.2.1 A concordância verbal e outros comportamentos de sujeito

A primeira evidência para aproximar o sintagma pré-verbal nas construções de tópico-sujeito é a possibilidade de concordância verbal. É, de fato, a propriedade que mais chama a atenção nesse fenômeno e que motivou os estudos em relação a ele, uma vez

que outras línguas românicas não permitem concordância com sintagmas diferentes daqueles previstos pela grade argumental dos verbos.

Seguem abaixo alguns exemplos, que apontam também para a impossibilidade de concordância com o sintagma pós-verbal:

(2.8) a. Os carros furaram o pneu.
b. Essas ruas passam carro toda hora.
c. O guaraná e o suco de uva aumentaram o preço.
d. *O carro furaram os pneus.
e. *Essa rua passam muitos carros.
f. *O guaraná subiram os preços.

Porém, como apontam Pontes (1987), Kato (1989) e Munhoz (2011), entre outros, a concordância no PB não é um critério muito seguro, pois é variável. Não pode ser essa a única propriedade identificada no sintagma tópico-sujeito para caracterizá-lo como sujeito. Munhoz (2011), então, apresenta uma série de evidências que demonstram que esse sintagma se comporta como um sujeito. Todos os exemplos aqui apresentados são de Munhoz (2011, p. 38-44).

(i) Coindexação a sujeitos não expressos em orações coordenadas

(2.9) a. Essas casas$_i$ batem bastante sol, mas não *cv*$_i$ possuem sistema de captação de energia solar.
b. *Essa casa bate muitos raios de sol, mas não *cv*$_i$ secam a roupa direito.
c. O jasmim$_i$ amarelou as pontas e *cv*$_i$ embelezou o jardim.
d. *O jasmim amarelou as pontas$_i$ e *cv*$_i$ embelezaram o jardim.

Sujeitos canônicos se comportam da mesma maneira. Como mostra Torres Morais, a referência do sujeito nulo de uma oração coordenada é determinada pelo sujeito pleno da oração coordenante (2003, p. 77, apud. MUNHOZ, 2011):

(2.10) a. O mecânico$_i$ arranjou o pneu e *cv*$_{i/*j}$ foi-se embora.

(ii) Controle da interpretação de PRO

Baseando-se em Haegeman (1994), Munhoz (2011) mostra que sujeitos controlam a interpretação de PRO, como nos exemplos abaixo:

(2.11) a. Poirot abandonou a investigação sem dar uma explicação.
b. Poirot abandonar a investigação sem dar uma explicação não seria justificado.

O sujeito de *dar* é interpretado como o sujeito da oração anterior. O mesmo acontece nos dados abaixo:

(2.12) a. A Sarinha nasceu o dente antes de atingir a idade certa.
b. A Sarinha nascer dente antes de atingir a idade certa prejudicou o desenvolvimento dela.
c. A Sarinha está ansiosa pra nascer dente logo.

(iii) Necessidade de estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente mais alta

Munhoz (2011) segue Ferreira (2000), que propõe que, no PB, sujeitos nulos referenciais devem estar c-comandados por um antecedente na oração imediatamente mais alta:

(2.13) a. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* é bonito]].
b. * A mãe do João acha [que *cv* é bonito].
c. * O João disse [que a Maria acha [que *cv* são bonitos]].
d. O João$_i$ acha [que *cv*$_i$ é bonito].
(FERREIRA, 2000, p. 20, apud. MUNHOZ, 2011, p. 41)

A autora mostra que o mesmo acontece com o sintagma tópico-sujeito:

(2.14) a. * A Sarinha disse [que o Carlos André acha [que *cv*$_i$ está nascendo dente].
b. * A mãe d[a Sarinha$_i$] acha [que *cv*$_i$ está nascendo dente].

c. * O Carlos André$_i$ disse [que a Sarinha$_j$ acha [que *cv*$_{i,j}$ estão nascendo dente]].

d. A Sarinha acha [que *cv*$_i$ está nascendo dente].

(iv) Hiperalçamento de sujeitos de orações finitas

Ainda seguindo Ferreira (2000), Munhoz (2011) mostra que sintagmas como *O João,* abaixo, não podem ser interpretados como tópicos, mas sim como sujeitos, hiperalçados da oração finita encaixada. Ele pode ser substituído por pronomes fracos, como *cê,* e quantificadores como *alguém*, que são elementos que não podem ser topicalizados:

(2.15) a. O João parece que comprou um carro novo.

b. Cê parece que está doente.

c. Alguém parece que está doente.

d. * Cê, o João me disse que seria aprovada.

e. * Alguém, o João me disse que seria aprovado.

Os sintagmas pré-verbais de orações de tópico-sujeito se comportam da mesma forma, mostrando que são os sujeitos das orações finitas encaixadas, e não tópicos:

(2.16) a. A Sarinha parece que está doente.

b. Essa mala parece que cabe muita coisa.

Dessa forma, Munhoz (2011) apresenta as distinções entre tópicos e sujeitos, mostrando que o comportamento sintático do tópico-sujeito é, sob esse ponto de vista, muito mais próximo do de um sujeito.

Na próxima seção, continuaremos argumento nessa direção, a partir da maneira como a Gramática Gerativa caracteriza o tópico e o sujeito.

2.2.2 A posição do tópico-sujeito e a natureza do movimento

Após as evidências em relação ao comportamento superficial do sintagma tópico-sujeito apresentadas acima, nesta seção tomaremos como ponto de partida algumas

assunções bem estabelecidas na Gramática Gerativa sobre topicalização para contrastarmos as posições dos sintagmas topicalizados típicos e as possíveis posições do sintagma tópico-sujeito na sentença.

Em relação à posição destinada aos tópicos nas línguas naturais, tomaremos como base a proposta de Rizzi (1997). Não ignoramos a extensa discussão sobre o assunto[18], mas consideramos a ampla aceitabilidade que a análise de Rizzi (1997) tem na literatura e optamos por segui-la.

Para o autor, a representação estrutural de uma sentença inclui três camadas:

(i) a lexical, nucleada pelo verbo;
(ii) a flexional, organizada em torno de núcleos funcionais;
(iii) a complementizadora, que abriga elementos relacionados a interrogativas, pronomes relativos, tópico e foco.

Nessa análise, a camada complementizadora (CP) é a camada que recebe elementos que precisam verificar traços discursivos. É assumido, então, que sintagmas topicalizados sofrem movimento para TopP – uma posição interna a CP para verificar traços relacionados à sua interpretação como tópico da sentença.

Como será visto no capítulo 3, diversos trabalhos buscaram analisar sintaticamente as sentenças de tópico-sujeito. Em cada proposta, assume-se alguma posição final do constituinte pré-verbal na sentença. Por ora, não é necessário compreender exatamente a que posições as nomenclaturas abaixo correspondem, o que será melhor explicado no próximo capítulo. O importante neste momento é perceber que nenhuma dessas posições sugeridas pelos autores é aquela em que tipicamente sintagmas topicalizados se encontram.

De acordo com os trabalhos de diferentes autores, a posição do sintagma tópico-sujeito no PB pode ser: adjungido a PersP (GALVES, 1998); adjungido a AgrSP (COSTA & GALVES, 2001); interno a TP (LUNGUINHO, 2006); Spec,TP (AVELAR & GALVES, 2011); uma projeção intermediária entre C e T – αP MUNHOZ & NAVES, 2012); o próprio CP – mas não TopP (TONIETTE, 2013); ou, ainda, de acordo com Negrão & Viotti (2010), uma posição ainda mais baixa que a dos sujeitos canônicos do PB.

18 Alguns trabalhos importantes sobre essa questão são Higgins (1973), Chomsky (1977), Haegeman (2012) e Miyagawa (2010; 2017).

Independentemente da análise, o interessante é que nenhuma delas assume que o sintagma tópico-sujeito ocupa a posição típica dos sintagmas topicalizados. Busca-se muitas vezes uma posição não-argumental, pela natureza do sintagma tópico-sujeito, mas essa posição nunca é a mesma dos tópicos prototípicos, como estipulado por Rizzi (1997). Mesmo trabalhos como o de Toniette (2013), que assumem que o tópico-sujeito está na camada CP, diferenciam as duas posições: no PB, haveria uma posição para abrigar sintagmas não-argumentais que entram em concordância verbal, mas essa posição não é TopP.

Além disso, pode-se discutir também, a partir das propostas analisadas, a motivação para o movimento do sintagma tópico-sujeito para a posição pré-verbal. Aqui, assumimos que sintagmas topicalizados sofrem movimento para checar traços discursivos – ou, seguindo a nomenclatura de Miyagawa (2017), traços-δ, que ele define como traços configuracionais-discursivos, que estão ligados a tópicos e focos.

Ao observarmos as análises encontradas na literatura sobre o tópico-sujeito, apresentadas no capítulo 3, o que se percebe é que a motivação para o movimento do constituinte alçado à posição de sujeito não envolve traços-δ, mas sim traços-φ, ligados a operações sintáticas como satisfação do EPP, concordância e, a depender da análise, Caso.

Quando comparamos exemplos de topicalização marcada prototípicos como *A passagem, eu compro a prazo*, pode-se assumir que a única motivação para o movimento do sintagma *A passagem* é algum traço discursivo a ele associado, que força seu movimento para C, uma vez que a sentença *Eu compro a passagem a prazo* teria satisfeito todos os requerimentos relacionados a traços-φ.

Nas sentenças de tópico-sujeito como *O celular acabou a bateria*, se levarmos em consideração análises como a de Lunguinho (2006) e Munhoz & Naves (2012), que fazem referência ao fato de que a Numeração não conta com preposição ou com algum tipo de pro, o movimento do sintagma à posição de sujeito é necessário não para satisfazer algum tipo de traço discursivo, mas sim porque, sem ele, requerimentos como a satisfação do EPP e a concordância não seriam satisfeitos.

Há, ainda, outra característica das sentenças de tópico-sujeito que as diferenciam das de topicalização marcada típicas: as restrições semânticas e lexicais, que são muito fortes naquelas e não se verificam, ou são bem mais amplas, nestas.

Como foi visto, as construções de tópico-sujeito só são bem formadas se respeitarem algumas restrições semânticas existentes entre os sintagmas pré e pós verbais.

(2.17) a. * A mesa quebrou o pote.
b. * O menino morreu a mãe.
c. * O João cabe muita gente no carro.

Por outro lado, as construções com topicalização marcada mais típicas – anacoluto, deslocamento à esquerda e topicalização – não apresentam esse tipo de restrição de maneira tão sistemática:

(2.18) a. A mesa, quebrou o pote (que tava em cima dela).
b. O menino, morreu a mãe (dele).
c. O João, cabe muita gente no carro dele.

Esses exemplos mostram que, nas construções de topicalização marcada típicas, as possíveis relações semânticas entre o sintagma topicalizado e a sentença comentário são muito mais amplas que aquelas previstas nas construções de tópico-sujeito. Isso sugere que há mais questões formais envolvidas nessas sentenças do que apenas aspectos pragmático-discursivos.

Além disso, sentenças de tópico-sujeito ocorrem com um número limitado de verbos, notadamente os inacusativos ou aqueles transitivos que permitem o apagamento completo do argumento externo:

(2.19) a. * A parede socou.
b. * As roupas compraram o João.
c. * Essas escolas trabalham o João.

Essas restrições, na verdade, estão ligadas à questão abordada anteriormente, sobre as motivações do movimento do constituinte. Enquanto os traços responsáveis pelo movimento de tópicos são traços discursivos, e são de maneira geral suficientes para essa operação, o movimento do tópico-sujeito é limitado por alguns outros aspectos de natureza distinta.

2.3 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, discutimos o estatuto do sintagma pré-verbal nas construções de tópico-sujeito, a fim de contrastá-lo com outros tipos de tópico marcado, uma vez que vem sendo corrente na literatura o tratamento das construções de tópico-sujeito como uma estratégia de topicalização marcada no PB.

Nossa ideia não é negar a possibilidade de encarar esse tipo de sintagma como um tópico marcado, especialmente se a definição de sentenças com topicalização marcada for, como sugerem Berlinck, Duarte & Oliveira (2009), aquelas em que há um sintagma em posição proeminente da sentença que não foi selecionado pelo verbo. Nesse sentido, de fato os sintagmas tópicos-sujeito não são os sujeitos que prototipicamente ocupariam essa posição de acordo com a grade argumental dos verbos em questão.

O que nos interessa aqui é pontuar diferenças essenciais entre as construções de topicalização marcada típicas do PB (anacoluto, deslocamento à esquerda e topicalização) e as de tópico-sujeito, a fim de, nesse contraste, caracterizar mais claramente as últimas.

Nesse percurso, com base em Munhoz (2011) e em outras análises, abordamos alguns pontos que consideramos importantes para essa caracterização. De acordo com o que foi visto, em contraste com sintagmas topicalizados, o sintagma pré-verbal das construções de tópico-sujeito:

(i) estabelece concordância verbal;
(ii) pode ser coindexado a sujeitos nulos de orações coordenadas;
(iii) controla a interpretação de PRO em orações infinitivas subordinadas;
(iv) em sentenças complexas, deve estar c-comandado por um antecedente na oração imediatamente superior;
(v) em situações de hiperalçamento, é interpretado como o sujeito da oração encaixada, e não como tópico;
(vi) de acordo com as análises encontradas na literatura, ocupa posição diferente das dos tópicos marcados na estrutura sintática;
(vii) tem seu movimento desencadeado por traços associados a questões discursivas;
(viii) sofre restrições semânticas e lexicais sistemáticas.

Assim, esperamos ter pontuado diferenças essenciais entre as construções de tópico-sujeito e as outras estratégias de topicalização marcada encontradas no PB. Nesse contraste, ficam claras as aproximações entre o sintagma tópico-sujeito e as propriedades observadas nos sujeitos canônicos do PB, o que os diferencia de maneira crucial das chamadas estratégias de topicalização marcada.

Os dois primeiros capítulos da dissertação, então, foram dedicados a descrever e definir com um pouco mais de detalhes o fenômeno aqui analisado. No próximo, nos debruçaremos sobre explicações sintáticas para o fenômeno. Levantaremos algumas das propostas dadas na literatura para esse tipo de construção, que tentam explicar como o sistema gramatical do PB as permite – e, por contraste, por que o do PE e de outras línguas românicas não. Os trabalhos que serão revisados a seguir estão fincados na Gramática Gerativa, e essas análises, além de servirem para compreender melhor os aspectos singulares do PB em relação ao PE, também entrarão em diálogo com as discussões empreendidas no capítulo 4, quando introduziremos reflexões baseadas na Semântica Lexical e tocaremos em questões relativas à interface sintaxe-semântica, especificamente sobre restrições de cunho semântico para as derivações sintáticas, e falaremos sobre conceitos como gramaticalidade e aceitabilidade.

CAPÍTULO 3
A sintaxe do tópico-sujeito

Neste capítulo, nosso objetivo é duplo: apresentar uma revisão bibliográfica sobre o tema *tópico-sujeito* e sugerir que tais construções estão relacionadas a especificamente dois aspectos sintáticos: propriedades da posição de sujeito no PB e a ausência do argumento externo do verbo.

A primeira seção do capítulo fará uma breve apresentação de alguns conceitos como *posse externa*, *possessor's raising* e *inversão locativa*, que se referem a certos fenômenos encontrados em diversas línguas que estão de alguma maneira relacionados ao que ocorre nas sentenças de tópico-sujeito. Na sequência, começaremos a discutir algumas análises sobre a posição de sujeito no PB e apresentaremos alguns trabalhos que tentam compreender como a concordância verbal com um sintagma não-argumental é possível nesta língua.

Esperamos, portanto, que o capítulo promova uma visão panorâmica das tentativas de compreender esse fenômeno sob o ponto de vista da Sintaxe Gerativa, ao mesmo tempo em que apontamos para os pontos cruciais envolvidos nesse tipo de construção.

3.1 Fenômenos relacionados ao tópico-sujeito encontrados em outras línguas

As sentenças de tópico-sujeito estão relacionadas a possibilidades sintáticas encontradas em diversas outras línguas naturais. A seguir, apontaremos duas delas: a *posse externa* e a *inversão locativa*.

3.1.1 Posse externa

Há, em diversas outras línguas, dados que evidenciam "desencontros" – *mismatches*, de acordo com Deal (2017) – entre sintaxe e semântica em relação à estrutura argumental. Alguns exemplos desse fenômeno são encontrados no japonês e no francês.

(3.1) a. Je lui ai pris la main.
Eu 3SG.DAT Pass. pegado a mão.
'Eu peguei a mão dele.'

b. Mary-ga kami-ga naga-i.
Mary-NOM cabelo-NOM comprido-ser
'O cabelo de Mary é comprido.'

(URA, 1996, apud. DEAL, 2017, p. 2)

O ponto central desses dados é que o elemento nominal interpretado como possuidor está ligado ao verbo, e não há marcação morfológica ou sintática que o associe ao elemento possuído. Essa relação é feita no nível semântico, e não sintático, da mesma forma que ocorre com os dados de tópico-sujeito. Tal fenômeno é chamado na literatura de *posse externa*. Para Payne & Barshi (1999), os exemplos típicos de posse externa são

> construções nas quais a relação semântica possuidor-possuído é expressa pela codificação do possuidor em uma relação gramatical com o verbo, em um constituinte separado do que contém o possuído[19]

Assim, o que está em jogo é que o elemento possuidor está gramaticalmente associado ao verbo da oração, e não ao elemento possuído, o que configura um *mismatch* entre sintaxe e semântica. Há, em contrapartida, a *posse interna*, que ocorre quando a relação entre possuidor e possuído é sintaticamente codificada no mesmo constituinte, como nas sentenças abaixo, que seriam "pares" daquelas em (3.1):

(3.2) a. J'ai pris sa main.
Eu.pass pegado dele mão.
'Eu lhe peguei a mão.'

b. Mary-no kami-ga naga-i.
Mary-GEN hair-NOM comprido-ser
'O cabelo da Mary é comprido.' (ibdem)

19 "We take core instances of external possession to be constructions in which a semantic possessor-possessum relation is expressed by coding the possessor as a core grammatical relation of the verb and in a constituent separate from that which contains the possessum." (PAYNE & BARSHI, 1999)

Uma característica apontada pela autora é que para a ocorrência da posse externa é necessário um tipo de relação entre os sintagmas que garanta que uma ação (ou evento) sobre o elemento possuído afete também o elemento possuidor (DEAL, 2017, p. 10). Essa ideia segue a ideia lançada, no capítulo 1 desta dissertação (seção 1.4.1.1), de que sentenças de tópico-sujeito somente podem ser bem interpretadas caso o sintagma pré-verbal seja afetado diretamente pelo evento denotado pelo verbo, assim como o sintagma pós-verbal.

Ainda de acordo com o que foi apresentado naquele capítulo, a autora, com base em Berman (1981), Tuggy (1980), Kayne (1975), Guéron (1985), entre outros, considera possível a codificação da posse externa em situações envolvendo partes do corpo e peças de roupas (desde que estejam sendo usadas pelo possuidor durante o evento). Ainda, reforça-se a ideia de que há variações translinguísticas em relação ao que permite ou não a codificação da posse externa – como também apontado por Andrade & Galves (2014), com base em Chappell & McGregor (1996).

Em relação a isso, é importante relembrar que mesmo no Português Europeu, língua com a qual estamos contrastando o PB, há a possibilidade de sentenças como as abaixo, retiradas de sites de notícia de Portugal:

(3.3) a. Son quebrou o braço e será operado.
b. A grávida pode pintar o cabelo?
c. Toni Braxton rasga o vestido e mostra mais do que deve.

Os dados acima evidenciam que essa língua permite a codificação da posse externa a partir de relações de partes do corpo e roupas/acessórios que estejam sendo usados no momento do evento. Tal codificação, porém, não ocorre com seres inanimados, como “mesa/pé” ou “casa/telhado”, o que é uma diferença em relação ao PB, que permite a interpretação genitiva entre esses elementos sob a forma de posse externa.

Assim, ainda que as sentenças de tópico-sujeito sejam uma especificidade do PB, ao menos em contraste às outras línguas românicas, percebe-se que elas se inserem em um fenômeno mais amplo presente em diversas outras línguas: a posse externa, que permite a interpretação semântica da relação genitiva ou dativa entre dois sintagmas descontínuos.

3.1.2 Inversão locativa

Um outro fenômeno encontrado em diversas línguas e que também se associa às sentenças de tópico-sujeito é a chamada *inversão locativa*. Esse fenômeno se caracteriza por construções em que um elemento locativo, geralmente preposicionado, se encontra na posição pré-verbal, enquanto um argumento tema está em posição pós-verbal. Exemplos desse tipo de frase são encontrados em línguas como o inglês, espanhol e português:

(3.4) a. In the corner was a lamp.
b. En el cuarto entraron tres extranjeros.
c. Na Anchieta tinha muito trânsito.

(NAGASE, 2007)

Nessas construções, o que se percebe é a presença de um sintagma preposicionado de interpretação locativa e um sujeito posposto ao verbo. Isso mostra que a possibilidade de inversão da posição entre o sujeito e o locativo é algo presente em diferentes línguas, e não apenas no PB.

Dentre as maneiras de analisar essas frases, uma das mais bem estabelecidas na literatura é a de que o PP ocupa a mesma posição de um sujeito argumental (AVELAR, 2009; LEVIN & RAPPAPORT HOVAV, 1995), por questões relacionadas a Caso e à satisfação do EPP. Não é nosso objetivo aprofundar a explicação sobre este fenômeno, mas apenas apontar para a sua existência, com o propósito de situar as sentenças de tópico-sujeito em um contexto mais amplo.

O interessante do fenômeno tópico-sujeito locativo é que, nesse caso, o sintagma locativo aparece sem a preposição e a concordância verbal é disparada, como mostram os exemplos abaixo:

(3.5) a. As minhas gavetas cabem muita coisa.
b. Essas casa batem muito sol.

As sentenças de tópico-sujeito, por apresentarem esse tipo de concordância, se configuram, portanto, como casos especiais tanto de inversão locativa quanto de posse externa, que não se verificam em línguas como o PE e outras línguas românicas.

A partir da próxima seção, iniciaremos uma revisão bibliográfica que se dedicará a apresentar um panorama da discussão acerca da sintaxe das sentenças de tópico-sujeito e do sistema gramatical do PB em contraste com o do PE, a fim de que seja lançada luz sobre alguns aspectos essenciais para a questão.

3.2 O tópico-sujeito e a sintaxe do Português Brasileiro

Ao longo das últimas quatro décadas, diversos trabalhos apontaram para diferenças entre o comportamento do PB em contraste com o PE e outras línguas românicas no que diz respeito ao preenchimento da posição de sujeito. Pontes (1987), Galves (1987, 1998), Duarte (1993), Duarte (1996), Kato & Duarte (2008), entre outros, defendem a ideia de que o PB, diferentemente do PE, seria uma língua com orientação para o discurso – ou, ao menos, uma língua mista, em que tanto o tópico quanto o sujeito podem ter proeminência na organização estrutural das sentenças. Há, ainda, a ideia defendida por Negrão & Viotti (2011) de que o PB estaria passando por um processo de *ergativização*, no sentido de que estaria havendo mudanças na conceitualização de eventos, fenômeno que, sob essa perspectiva, seria expresso linguisticamente nas construções absolutas, discutidas no capítulo anterior.

Parte dessa discussão é motivada, justamente, pela existência das construções de tópico-sujeito, uma vez que elas vêm sendo analisadas como construções em que um elemento deslocado à esquerda ocupa a posição de sujeito. Isso sugere que, no PB, o tópico discursivo tem alguma proeminência na estruturação das sentenças, o que leva ao debate acima mencionado.

Ainda que seja uma discussão em aberto – e que não cabe nos limites desta dissertação – parece ser inegável que as construções de tópico-sujeito são dados que singularizam o PB frente ao PE. Mesmo Costa (2010), que se opõe à visão de que haja uma diferença macroparamétrica entre as duas línguas no que diz respeito à orientação discursiva, admite que as construções aqui chamadas de tópico-sujeito não ocorrem no PE. Esse fenômeno, portanto, gera reflexões não apenas sobre a orientação estrutural das sentenças no PB (tópico-comentário ou sujeito-predicado?), mas também sobre aspectos formais da sintaxe dessa língua. Afinal, o que haveria de diferente entre a sintaxe do PB e a do PE (e de outras línguas românicas) que permite o alçamento de

certos sintagmas à posição de sujeito – disparando concordância – em uma e não na outra?

Este capítulo, então, tem como um de seus objetivos principais o de estabelecer um panorama bibliográfico da discussão sobre o fenômeno do tópico-sujeito sob o ponto de vista sintático, apresentando trabalhos que lidam com esses dados sob os pressupostos teóricos da Gramática Gerativa. Ele será dividido em duas partes: na primeira delas, a discussão recairá sobre a questão da posição de sujeito no PB – mostraremos que são características dessa posição que explicam a diferença de gramaticalidade desse tipo de sentença no PB e no PE; a segunda parte será dedicada à sintaxe do movimento nessas construções – questão que, de certa forma, também está relacionada à posição de sujeito.

3.2.1 O tópico-sujeito e a posição de sujeito no Português Brasileiro

As sentenças de tópico-sujeito levaram a reflexões sobre a natureza da posição de sujeito no PB. O seu preenchimento por sintagmas nominais atípicos levanta questões sobre as propriedades dessa posição nessa língua, quando comparada com o PE e outras línguas românicas, que parecem ser mais restritas nesse aspecto.

Os trabalhos a seguir apresentam, a partir de questões relativas a sentenças de tópico-sujeito, algumas propostas de caracterização do PB em relação à posição do sujeito. A ideia, de maneira geral, é a de que a posição (ou *posições*, a depender da análise) de sujeito no PB, diferentemente do PE, pode abrigar sintagmas não apenas argumentais, mas outros sintagmas nominais disponíveis na derivação, o que possibilita o alçamento desses constituintes à posição pré-verbal, como visto nas sentenças de tópico-sujeito.

3.2.1.1 Orientação para o tópico e a sintaxe de concordância do PB: Galves (1998)

Galves (1998), em um dos primeiros trabalhos a abordar esse fenômeno do PB sob o ponto de vista do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), propõe uma análise das sentenças de tópico-sujeito, relacionando-as à hipótese – já aventada por Pontes (1987) e Galves (1987) – de que o PB seria uma língua orientada para o tópico. Assim, a autora parte de alguns dados atestados no PB e que são impossíveis no PE para discutir as

diferenças entre essas duas línguas. Repetimos abaixo alguns exemplos trazidos pela autora, e a seguir apresentamos a sua análise:

(3.6) a. A balança está consertando.
b. Esta casa bate sol.
c. O relógio quebrou o ponteiro.

Ao analisar esses dados, a autora caracteriza o PB como língua orientada para o tópico, uma vez que, nesse tipo de língua, não há a necessidade de marcas morfológicas que indiquem a não correspondência entre a estrutura sintática e a estrutura argumental do verbo, que é justamente o que ocorre nas sentenças acima. Em sua proposta, há também a menção a sentenças com redobramento pronominal, como *Essa competência, ela é de natureza mental*. Haveria um contraste entre essas sentenças e as de tópico-sujeito, uma vez que, nas últimas, não pode haver a presença de um pronome lembrete: **Estas casas batem muito sol nelas*. A partir desses exemplos, a autora desenvolve uma descrição do sistema de concordância e de preenchimento da posição de sujeito no PB.

Sua análise se baseia em duas premissas:

(a) AGR é um traço formal parametricamente associado a categorias formais
(b) Há uma categoria funcional entre C e T – mais especificamente, *Pessoa*

A assunção de que AGR é um traço formal é um desdobramento da proposta de Chomsky (1995) de excluir AGR do conjunto das categorias funcionais. Atenta ao fato de que AGR desempenha um papel importante em diversos fenômenos linguísticos, Galves (1998) propõe que ele seja um traço formal parametricamente associado a categorias funcionais. Nessa análise, AGR seria o traço formal que “força” a projeção de um especificador – ou seja, categorias [+AGR] projetam especificador, e categorias [-AGR] não o fazem.

Em relação à premissa (b), a escolha de Pessoa como a categoria entre C e T é justificada pelo fato de ela, por ser uma categoria dêitica comparável à de Tempo, conter traços interpretáveis em Forma Lógica (uma das exigências de Chomsky sobre as categorias funcionais). A autora ainda alude ao fato de que há diferenças na marcação de Caso, em várias línguas ergativas, em função da marca de pessoa no verbo.

A argumentação prossegue com a ideia de que os traços formais de Pessoa são traços-φ não-intepretáveis, o que força o movimento de outros traços para checá-los. Essa checagem pode ser feita pelos traços-φ interpretáveis de algum sintagma no especificador de Pessoa ou por traços-φ se movendo para o núcleo de Pessoa.

Outra consideração essencial para a proposta é a de que pronomes são traços-φ interpretáveis. Essa ideia se baseia em dois argumentos: pronomes não têm necessariamente um interpretação referencial[20] e podem desempenhar papel de concordância – *Essa competência, ela é de natureza mental*.

Em sua análise, a autora assume a seguinte parametrização das categorias funcionais Pessoa e Tempo no Português Brasileiro:

Pessoa: - V ; - AGR Tempo: + V ; + AGR

Com essa parametrização, Galves (1998) está afirmando que, no PB, o verbo não pode subir até Pessoa e que esta categoria não projeta um especificador; a categoria Tempo, por sua vez, se comporta de maneira oposta. O que interessa nisso tudo é o fato de que, por essa esquematização, os traços-φ de Pessoa não podem ser checados nem em consequência do movimento do verbo, nem pelo movimento do sujeito – a única alternativa é o movimento invisível de traços-φ pronominais. Essa situação explicaria a existência das estruturas com deslocamento à esquerda no PB.

Assim, a estrutura subjacente a frases com redobro pronominal como *Essa competência, ela é de natureza mental* seria a que segue, na qual o NP pré-verbal está adjungido à projeção de Pessoa:

(3.7) $[_{PersP}$ Essa competência $[_{PersP}$ ϕ_i $[_{TP}$ ela$_i$ é de natureza mental]]]

Na verdade, o que se conclui dessa análise é que toda oração no PB é uma construção de deslocamento. Quando não há pronome lexical realizado, entende-se que há um pronome nulo em posição de sujeito:

(3.8) $[_{PersP}$ DP $[_{PersP}$ ϕ_i $[_{TP}$ pro$_i$ V]]]

20 No francês, por exemplo, temos: *Je le sais* (Eu *o* sei) e *Belle, elle ne l'a jamais été* (Bela, ela nunca *o* foi)

Para fechar seu argumento, a autora retorna às construções de tópico-sujeito, repetidas aqui para maior conveniência:

(3.9) a. As revistas xerocaram
b. Esta casa bate muito sol.

Para compreender a proposta de análise da autora para essas frases, duas características desse tipo de construção, já mencionadas, devem estar claras: a ausência obrigatória de pronome lembrete e a não projeção do argumento externo do verbo[21].

Dadas essas condições, o que acontece é que não há projeção de Spec,TP, o que significa que os traços-φ do verbo – não-interpretáveis – não podem ser checados em configuração Especificador-Núcleo. Os traços, então, se movem para Pessoa, onde são checados diretamente com os traços-φ dessa categoria. Esse movimento dos traços de V permite que Pessoa "herde" o traço +AGR de Tempo, possibilitando a projeção de Spec,PersP, para onde o NP pré-verbal vai.

A configuração das sentenças de tópico-sujeito, portanto, seria:

(3.10) a. $[_{PersP}$ [As revistas]$_j$ $[_{Pers'}$ ϕ_i $[_{TP}$ estão xerocando t_j]]]
b. $[_{PersP}$ [Essa casa]$_j$ $[_{Pers'}$ ϕ_i $[_{TP}$ bate [muito sol] t_j]]]

É interessante perceber que essa análise dá conta da distribuição complementar entre concordância verbal e presença de pronome lembrete. Nas construções de tópico-sujeito, exige-se que os traços de V vão para Pessoa. Como o pronome lembrete é um elemento de concordância, sua presença nesse tipo de sentença torna-se impossível. Além disso, se Spec,TP estiver presente, os traços-φ de Pessoa somente podem ser checados pelos traços-φ pronominais (como visto em (3.7)); se Spec,TP estiver ausente, os traços do verbo sobem e, ao estenderem a projeção de Tempo, fazem com que a presença de um pronome lembrete viole o Princípio B, pois ele estaria no mesmo domínio de ligação. Em resumo, essa proposta sugere uma categoria acima de T, que não recebe

21 A evidência dada pela autora para a não projeção do argumento externo é que em (i) (abaixo) pode-se pensar que o sujeito nulo da oração infinitiva está sendo controlado por uma categoria vazia da oração finita; em (ii), não há essa categoria, portanto não há como interpretar o sujeito da oração infinitiva como agente de *xerocar*:
(i) A revista foi xerocada para ganhar tempo.
(ii) *A revista xerocou para ganhar tempo.

o verbo e tem traços-φ a serem checados, o que pode ser feito por traços pronominais ou por traços-φ do verbo.

Uma outra proposta de análise é a de Costa & Galves (2001), que aprofundam as comparações entre o PB e o PE.

3.2.1.2 A posição de sujeito no PB e no PE: Costa & Galves (2001)

Nesse trabalho, os autores discutem a questão da posição do sujeito no PB e no PE, comparando as duas línguas. Partindo de sentenças como as abaixo, nas quais pode haver um advérbio entre os dois constituintes, eles mostram que o PE e o PB são línguas cujo sujeito é externo e não adjacente ao verbo:

(3.11) a. O Pedro provavelmente viu a Maria.
b. Os meninos todos viram a Maria.

Estudos anteriores, como o de Belletti (1990) acerca do italiano, sugeriam que dados como os acima indicavam que o sujeito deveria estar deslocado à esquerda, em posição periférica em relação à IP. Um dos argumentos de Belletti (1990) é a agramaticalidade da sentença abaixo (3.12) no italiano – em que *ninguém* precederia um advérbio sentencial. Costa & Galves (2001), porém, apontam que o PB e o PE não se comportam dessa forma:

(3.12) a. *Nessuno probabilmente ha sbagliato.
b. Ninguém provavelmente falhou.

(3.12b) coloca em xeque a afirmação de que sujeitos externos estão sempre em posição de deslocamento à esquerda. Os autores, portanto, defendem que o deslocamento à esquerda não é a única forma de derivar sujeitos externos. Especificamente em relação ao PB e ao PE, é defendida a hipótese de que no primeiro o sujeito está deslocado à esquerda, e de que no segundo, não. Em comum, os dois sistemas têm movimento curto do verbo, que vai até I, mas não alcança o núcleo flexional mais alto, AgrS. Dessa forma, os autores explicam a não-adjacência entre o verbo e o sujeito, independentemente de o DP pré-verbal ser deslocado ou não à esquerda.

Apesar de compartilharem essa característica, o PE e o PB se distinguem no que diz respeito ao comportamento do sujeito:

(i) o PB permite redobro pronominal frequentemente; o PE, apenas em contextos muito restritos (3.13);
(ii) o PB, por ser uma língua orientada para o tópico, permite o que se chama de concordância com o tópico (sentenças de *tópico-sujeito*); o PE, não (3.14);
(iii) o PE permite a ordem VSO, inclusive com redobro pronominal do sujeito; essa ordem é muito mais restrita no PB (3.15).

(3.13) a. O Pedro, ele telefonou. (PB / ??PE)
b. Eu acho que o povo brasileiro ele tem uma grave doença. (PB / *PE)

(3.14) a. O relógio estragou os ponteiros. (PB / *PE)
b. Aquele carro furou os pneus. (PB / *PE)

(3.15) a. O Pedro, leu ele o livro. (*PB / PE)

Para dar conta dessas diferenças, Costa & Galves (2001) começam estabelecendo uma divisão entre as línguas de sujeito externo. Para os autores, um sujeito é externo se:

(a) está deslocado à esquerda, ou
(b) está em Spec,AgrS, e o verbo tem movimento curto até T, ou
(c) está deslocado à esquerda, e o verbo tem movimento curto até T.

Sob essa perspectiva, a configuração (a) seria encontrada no Trentino, que obriga o redobro pronominal do sujeito externo por um clítico, (b) seria a descrição para o PE e (c) para o PB.

Sobre o PB, os autores argumentam que AgrS é uma categoria defectiva, que não tem traços-V nem traços-D, ou seja, que não pode atrair nem o verbo nem o sujeito, o que faz com que o EPP somente possa ser satisfeito em Spec,TP. A defectividade de AgrS estaria relacionada às características morfológicas do paradigma verbal do PB – nessa língua, ainda há sujeitos nulos, mas a sua identificação não se dá pela concordância verbal. Assim, Spec,TP tende a ser preenchido por um pronome lexical.

As representações das sentenças em cada uma das línguas mencionadas acima seriam, então:

(3.16) a. *Trentino*: [$_{IP}$ Subj [$_{IP}$ (cl$_i$)V [$_{VP}$ pro$_i$ t$_V$]]]

b. *Português Europeu*: [$_{AgrSP}$ Subj [$_{TP}$ t$_{subj}$ V [$_{VP}$ t$_{subj}$ t$_V$]]]

c. *Português Brasileiro*: [$_{AgrSP}$ Subj [$_{AgrSP}$ [$_{TP}$ pro/ele V [$_{VP}$ t$_{pro}$ t$_V$]]]]

De acordo com os autores, as diferenças entre os comportamentos dos sujeitos nas três estruturas acima decorrem do fato de que, no Trentino, a única posição-A do sujeito é Spec,VP, e os sujeitos pré-verbais são deslocados à esquerda; no PE, há várias posições-A para o sujeito: Spec,AgrSP, Spec,VP e Spec,TP; no PB, Spec,TP é obrigatoriamente ocupado por uma categoria pronominal (lexical ou nula) associada ao sujeito, para o qual Spec,VP não está disponível.

A descrição proposta para o PB dá conta da possibilidade de ocorrência das sentenças com redobramento pronominal do sujeito: como o sujeito lexical está em adjunção a IP, há uma posição disponível para o pronome. Isso se adéqua também à ideia já mencionada de que somente pronomes (realizados ou nulos) podem preencher Spec,TP nessa língua. Esses fatos aproximam o PB das línguas de sujeito deslocado, ao mesmo tempo em que a orientação para o tópico a distingue destas.

As três representações evidenciam, também, três diferentes formas de licenciar AgrS. No Trentino, isso é feito pelo movimento do verbo, que vai até o núcleo funcional; no PE, como o movimento do verbo é curto, AgrS é identificado pelo sujeito, em relação de Especificador-Núcleo; no PB, que é a única das três em que AgrS está vazio, nem o movimento do verbo, nem a concordância com o sujeito em Especificador-Núcleo podem acontecer. Os autores propõem, então, que AgrS é identificado por traços pronominais que se movem da posição argumental coindexada ao sintagma deslocado à esquerda.

Como já apontamos anteriormente, em sentenças de tópico-sujeito não há argumento agente (ou, de maneira mais ampla, o desencadeador do evento). Assim, não haveria projeção de Spec,TP nesse tipo de sentença. A estrutura proposta pelos autores para essas construções é, então:

(3.17) [$_{AgrSP}$ DP$_i$ [$_{AgrSP}$ AgrS$_i$ [$_{TP}$ V-fi [$_{VP}$ t$_v$ pro$_i$]]]]

A derivação converge pois os traços de concordância do verbo não entram em uma relação de Especificador-Núcleo com TP – eles podem identificar os traços de AgrS, concordando com o DP pré-verbal. O DP, por sua vez, não poderia estar em Spec,AgrS, uma vez que, se estivesse, seria ele a identificar AgrS, e os traços do verbo ficariam sem checagem.

Assim, a diferença entre as sentenças de tópico-sujeito, como *A revista xerocou*, e as de redobramento pronominal do sujeito é que nas últimas há projeção de Spec,TP. Ambas ocorrem apenas em línguas em que AgrS não tem traços-V, nem traços-D – seria essa a propriedade caracterizadora das línguas orientadas para o tópico. O contraste com o PE, que não permite esses tipos de sentenças, se dá pelo fato de que, nessa língua, apesar de o sujeito também ser externo, ele está em Spec,AgrSP, e não adjungido a essa categoria, como ocorre no PB.

Podemos, então, apontar as principais conclusões dos autores sobre os sujeitos no PE e no PB: ainda que nas duas línguas o sujeito seja externo, eles são caracterizados de maneiras distintas. Em ambas, o verbo tem movimento curto, mas em PE o sujeito não é deslocado à esquerda, podendo se realizar em Spec,AgrSP, Spec,TP ou Spec,VP. No PB, AgrS está vazio, Spec,TP é obrigatoriamente ocupado por um pronome, lexical ou nulo, coindexado ao sujeito, e Spec,VP não está disponível para ele. O sujeito lexical estaria, então, deslocado à esquerda, em adjunção a AgrSP.

A seguir, apresentamos três trabalhos que, partindo de sentenças de tópico-sujeito ou dados relacionados a esse fenômeno, tentam compreender de maneira mais específica a questão da concordância no Português Brasileiro e a sua relação com propriedades da posição de sujeito.

3.2.2 A concordância no PB

Os trabalhos a seguir se debruçam sobre questões que envolvem o contraste entre os sistemas de concordância do PB e do PE. Os três trabalhos – Avelar & Galves (2011), Munhoz & Naves (2012) e Toniette (2013) – partem do fenômeno do tópico-sujeito e analisam a possibilidade de concordância sob um viés que explora a interação entre as camadas C e T da sentença, na esteira de trabalhos como os de Chomsky (2008), Ouali (2008) e Miyagawa (2010), que estipulam certas relações entre elas.

3.2.2.1 Avelar & Galves (2011)

Neste trabalho, os autores apontam para uma diferença entre o PB e o PE no que diz respeito a como cada uma dessas línguas funciona no complexo C-T, o que explicaria o fato de o PB aceitar construções de tópico-sujeito e o PE, não.

Os autores então assumem a proposta de Chomsky (2008), de que os traços-Φ não são intrínsecos a T, mas sim herdados de C. A partir dessa ideia, e em consonância com o que afirma Holmberg (2010), eles defendem a oposição entre línguas Φ-dependentes e línguas Φ-independentes.

Tal oposição está relacionada à satisfação do EPP de T (EPP_T) e à criação de Spec,TP. Há línguas em que Spec,TP só pode ser criado após T herdar os traços-Φ de C; há outras em que Spec,TP é criado assim que T é concatenado à estrutura, antes que ele herde os traços-Φ de C. Em outras palavras, nas línguas Φ-dependentes, Spec,TP só pode ser criado após a projeção de C, enquanto nas línguas Φ-independentes, Spec,TP é gerado assim que T entra na estrutura, e seu EPP_T pode ser satisfeito imediatamente.

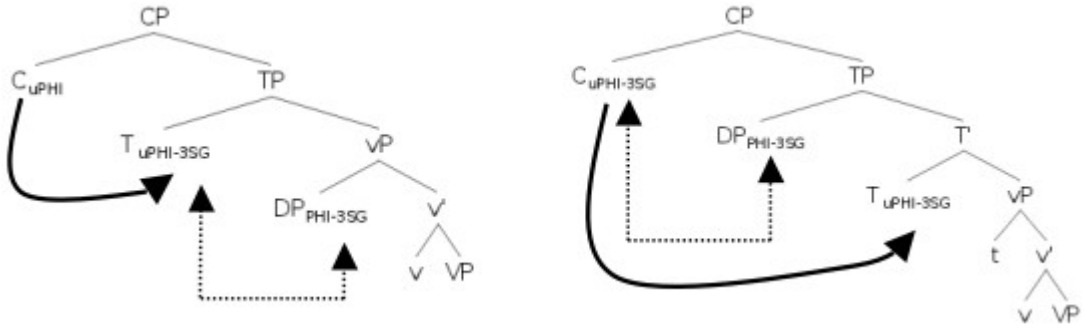
Segundo Avelar & Galves (2011), o PB seria um exemplo de língua Φ-independente e o PE de língua Φ-dependente. Isso explicaria algumas diferenças entre essas duas línguas no que diz respeito a estratégias de satisfação de EPP. Em PB, por exemplo, é possível que sintagmas locativos ocorram em Spec,TP, sem que estabeleçam concordância, o que sugere que, no PB, essa posição pode ser ocupada por elementos que não interagem com os traços-Φ em T:

(3.18) a. *Consertava sapato.
b. Naquela loja consertava sapato.

(AVELAR & GALVES, 2011)

Em PB, quando os traços de concordância são transferidos de C para T, Spec,TP já está projetado. Assim, o alvo da concordância está nessa posição. O mesmo não acontece no PE: nessa língua, Spec,TP ainda não está criado quando C é projetado, portanto o alvo da concordância se encontra em Spec,*v*P, como mostra o esquema abaixo:

(3.19) a. Português Europeu b. Português Brasileiro



Uma consequência disso é que, de acordo com essa análise, Spec,TP é uma posição-A' no PB, pois é criada não por requerimentos de traços-Φ, mas apenas por conta de EPP_T. Isso permite, então, a presença de sintagmas não-argumentais nessa posição. Já no PE, Spec,TP é uma posição-A, uma vez que os movimentos para essa posição ocorrem por conta de traços-Φ.

Essa proposta, portanto, daria conta de explicar como o PB permite o preenchimento da posição de sujeito, gerando concordância verbal, com sintagmas não-argumentais, como em *Os carros furaram o pneu*. Na segunda parte desse capítulo, apresentaremos propostas de derivação desse tipo de sentença por parte desses e de outros autores. Na próxima seção, será apresentada outra visão sobre a posição de sujeito no PB, ainda sob a perspectiva de interação entre C e T.

3.2.2.2 Munhoz & Naves (2012)

Neste trabalho, as autoras dão continuidade à descrição feita em Munhoz (2011) das propriedades das sentenças de tópico-sujeito genitivas e locativas, apresentada no capítulo anterior.

Há, além disso, uma proposta mais robusta de derivação sintática desse tipo de construção no PB, que toca na questão da relação entre as camadas C e T e a projeção de Spec,TP nessa língua. Por enquanto, focaremos nessa relação – na segunda parte do capítulo detalharemos a proposta de derivação completa das autoras.

Em linhas gerais, para caracterizarem a posição de sujeito no PB, as autoras lançam mão da implementação que Miyagawa (2010) faz da proposta de Chomsky (2008), citada na seção anterior. Miyagawa assume que nas línguas com orientação para

o tópico há uma projeção α entre C e T. Admitindo que o PB seja uma língua mista nesse aspecto (ora se comporta como língua de sujeito, ora como de tópico), Munhoz & Naves (2012), seguindo Pilati & Naves (2012), defendem que pode haver transferência de traços de C para T ou de C para α, dependendo da construção.

Ainda de acordo com Miyagawa (2010), a posição Spec,αP é projetada para abrigar um tópico ou um foco. A distinção entre línguas de sujeito e de tópico poderia ser feita, nesse caso, baseada na categoria que herda traços de C: em línguas de tópico, quem os herda é α; em línguas de sujeito, os traços vão para T.

O que ocorre é que quando os traços de C são herdados por α – e não por T – Spec,αP, posição que não atribui Caso e, por isso, pode atrair qualquer DP, o tópico se torna uma alternativa ao sujeito. Em línguas de sujeito, em que os traços de C vão apenas para T, isso não seria possível, pois T é uma categoria de Caso, e só poderia receber DPs argumentais.

As autoras ilustram esse raciocínio com as frases abaixo. Nas duas primeiras, a configuração sintática faz com que os traços de C vão para T; na última, uma construção de tópico-sujeito, C transfere seus traços para α:

(3.20) a. Cabe muita coisa nesse caminhão.
b. A mudança cabe nesse caminhão.
c. Esses caminhões cabem a mudança.

Essa é, portanto, a caracterização da posição de sujeito no PB feita pelas autoras, sob a perspectiva de essa língua ser, diferentemente do PE, uma língua de proeminência de tópico e de sujeito.

Para finalizar a seção sobre a posição de sujeito no PB, apresentamos a seguir o trabalho de Toniette (2013), que também aponta para as interações entre C e T para explicar as distinções verificadas entre o PB e outras línguas românicas no que diz respeito ao preenchimento da posição de sujeito e à concordância verbal.

3.2.2.3 Toniette (2013)

Toniette (2013) lida com um conjunto de sentenças cujo recorte se presta a analisar o que o autor chama de concordância com sintagmas não-argumentais. Entre as

sentenças, há algumas de tópico-sujeito, como *Meus dois carros furaram o pneu* e *Aquelas calças estão soltando o botão*.

Seu trabalho segue o modelo de Ouali (2008), em que a relação entre C e T pode se dar por meio do *compartilhamento de traços*. Uma diferença entre o PE e o PB seria, então, que naquele haveria uma *doação* integral de traços de C para T, e neste, um *compartilhamento*, como mostram os esquemas abaixo:

(3.21) a. *Doação*

C T DP/NP

|_____ Doação _____| |_____Concordância_____|

b. *Compartilhamento*

C T DP/NP

|___*C*ompartilhamento___| |_____Concordância_____|

De maneira resumida, o autor defende que em sentenças do PB como *Os celulares acabaram a bateria*, o sintagma pré-verbal é movido para Spec,C, uma vez que, como os traços relevantes para concordância e Caso são compartilhados, e não doados, com T, C pode abrigar sintagmas não-argumentais ao mesmo tempo em que possibilita a concordância com o verbo.

A agramaticalidade dessas sentenças no PE é explicada pela propriedade de, nessa língua, os traços de C serem integralmente doados para T, o que impossibilita a concordância do elemento em C com os traços doados para T.

Por fim, o autor compara a posição dos sintagmas pré-verbais das construções de tópico-sujeito (que estabelecem concordância) com a posição de sintagmas topicalizados sem concordância, que ocorrem também no PE. Sua conclusão é que o PB dispõe de duas posições que podem abrigar tópicos: TopP (que também é disponível em PE)e CP, que, por compartilhar traços com T, e não doá-los, permite valorar o Caso desses DPs e estabelecer concordância, como nas construções de tópico-sujeito.

3.2.3 Resumo parcial do capítulo

Apesar das diferenças, as análises acima sugerem que o PB apresenta propriedades sintáticas distintas das do PE no que diz respeito à posição de sujeito, o que explicaria os diferentes comportamentos no que diz respeito ao preenchimento dessa posição e às possibilidades de concordância. Além disso, elas caminham na direção que Pontes (1987) e Galves (1987) já apontavam anteriormente, acerca de uma possível mudança na orientação dessa língua para o discurso.

Uma outra conclusão a que se chega a partir desses trabalhos é que os sintagmas pré-verbais nas construções de tópico-sujeito ocupam posições diferentes da posição ocupada por tópicos marcados, como visto no capítulo anterior (cf. Capítulo 2), o que mostra que o comportamento desse sintagma é o de um sujeito, e não o de um tópico marcado.

Antes, porém, dedicaremos a segunda parte do presente capítulo a apresentar algumas propostas de derivação sintática das construções de tópico-sujeito, que tentam dar conta do movimento do DP que passa a ocupar a posição de sujeito nessas sentenças. Como um dos objetivos deste trabalho é entender quais propriedades sintáticas permitem a aplicação de certas operações sintáticas, compreender a natureza dessas operações é essencial para um entendimento mais robusto do problema.

3.3 Derivando Sentenças de Tópico-Sujeito

A discussão acima explicitou algumas questões relativas à posição de sujeito no PB e no PE, de maneira a explicar as diferenças sintáticas atestadas entre essas duas línguas – notadamente, a possibilidade de construções do tipo tópico-sujeito em uma e não na outra. Agora, apresentaremos algumas propostas de derivação sintática desse tipo de construção baseadas na Teoria Gerativa.

O objetivo é, além de traçar um panorama da discussão na literatura, proporcionar dados e reflexões que contribuam para a descrição léxico-semântica que se pretende construir no capítulo 4 desta dissertação. Aspectos como a ausência do argumento externo e a relação entre os sintagmas nominais nessas construções, além da identificação dos verbos que aparecem nos exemplos utilizados, serão valiosos para um delineamento mais completo do objeto.

As primeiras seções, Munhoz & Naves (2012), Andrade & Galves (2014) e Avelar & Galves (2011), tratam das sentenças de tópico-sujeito do tipo DP V DP, como *O carro furou o pneu* e *Esse carro cabe muita gente*. Depois, apresentaremos a proposta de Negrão & Viotti (2010) para as chamadas construções absolutas, como *O frango cozinhou* e *Meu jardim destruiu com a chuva*.

3.3.1 Munhoz & Naves (2012)

A partir da caracterização das sentenças de tópico-sujeito locativas e genitivas proposta por Munhoz (2011), já comentada no primeiro capítulo, Munhoz & Naves (2012) sugerem uma derivação sintática para cada um desses dois tipos de tópico-sujeito, baseadas, como já visto, na hipótese de transferência de traços de C para T, seguindo a implementação de Miyagawa (2010).

Acompanhando o que afirma Munhoz (2011), as autoras partem dos seguintes pressupostos para explicarem como ocorre a projeção do sintagma verbal (VP) com verbos inacusativos biargumentais, ou seja, de tópico-sujeito locativo:

(i) não há projeção de vP, por serem esses verbos inacusativos – ou seja, não há argumento externo;
(ii) o complemento de verbos inacusativos sempre terá Caso nominativo, valorado sintaticamente, quando T possui traços-φ, ou, quando T é defectivo, no componente morfológico (Caso *default*);
(iii) como sugere Lunguinho (2006), a Numeração de sentenças de tópico-sujeito com verbos inacusativos biargumentais não conta com preposição.

Segundo elas, e seguindo a lógica de Lunguinho (2006), a depender da Numeração, os argumentos – tema e locativo – de um verbo inacusativo biargumental podem ter projeções sintáticas diferentes. Quando há a preposição na Numeração, o primeiro Merge da derivação é o da preposição com seu complemento, que origina um PP locativo. Esse PP será selecionado pelo verbo como o seu complemento locativo. Há, então, o Merge do argumento tema. O resultado é uma sentença como a abaixo:

(3.22) a. [$_{VP}$ a mudança [$_{V'}$ [$_{V}$ cabe [$_{PP}$ nesse caminhão]]]]

Numerações sem a preposição podem gerar sentenças como a em (3.22). Nesse caso, o primeiro Merge é do verbo com o argumento tema, e o segundo é com o locativo. Dessa forma, o locativo fica em uma posição mais alta, disponível para o alçamento:

(3.23) a. [$_{VP}$ esse caminhão [$_{V'}$ [$_{V}$ cabe [$_{DP}$ a mudança]]]]

Como foi visto na primeira parte desse capítulo, a posição que abriga o sintagma alçado é Spec,αP, categoria projetada entre C e T para, segundo Miyagawa (2010), abrigar tópicos e focos. As autoras afirmam que, a despeito das diferenças entre os tópicos-sujeitos locativos e genitivos, o sujeito de ambas vai para essa mesma posição. A diferença estaria, portanto, somente no que diz respeito à estrutura argumental dos verbos que licenciam essas construções, mas não ao licenciamento do DP pré-verbal:

(3.24) a. [$_{CP}$ [$_{aP}$ Essa casa bate [$_{TP}$ … [$_{VP}$ ~~essa casa bate~~ [$_{DP}$ sol]]]]]
b. [$_{CP}$ [$_{aP}$ O carro furou [$_{TP}$ … [$_{VP}$ ~~furou~~ [$_{DP}$ [$_{DP}$ ~~o carro~~ [$_{D'}$ o [$_{NP}$ pneu]]]]]]]]

Como αP não atribui Caso e T é defectivo, as autoras propõem que ambos os DPs nas construções locativas não têm traço de Caso, e recebem Caso Nominativo *default*, o que seria evidenciado pela pronominalização em Nominativo:

(3.25) a. Num coloca meus sapatos nessa mala, não, que essa mala não cabe **eles**.
b. Ih, aquela mulher foi sentar na cadeira e a cadeira nem coube **ela**!
(NEGRÃO, 1999, p. 32)

Dessa forma, as autoras formalizam estruturalmente a diferença apontada em Munhoz (2011) entre as sentenças de tópico-sujeito locativas e genitivas. A seguir, apresentamos o trabalho de Andrade & Galves (2014), que vai na direção oposta, e propõe uma análise que unifique esses tipos de construção.

3.3.2 Andrade & Galves (2014)

Uma das críticas sofridas pelo trabalho de Munhoz (2011) (e pelo trabalho posterior, que segue a mesma linha, de Munhoz & Naves (2012)) é que essa análise

perde de vista o fato de que as duas configurações – genitiva e locativa – licenciam o movimento de um constituinte para a posição de sujeito. O trabalho de Andrade & Galves (2014), então, busca fornecer uma única análise que consiga dar conta tanto das construções de tópico-sujeito genitivas quanto locativas.

O entendimento dos autores é que, apesar das diferenças superficiais entre os dois tipos, elas devem compartilhar uma mesma estrutura subjacente, que licencia o alçamento de um constituinte do domínio argumental para a posição de sujeito. A hipótese, baseada no que propôs Den Dikken (2006), é que haveria nas construções de tópico-sujeito uma espécie de predicação secundária, codificada pelas relações de posse inalienável e conteúdo-contenedor entre os constituintes, e somente essa configuração específica permitiria o movimento de um deles para fora do seu domínio argumental.

Importante ressaltar que, neste trabalho, os autores lidam apenas com as construções de tópico-sujeito do tipo DP V DP. Sentenças como *A cueca tá lavando*, presentes em Galves (1987, 1998) não são analisadas por eles neste momento.

O percurso argumentativo adotado começa com a assunção, já bem estabelecida na literatura, de que esse tipo de construção ocorre apenas com verbos inacusativos, pois eles permitem sujeitos que não foram concatenados em Spec,*v*P. Pelo fato de esses verbos não terem argumento externo, o seu sujeito precisa ser derivado de alguma outra posição – interna a VP.

Em relação aos tópicos-sujeitos genitivos, Andrade & Galves (2014) questionam a afirmação de Munhoz (2011) de que tais sentenças ocorrem apenas com verbos inacusativos que participam da alternância causativa. De fato, há ocorrências de frases de tópico-sujeito cujos verbos não participam dessa alternância – já mencionadas no capítulo 1, repetidas aqui para maior conveniência:

(3.26) a. A internet caiu a conexão. (ANDRADE & GALVES, 2014, p. 124)
b. O carro morreu o motor.
c. As ações despencaram o valor.
d. O carro derrapou as rodas de trás e aí bateu no poste.

A alternativa proposta por Andrade & Galves (2014), então, é que o que permite ou impede a construção de sentenças de tópico-sujeito é a relação entre os sintagmas pré e pós-verbais: é necessário, para o licenciamento desse tipo de estrutura, que haja uma relação de parte-todo ou posse inalienável entre eles. Isso é evidenciado pela

agramaticalidade das sentenças abaixo, em que há uma relação de adjacência locativa e de posse alienável:

(3.27) a. *A mesa quebrou o pote.
b. *O João pifou o carro.

(ANDRADE & GALVES, 2014, p. 124)

Dessa forma, os autores argumentam que há uma codificação específica resultante da relação de posse inalienável. Essa relação gera efeitos sintáticos em diversas línguas, e diz respeito, em um gradiente hierárquico, a certas relações como partes do corpo, parentesco, parte-todo, algumas relações espaciais e certos objetos de uso comum entre os humanos.

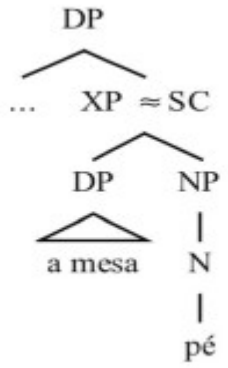
Os autores tomam como exemplo de posse inalienável as duas frases abaixo:

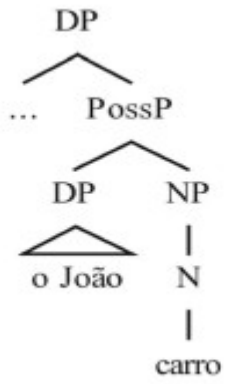
(3.28) a. **A Belina** deita o banco, sabe?
b. **A minha caneta** acabou a tinta.

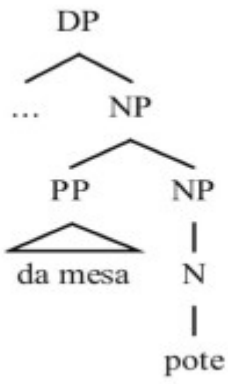
A relação presente nas sentenças acima pode ser descrita nos seguintes termos, de Chappel & McGregor (1996, apud. ANDRADE & GALVES, 2014, p. 125): um elemento está em relação de posse inalienável quando “implica a existência de alguma outra entidade, o todo ao qual ele pertence, ou ao qual está associado”. Nos casos acima, *o banco* e *a tinta* só existem enquanto partes de algo maior, a *Belina* e *a caneta* – que, prototipicamente, são entidades concebidas conceitualmente como possuidores de bancos e tinta.

Ao contrastarem (3.27) e (3.28), os autores concluem que há alguma distinção de natureza estrutural entre as sentenças com posse inalienável e aquelas sem posse inalienável. Eles defendem, então, que essa relação é codificada como uma predicação secundária, estruturada como uma *small clause*, formada pelo possuidor e pelo possuído. Essa estrutura de predicação não ocorre com posse alienável:

(3.29) *O pé da mesa* (3.30) *O carro do João* (3.31) *O pote da mesa*



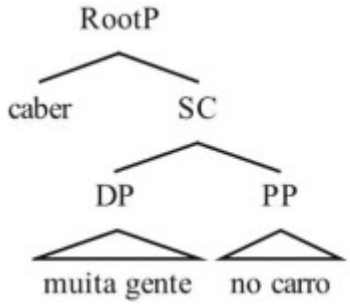


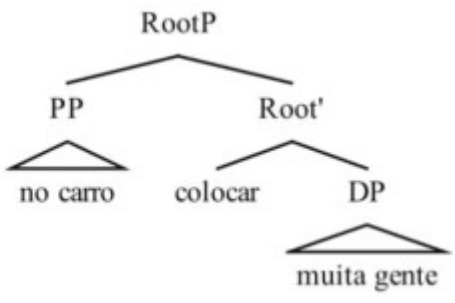


A configuração em (3.29) permite que o possuidor (*a mesa*) não tenha o Caso marcado dentro do domínio nominal, enquanto em (3.30) e (3.31), o DP possuidor tem o Caso checado ou com PossP ou por P.

Essa predicação secundária ocorre também nas sentenças de tópico-sujeito locativas. Resumidamente, a ideia dos autores é que verbos locativos inacusativos instanciam uma segunda predicação na qual o sintagma locativo é concatenado. No caso das sentenças com verbos locativos transitivos ou inergativos, esse sintagma entra na derivação no nível VP/RootP, como mostra o esquema abaixo:

(3.32) *Caber muita gente no carro* (3.33) *Colocar muita gente no carro*





Nesse sentido, os autores não negam o caráter argumental do sintagma locativo – a questão é que ele não seria um argumento do verbo propriamente dito, mas sim de uma predicação secundária. Essa predicação secundária locativa, codificada pela relação

conteúdo-contenedor, apresenta certa similaridade com a relação parte-todo encontrada nas sentenças genitivas.

A diferença entre (3.32), que licencia tópico-sujeito, e (3.33), que não licencia, está na posição de concatenação do sintagma locativo: na primeira sentença, ele é um modificador interno; na segunda, externo. Essa diferença permite uma previsão sobre as sentenças de tópico-sujeito locativo: elas funcionam melhor em sentenças que denotam aspecto imperfectivo. Isso se deve ao fato de que modificadores internos não conseguem atribuir dinamismo ao evento, ou seja, leva a uma interpretação imperfectiva do evento, como mostram os exemplos abaixo. Nesse sentido, essa baixa produtividade (ou, em outras palavras, a menor aceitabilidade) estaria ligada a um problema de caráter semântico, correlato da estrutura sintática, mas independente dela – ou seja, a derivação pode ocorrer, mas a interpretação fica prejudicada devido à posição dos modificadores na estrutura:

(3.34) a. ? Aquele consultório chegou um paciente.
a'. Aquele consultório chega paciente todos os dias.
b. ? Esse restaurante apareceu uma abelha.
b'. Esse restaurante está aparecendo abelha.
c. ? Esse carro coube muita gente.
c'. Esse carro cabe muita gente.

Uma evidência para a postulação de dois tipos de predicação secundária é dada pelos autores com base na ambiguidade presente na sentença abaixo, retirada de Hornstein, Rosen & Uriagereka (2002, apud. ANDRADE & GALVES, 2014):

(3.35) There is a Ford T engine in my Saab.
Tem um motor Ford T no meu Saab.

a. Meu Saab *tem* um motor Ford T.
b. *Dentro* do meu Saab há um motor Ford T.

A possibilidade de duas leituras indica, segundo Muromatsu (1997), que duas diferentes estruturas de predicação estão disponível: uma *small clause* baseada na leitura

de posse inalienável (3.35a), e uma *small clause* com a leitura espacial, em que os elementos se configuram com base na relação conteúdo-contenedor (3.35b):

(3.36) a. [$_{SC}$ o carro [um motor]] *O carro tem um motor* [Leitura parte-todo]
b. [$_{SC}$ um motor [no carro]] *No carro há um motor* [Leitura espacial]

Outra evidência para a existência de uma predicação secundária nas sentenças de tópico-sujeito com leitura genitiva e locativa está relacionada aos quantificadores. De acordo com Hornstein (1995), o alçamento desses elementos é bloqueado em contextos de *small clause*. Ou seja, quando há uma *small clause*, a leitura com quantificadores não pode ser ambígua, pois seu escopo é limitado. É exatamente o que acontece em sentenças com posse inalienável e relação de conteúdo-contenedor: nesses casos, somente uma leitura (a distributiva) é possível, o que mostra que o escopo do quantificador está limitado:

(3.37) *Posse alienável vs. Posse inalienável*

a. Todos os alunos quebraram duas garrafas. ∀ > 2; 2 > ∀
b. Todos os carros quebraram duas lanternas. ∀ > 2; *2 > ∀

(3.38) *Locativo Externo vs. Locativo Interno*

a. Por todas as vans passaram seis alunos. ∀ > 6; 6 > ∀
b. Todas as vans cabem seis alunos. ∀ > 6; *6 > ∀

Os autores argumentam, também, contra o teste de apagamento de constituintes, proposto por Munhoz (2011) e Munhoz & Naves (2012) como evidência da diferença profunda entre os tópicos-sujeitos genitivos e locativos. Repetimos abaixo os testes por elas apresentados, e a seguir explicamos a contra-argumentação de Andrade & Galves (2014):

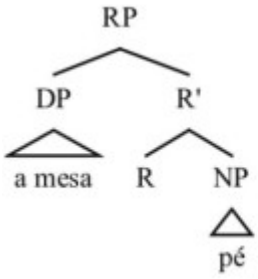
(3.39) a. Furou o pneu.
a’. O pneu furou.
b. *Bate bastante sol.

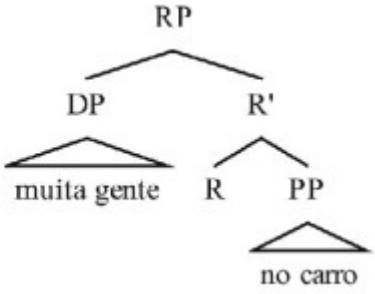
b’. *Bastante sol bate.

Andrade & Galves (2014) apontam que esse teste deve ser interpretado de outra forma. A possibilidade de apagamento do sintagma genitivo é aceitável porque é possível recuperá-lo pelo contexto ou pela inferência, a partir do constituinte *parte*, do *todo* a que ele se refere. A inaceitabilidade do apagamento do locativo, por outro lado, é esperada por ser ele o próprio predicado da *small clause*. As diferenças entre os genitivos e locativos, portanto, não estão relacionadas à estrutura argumental dos verbos, mas sim a diferenças na estrutura interna das *small clauses*.

Os autores postulam, conforme Den Dikken (2006), uma projeção funcional, Relator Phrase (RP), que intermedeia a relação entre os elementos da predicação secundária. A configuração das smalls clauses que denotam parte-todo e conteúdo-contenedor seria, então, como as representações abaixo:

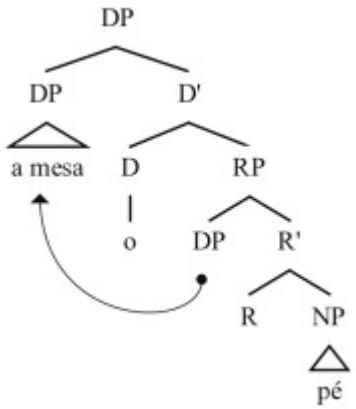
(3.40) a. *Parte-todo* b. *Conteúdo-contenedor*





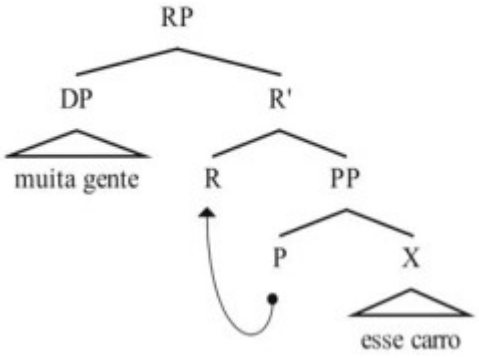
Em (3.40a), a derivação que resulta em *a mesa quebrou o pé* começa com a configuração predicado-complemento. Diferentemente da derivação para *(quebrou) o pé da mesa*, não há inversão na ordem da predicação. Nesse caso, por restrições de localidade, somente o DP mais alto pode se mover. Assim, apenas *a mesa* é capaz de se tornar o sujeito da sentença, previsão que impossibilita a formação de **o pé quebrou a mesa*. A derivação segue como representada abaixo:

(3.41) *Relação de parte-todo na configuração predicado-complemento*



Nas construções de tópico-sujeito locativo, cuja *small clause* é representada em (3.42), o predicado não é um NP, mas um PP. Essa diferença faz com que não seja necessária a projeção de um DP acima de RP. Como RP não é uma fase, tanto o DP em Spec,RP quanto seu complemento podem se mover para a posição de sujeito, formando *Muita gente cabe nesse carro* ou *Nesse carro cabe muita gente*. Uma terceira possibilidade, que é a que gera o tópico-sujeito, é a incorporação de P a R, o que permite o movimento do DP locativo *esse carro* sozinho. A derivação com a incorporação de P a R é representada da seguinte forma[22]:

(3.42) *Relação de conteúdo-contenedor com P-incorporation*



22 Os autores seguem Den Dikken (2006), que assume a possibilidade de P nulo no léxico.

Dessa maneira, os autores buscam dar conta do problema das diferenças entre os locativos e os genitivos, sem perder de vista aquilo que de comum há entre eles, e que está por trás do fenômeno como um todo, e ainda permitem pensar que pode haver algum tipo de configuração semântica relacionada a outros casos, como os tópicos-sujeitos benefactivos (*O Fluminense faltou sorte no jogo*).

Na seção seguinte, será apresentada uma proposta de análise sintática para as sentenças de tópico-sujeito absolutas.

3.4 A sintaxe das sentenças absolutas no PB

Os trabalhos apresentados acima partem das sentenças de tópico-sujeito do tipo DP V DP para discutirem algumas propriedades da sintaxe do PB. Porém, como vimos, há também as chamadas *construções absolutas* (ou *construções de resultado*), que incluímos no escopo do rótulo *tópico-sujeito*. Vamos, portanto, discutir a sintaxe dessas construções, tendo como base a proposta de Negrão & Viotti (2010).

Repetimos aqui alguns dos dados apresentados no capítulo 1, que aparecem nos trabalhos de Negrão & Viotti (2010), Amaral (2015, p. 69-70) e Rezende (2016, p. 12):

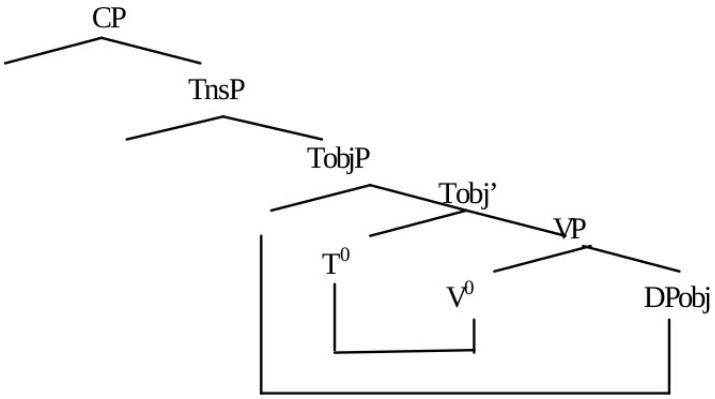
(3.43) a. O programa que eu queria não instalou.
b. Meu jardim destruiu todo com a reforma.
c. A casa do lado da sua alugou ou vendeu?
d. Deixa eu ver se as autorizações já imprimiram
e. Vou no outro banheiro, porque o daqui tá limpando.
f. O caminhão carregou muito rápido.
g. O frango cozinhou.

Quanto à sintaxe dessas construções, o trabalho de Negrão & Viotti (2010) se diferencia de outros, como Galves (2001) e Kato & Negrão (2000). Nos dois últimos, postula-se que o sujeito nesse tipo de sentença se encontra em uma posição alta, acima de Spec,TP. Negrão & Viotti (2010), porém, defendem que a posição de sujeito nessas sentenças é mais baixa que o normal para o PB.

As autoras assumem a hipótese de Ambar (1998), de que há duas projeções em T relacionadas ao tempo da oração – uma delas, Tns, ao tempo do enunciado, e Tobj ao tempo do evento. Como não há argumento agente nas construções absolutas, a categoria

v não é projetada. Assim, não há como o argumento temático checar Caso acusativo. O argumento temático sobe para Spec,VobjP e serve de alvo de concordância para Tns. O tempo do enunciado é licenciado pela transferência de dados de Tns para Tobj. Os traços-Φ não-interpretáveis de Tns e Caso do nome são apagados, é estabelecida concordância entre o DP e o verbo e o Caso do DP é valorado (Nominativo). A derivação proposta é representada pelo esquema abaixo:

(3.44) *Estrutura sintática das Construções Absolutas (NEGRÃO & VIOTTI, 2010)*



Ou seja, a posição de sujeito nas construções absolutas seria atípica pois seu sujeito, que não representa o agente, nem a causa e nem o experenciador do evento, ocupa uma posição mais baixa na estrutura do que o esperado para sujeitos agentivos.

O que nos interessa é que, além da questão da posição de sujeito aparecer novamente como extremamente relevante para a análise do fenômeno, esse tipo de construção, como todas as outras que foram analisadas nessa dissertação, não conceitualiza o elemento que seria a fonte de energia – ou, em outras palavras, o desencadeador, a causa ou o agente – do evento.

3.5 Considerações finais do capítulo

O capítulo 3 apresentou algumas propostas de explicação do fenômeno do tópico-sujeito sob o ponto de vista da sintaxe, com base na Gramática Gerativa. A revisão dos trabalhos, em ordem cronológica, mostrou que esse fenômeno traz muitas discussões

sobre a natureza da posição de sujeito no Português Brasileiro e sobre o seu sistema de concordância.

Nosso objetivo, mais do que eleger uma dessas análises como definitiva, era mostrar o que está em jogo quando se discute esse tipo de construção e, principalmente, apontar para os pontos em comum a essas análises. O que fica claro é que a derivação dessas sentenças está ligada diretamente à ausência do argumento externo do verbo, o que permite que outro sintagma seja alçado à posição pré-verbal e, devido a propriedades próprias do PB, haja concordância.

Tendo em vista essas condições, especialmente a primeira, que diz respeito à estrutura argumental, nos debruçaremos, no capítulo seguinte, sobre as propriedades lexicais dos verbos do PB, sob o viés da Semântica Lexical, a fim de identificar que propriedades estão relacionadas ao impedimento da construção de tópicos-sujeitos com certos verbos e classes, com o intuito de deixar mais clara a distinção entre os impedimentos de ordem sintática e os de ordem semântica.

CAPÍTULO 4
Restrições semânticas para a formação de sentenças de tópico-sujeito

Como foi visto a partir das análises de trabalhos anteriores sobre o tema, a descrição do fenômeno do tópico-sujeito envolve restrições relativas a certos verbos do Português Brasileiro. Desde Galves (1998) há reflexões sobre algumas classes de verbos que participam desse tipo de sentença e de outras que não a licenciam. Retomamos aqui as descrições dadas pela autora para dados de tópico-sujeito, que já apontam para algumas particularidades em relação aos tipos de verbos envolvidos. Para Galves (1998), as sentenças de tópico-sujeito podem ser:

(i) “construções nas quais um verbo transitivo vem acompanhado somente do seu argumento interno, em posição pré-verbal, sem que nenhuma marca flexional indique modificação na projeção da estrutura argumental do verbo.”

(4.1) A balança está consertando.

(ii) “construções pseudo-transitivas em que um verbo ergativo vem precedido de um NP que não é interpretado como agente ou causa do processo expresso pelo verbo, mas como locativo ou todo do qual o NP pós-verbal faz parte.”

(4.2) a. Esta casa bate sol.
b. O relógio quebrou o ponteiro.

Alguns outros trabalhos, então, passaram a se debruçar ou, ao menos, tocar nessa questão, assumindo que certas classes de verbos licenciam sentenças de tópico-sujeito, enquanto algumas outras não participam dessa configuração sintática. Especialmente focados em dados de tópico-sujeito genitivo e locativo, autores como Munhoz (2011), Munhoz & Naves (2012), Avelar & Galves (2011), Toniette (2013) e Andrade & Galves (2014) apontam para essa reflexão. De maneira geral, o que se afirma é que verbos inergativos não permitem esse tipo de construção e que construções de tópico-sujeito genitivo ocorrem com verbos inacusativos de mudança de estado, que participam da alternância causativa, enquanto locativos seriam formados por verbos inacusativos que não denotam mudança de estado e não participam dessa alternância.

Diante dessas generalizações, e tendo em vista alguns dados que vão contra essas previsões, nos debruçaremos com um pouco mais de atenção sobre as propriedades lexicais dos verbos do PB, de modo a tentar identificar o que de fato está em jogo no licenciamento dessas sentenças e, com isso, chegar a previsões mais precisas em relação às classes de verbos que licenciam ou impedem essas construções. Nosso objetivo aqui é, portanto, identificar as propriedades semânticas dos verbos relacionadas ao licenciamento ou impedimento de sentenças de tópico-sujeito.

Na busca dessas propriedades, usamos como base de dados e classificação a plataforma *VerboWeb*, um banco de dados organizado por pesquisadoras do NuPeS (Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical da Faculdade de Letras da UFMG), que conta, até o momento, com mais de 1400 entradas lexicais de diversos verbos do Português Brasileiro, organizados em diferentes classes e descritos de maneira pormenorizada a partir de suas características semânticas e comportamentos sintáticos.

Nosso percurso ao longo do capítulo será o seguinte: retomaremos alguns trabalhos anteriores, já revisados nesta dissertação, desta vez com o foco nas reflexões de seus autores sobre as características e classes de verbos envolvidas neste fenômeno. Mostraremos que essas reflexões ainda não são suficientemente claras ou precisas e que há dados que as desafiam. A partir disso, apresentaremos a plataforma *VerboWeb* e explicaremos seus critérios de classificação, que são baseados na Semântica Lexical.

Após a apresentação da plataforma, relacionaremos algumas das classes e propriedades propostas com dados de tópico-sujeito já descritos na literatura e outros encontrados na internet, a fim de identificar padrões. Na sequência, discutiremos duas propriedades que consideramos centrais para o entendimento do fenômeno: a possibilidade do apagamento do argumento externo e da afetação sobre a parte de um todo, analisando alguns verbos e classes com base na classificação e nos critérios adotados pela plataforma.

Por fim, refletiremos brevemente sobre a distinção aceitabilidade x gramaticalidade, refletindo sobre o papel dessas restrições semânticas na boa formação dessas sentenças: o que estaria relacionado a regras da sintaxe e o que seria uma questão de interpretação, em um nível pós-sintático?

4.1 Os verbos nas sentenças de tópico-sujeito

Diversos autores já atentaram para o fato de que não são quaisquer verbos que licenciam as sentenças de tópico-sujeito. Andrade & Galves (2014), por exemplo, mostram que essas construções não são possíveis com verbos inergativos ou transitivos. Abaixo seguem alguns exemplos apontados pelos autores. Em (4.3a), *Esse rapaz* teria uma relação genitiva com *o carro* – tal qual *o pneu* teria com *o carro* em *O carro furou o pneu* (o sentido da frase seria algo com *Encontrou a menina o carro do rapaz*). O que se vê é que não é possível alçar o sintagma *Esse rapaz* para a posição pré-verbal, uma vez que há a presença do argumento externo *a menina*. O mesmo ocorre em (4.3b), não sendo possível alçar o termo locativo para essa posição:

(4.3) a. *Esse rapaz$_i$ encontrou a menina o carro *ec*$_i$.[23]
b. *Essa escola$_i$ trabalha o funcionário *ec*$_i$ todos os dias.

Munhoz (2011), por sua vez, apresenta uma previsão mais específica em relação aos verbos que licenciam essas construções. Ao diferenciar as sentenças de tópico-sujeito genitivas das locativas, a autora afirma que “os verbos das construções genitivas são inacusativos típicos de mudança de estado; os verbos das locativas (…) são inacusativos que selecionam um argumento tema, mas também um sintagma locativo.” Especificamente em relação às sentenças genitivas, a autora ressalta como característica dos verbos que delas participam o licenciamento da alternância causativa (*O João furou o pneu do carro / O pneu do carro furou*).

De fato, essa generalização parece dar conta de uma grande quantidade de dados de tópico-sujeito do PB. No entanto, o PB permite essa construção também com outros tipos de verbo, como mostram os dados abaixo, encontrados em outros trabalhos ou em pesquisas na internet:

(4.4) a. Minha bebê não cresceu cabelo nenhum ainda.
b. A internet caiu a conexão.
c. Meu celular destruiu a tela toda.
d. Meu carro morreu o motor do nada.

23 Cabe notar que, no exemplo dos autores, a relação entre *Esse rapaz* e *o carro* não é de posse inalienável, como entre *o pneu* e *o carro* em *O carro furou o pneu*. De qualquer modo, ainda que houvesse tal relação, a frase com o argumento externo continuaria inaceitável: **O carro encontrou essa menina o pneu*.

e. Meu carro lavou o motor.

f. O jogo acabou o primeiro tempo 0 a 0.

g. Nesse mesmo casamento meu sapato saiu a sola.

Os dados acima mostram que o alçamento, com interpretação genitiva, de uma parte do argumento interno do verbo para a posição de sujeito não está necessariamente ligado à restrição apontada por Munhoz (2011). Nenhum dos verbos acima participa da alternância causativo-incoativa ou é considerado um inacusativo de mudança de estado.

Diante dessas reflexões, retomamos os apontamentos feitos por Galves (1998) e por Andrade & Galves (2014), que mostram que o que está em jogo é, em princípio, a ausência de argumento externo, para qualquer que seja a relação semântica estabelecida nesse tipo de sentença. Assim, apesar de, de fato, existirem diferenças entre os verbos que licenciam as sentenças locativas e as genitivas, todos têm algo em comum: permitem a ausência de projeção do argumento externo na estrutura.

Desse modo, quando pensamos de modo mais amplo no fenômeno, incluindo também as chamadas sentenças absolutas como *A revista xerocou* e *A casa da esquina alugou*, o que se torna relevante para a discussão é perceber a tendência do PB em permitir que, com a ausência do argumento externo na sentença, outros sintagmas nominais ocupem a posição de sujeito. Cabe, então, a pergunta: que propriedades semânticas dos verbos estão relacionadas à possibilidade da ausência do argumento externo, de modo que essa ausência não represente uma má formação de sentenças – e, consequentemente, permita a boa formação de construções de tópico-sujeito?

Diante dessa questão, buscamos na Semântica Lexical algumas possíveis respostas, uma vez que essa corrente tenta identificar propriedades semânticas dos itens lexicais, especialmente dos verbos, de acordo com seus comportamentos sintáticos. Usamos como ferramenta, então, a plataforma *VerboWeb*, um banco de dados cuja base teórica se assenta nessa linha de estudos e que proporciona uma ampla visão sobre características semânticas e comportamentos sintáticos de mais de 1400 verbos do PB. A seção seguinte trata de apresentar esta plataforma e os critérios de classificação por ela utilizados.

4.2 A plataforma *VerboWeb* e a Semântica Lexical

O *VerboWeb – Classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro* é um banco de dados lexicais que conta atualmente[24] com mais de 1480 verbos do português brasileiros, descritos semanticamente e agrupados em diferentes classes e subclasses de acordo com seu comportamento sintático. A plataforma é organizada pelo Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical da Faculdade de Letras da UFGM (NuPeS), e tem como principais colaboradoras Márcia Cançado, Luana Amaral e Letícia Meirelles.

Antes de entrarmos na descrição da plataforma, é importante observar que o *VerboWeb* é um trabalho em construção, o que significa que algumas das informações apresentadas neste capítulo podem se tornar desatualizadas frente a possíveis modificações futuras feitas pelas autoras. As informações fornecidas dizem respeito ao período entre abril e julho de 2020. Feita esta ressalva, passemos então à apresentação da plataforma.

O objetivo do VerboWeb é descrever um grande número de verbos do Português Brasileiro – as autoras têm como meta atingirem algo em torno de 3000 itens lexicais. Essa descrição se baseia na observação de comportamentos sintáticos e do cruzamento desses comportamentos com propriedades semânticas, a fim de que seja possível identificar classes de verbos que compartilhem as mesmas propriedades. Tal trabalho se baseia na Semântica Lexical, que, segundo Cançado & Amaral (2013, p. 21), tem como principal objetivo “determinar quais propriedades semânticas dos itens lexicais têm impacto na sintaxe, ou, em outras palavras, quais propriedades semântico-lexicais são gramaticalmente relevantes”. É a partir desse objetivo que as autoras se debruçam sobre os verbos do PB, de modo que a identificação dessas propriedades possibilite classificá-los com mais precisão.

Um exemplo que ajuda a compreender melhor como funciona essa busca por propriedades semânticas gramaticalmente relevantes está em Levin & Rappaport Hovav (2005). As autoras mencionam Grinshaw (1993), que mostra que há verbos no inglês que envolvem a noção de *cor*, manifestada claramente no sentido desses itens lexicais, como *paint* (pintar), *color* (colorir), *bleach* (desbotar), *redden* (avermelhar) e *stain* (manchar), mas que, apesar disso, não se comportam sintaticamente da mesma maneira. Desse modo, o fato de o sentido de um verbo envolver a noção de “cor” não é uma propriedade gramaticalmente relevante para que se consiga estabelecer generalizações acerca do seu

24 Dados referentes a junho de 2020

comportamento sintático no inglês. As autoras apontam ainda que, de acordo com Pesetsky (1995), não é possível fazer generalizações sintáticas no inglês com base na diferença entre verbos que denotam a emissão de sons altos de fala (*holler (*berrar)*, shout* (gritar)) e aqueles que denotam sons baixos de fala (w*hisper* (sussurar), *murmur* (murmurar)); no entanto, algumas dessas generalizações podem ser feitas a partir da ideia de que alguns verbos, como *whisper*, indicam uma *maneira de falar*, e outros como *say* (dizer, falar) denotam um *conteúdo de fala*: nessa língua, somente verbos de conteúdo de fala aceitam um complemento sentencial, como exemplificam Cançado & Amaral (2013, p. 27):

(4.5) a. Mary said that she is hungry.
‘Mary falou que ela está com fome’
b. *Mary whispered that she is hungry.
‘Mary sussurrou que ela está com fome’

Desse modo, as propriedades *denotar um conteúdo de fala* e *modo de emitir um som pela fala* parecem ser relevantes gramaticalmente para o inglês, pois os verbos apresentam diferentes possibilidades sintáticas associadas a esses traços de significado. A partir dessas e outras propriedades – algumas mais amplas, outras mais específicas – espera-se ser possível organizar verbos em classes cujos componentes compartilhem os mesmos comportamentos gramaticais.

No PB, como demonstram Cançado & Amaral (2013), podemos exemplificar essa abordagem com verbos que acarretam uma mudança de estado, como machucar, abrir e queimar e com verbos de contato, como atingir e beliscar. O primeiro grupo pode ocorrer em construções transitivas (causativas) e intransitivas (incoativas); o segundo grupo não permite a estrutura intransitiva:

(4.6) Verbos de mudança de estado
a. O menino machucou o gatinho.
a’. O gatinho (se) machucou.
b. O menino abriu a porta.
b’. A porta (se) abriu.
c. O menino queimou a folha.
c’. A folha (se) queimou.

(4.7) Verbos de contato

a. O menino atingiu o amigo.

a’. *O amigo (se) atingiu.

b. O menino beliscou a irmã.

b’. *A irmã (se) beliscou.

(CANÇADO & AMARAL, 2013, p. 30)

É partindo dessa perspectiva, portanto, que o VerboWeb organiza a sua base de dados, agrupando verbos em diferentes classes e subclasses, de acordo com propriedades semânticas que se refletem em comportamentos sintáticos.

A plataforma, então, apresenta atualmente 15 classes e 7 subclasses, que são organizadas com base em cinco aspectos:

(i) conteúdo semântico recorrente na classe;
(ii) estrutura sintática básica;
(iii) estrutura de papéis temáticos;
(iv) estrutura de decomposição de predicados;
(v) aspecto lexical básico.

De acordo com as autoras, o **conteúdo semântico recorrente na classe** é “o sentido compartilhado pelos verbos de uma mesma classe” (CANÇADO, AMARAL & MEIRELLES, 2017). Como exemplo, elas afirmam que

> os verbos de mudança de estado opcionalmente agentivos, como *amassar, quebrar* e *machucar*, compartilham um sentido que pode ser expresso por “y passa a ficar em determinado estado”. Y representa o argumento em posição de objeto. Contudo, cada verbo possui uma parte de sentido que é própria, chamada de “sentido idiossincrático”, que o diferencia dos demais membros da classe. Assim, o sentido idiossincrático dos verbos *amassar, quebrar* e *machucar* é o próprio significado dos estados particulares de *ficar amassado, ficar quebrado* e *ficar machucado*.

A **estrutura sintática básica**, por sua vez, “equivale à representação sintática da estrutura semântica dos verbos e está relacionada à transitividade verbal”. Para ilustrar, temos que o verbo *machucar* apresenta em sua estrutura semântica a informação de que

precisa de dois argumentos para ter seu sentido saturado (aquilo que machuca e aquilo que é machucado). A estrutura sintática básica seria, portanto, aquela com os dois argumentos (*O acidente machucou o menino*). É interessante perceber, porém, que verbos como esse aceitam uma estrutura sintática derivada, sem um dos argumentos. O fato de que essa estrutura é derivada pode ser evidenciada pela presença de uma marca morfológica, como o clítico "se" em *O menino (se) machucou*. Na plataforma, essa propriedade comum aos itens da classe é expressa da seguinte forma, tomando o verbo *machucar* como exemplo: [SN V SN] (verbo transitivo). Como comparação, há os verbos de culminação, como *apodrecer*, que denotam mudança de estado mas são incoativos – a forma básica é a intransitiva, de modo que a estrutura transitiva é resultado da inserção de uma causa, o que fica evidenciado pela impossibilidade da presença de "se" em *A banana (*se) apodreceu*, por exemplo. Sob essa perspectiva, a estrutura sintática básica dessa classe é [SN V] (verbo intransitivo).

A **estrutura de papéis temáticos** pode ser entendida como os papéis temáticos associados às posições sintáticas da estrutura básica. Papéis temáticos são vistos como funções semânticas atribuídas aos argumentos de um verbo – alguns desses papéis que aparecem comumente na literatura são *agente, causa, paciente, tema, experenciador, beneficiário* e *locativo* (Cançado & Amaral, 2013). No caso do verbo *machucar*, por exemplo, tem-se que a sua estrutura de papéis temáticos é {Causa ou Agente, Paciente}, o que significa que esse verbo seleciona como argumentos um elemento que denota a causa ou o agente do evento e um outro elemento que sofre uma mudança de estado (ficar machucado).

O quarto critério de classificação diz respeito à **estrutura de decomposição de predicados**. Essa estrutura é uma metalinguagem muito utilizada na Semântica Lexical, que se baseia na ideia de que verbos denotam eventos compostos por diferentes partes. De acordo com Levin & Rappaport Hovav (2004, p. 69), a decomposição de predicados é "uma representação do significado formulada em termos de um ou mais predicados primitivos escolhidos para representar os componentes de significado recorrentes em um grupo de verbos." Como exemplo, as autoras apontam que o predicado CAUSE é frequentemente postulado como um elemento comum às decomposições de predicado de todos os verbos causativos, como *break* 'quebrar' e *open* 'abrir' (assim como o já mencionado *machucar* em português).

Nessa metalinguagem, são utilizadas noções abstratas de significado que compõem o sentido dos verbos. Assim, para compor o sentido de um item da classe dos

verbos de mudança de estado opcionalmente volitivos, como *quebrar, abrir* ou *machucar*, pode-se lançar mão da seguinte estrutura de decomposição de predicados:

(4.8) [[X $ACT_{(VOLITION)}$] CAUSE [BECOME [Y <STATE>]]]

Nesse exemplo, há os predicados ACT, CAUSE, BECOME e STATE e o modificador 'volition'. Esses elementos são os componentes semânticos do significado do(s) evento(s) denotado(s) pelo verbo em questão. Neste caso, há dois subeventos: X age no mundo (volitivamente ou não) e Y passa a ficar em determinado estado. Na decomposição de predicados, costuma-se postular que dois subeventos são relacionados pelo predicado CAUSE, como indicado no exemplo.

Há, ainda, outros predicados, como DO, AFFECT, MOVE, LOC e POSS (a lista não é totalmente fechada, embora alguns dos predicados sejam mais comumente utilizados que outros). Abaixo, há um exemplo de decomposição de predicados de um verbo da classe dos inergativos de atividade, como *correr*:

(4.9) [X DO <*EVENT*>]

Essa estrutura mostra que os verbos dessa classe denotam a ideia de que X faz algo, que é o próprio evento descrito pelo verbo (por exemplo, *João corre*).

Dessa forma, busca-se capturar o sentido de diferentes classes de verbos a partir da decomposição desse sentido em elementos atômicos, de forma a descrever o que está por trás do significado desses itens lexicais. Verbos da mesma classe, portanto, compartilham a mesma estrutura de decomposição de predicados.

Por fim, o VerboWeb trata também do **aspecto lexical básico**. Essa propriedade semântica indica a forma como o evento descrito pelo verbo se desenrola no decorrer do tempo. Ela não é marcada morfossintaticamente (como o aspecto gramatical, por exemplo, que pode ser expresso por meio de locuções, auxiliares ou desinências) – o aspecto lexical é inerente ao sentido do verbo. Isso é evidenciado quando dois verbos diferentes, marcados morfossintaticamente da mesma forma, geram interpretações diferentes em relação ao desenrolar do evento no tempo:

(4.10) a. O menino está dançando.
b. O menino está chegando.

(CANÇADO & AMARAL, 2013, p. 145)

Em (4.10a). a interpretação é de um aspecto contínuo – como apontam Cançado & Amaral (2013, p. 146), é possível dizer algo como *O menino está dançando durante toda a tarde*); (4.10b), por sua vez, não expressa essa continuidade, mas sim que um evento está prestes a acontecer: *Ele disse que está chegando, mas não chega nunca!* (ibdem). Assim, percebe-se que o aspecto lexical está associado ao sentido do verbo, que, em interação com as marcas de aspecto gramatical, geram a interpretação do aspecto geral da sentença.

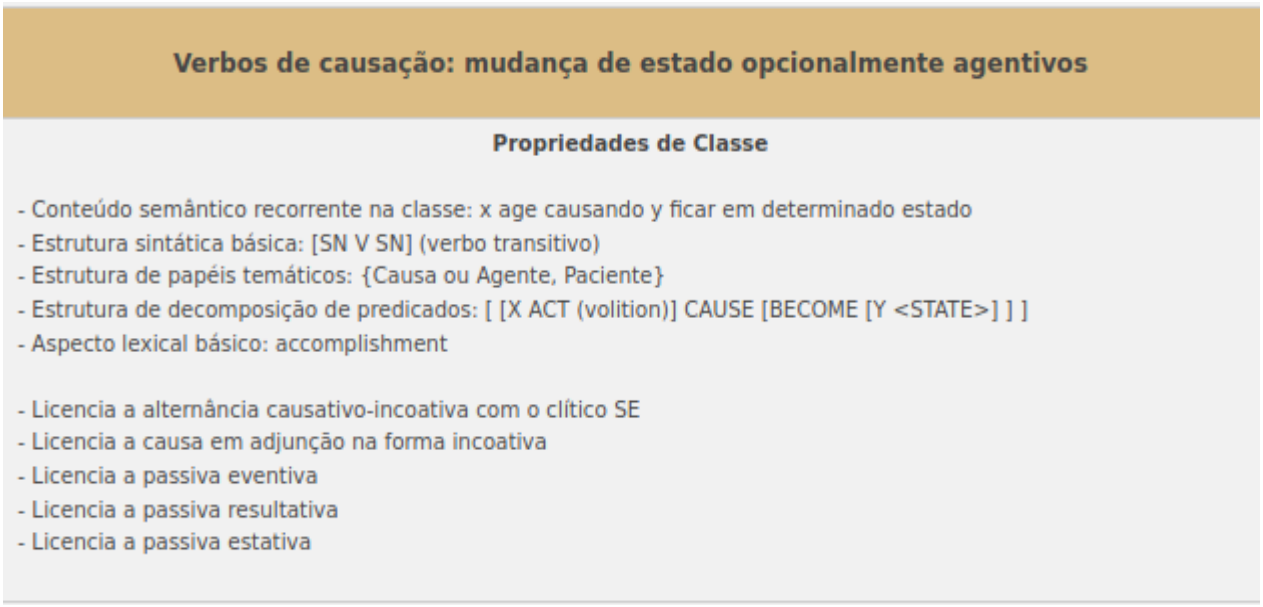
Na plataforma VerboWeb, as autoras assumem a classificação de Vendler (1967), e dividem os verbos do PB em quatro classes aspectuais: estados, atividades, accomplishments e achievements[25]. Exemplos de verbos dessas quatro classes seriam, respectivamente, *ter, dançar, construir* e *chegar*. O verbo *machucar*, que vem sendo o item lexical de referência neste primeiro momento, é caracterizado como um verbo de accomplishment.

Desse modo, foram explicadas as cinco principais propriedades lexicais que servem para agrupar os verbos em classes de acordo com a plataforma VerboWeb. Nesse viés, o verbo *machucar* compartilha todas as características e propriedades mencionadas – conteúdo semântico, estrutura sintática básica, estrutura de papéis temáticos, estrutura de decomposição de predicaos e aspecto lexical – , com outros verbos de sua classe, como *abrir* e *quebrar,* por exemplo.

Além dessas cinco propriedades, a plataforma também apresenta os comportamentos sintáticos compartilhados pelos verbos de cada classe, como por exemplo o fato de eles aceitarem ou não a alternância causativo-incoativa; se licenciam a forma passiva; se aceitam o clítico *se;* entre outras possibilidades.

Para ilustrar, segue abaixo a imagem com a descrição da classe de *machucar*, a de *verbos de mudança de estado opcionalmente agentivos*, que é a classe com o maior número de itens lexicais no banco de dados – é, também, como veremos, uma das classes com a maior proporção entre número total de verbos e número de verbos que participam de sentenças de tópico-sujeito.

25 Seguimos Cançado & Amaral (2016, p. 147), que afirmam que se convencionou manter esses dois termos em inglês na literatura sobre o assunto em português. A diferença entre os dois seria que verbos de *accomplishments* têm uma duração e um final (*O pedreiro construiu a parede por 10 minutos*) e os de *achievements* denotam um final instantâneo, sem duração (*Maria chegou na padaria *por 10 minutos*).



Uma visão panorâmica sobre o banco de dados pode ser vista abaixo, em que se relacionam todas as classes de verbos e suas respectivas subclasses:

Verbos de atividade: internamente causados (inergativos) (*correr; cantar*)

Verbos com sujeito recíproco (*brigar; dialogar*)

Verbos de expressão (modo de fala) *(gritar; rezar*)

Verbos de atividade: internamente causados com instrumento incorporado (*esquiar; pedalar*)

Verbos de atividade: contato com instrumento incorporado (*abanar; chicotear*)

Verbos instrumentais com dois instrumentos (*balear; pincelar*)

Verbos de atividade: contato mediado por instrumento (*afiar; moer*)

Verbos de remoção (*desinfetar; varrer)*

Verbos de atividade: contato mediado por corpo (*socar; beliscar*)

Verbos de causação: mudança de estado opcionalmente agentivos (*quebrar)*

Verbos com objeto recíproco (*afastar; separar*)

Verbos de contato (*manchar; desembrulhar)*

Verbos de causação: mudança de estado não-agentivos (*cansar; ruborizar*)

Verbos de causação: mudança de estado locativo (*acomodar; fixar*)

Verbos de criação de imagem (*tatuar; carimbar*)

Verbos de causação: mudança de estado de posse (*infectar; sujar*)

Verbos de causação: mudança de lugar (ou verbos locativos) (*empacotar)*

Verbos de causação: mudança de posse (ou verbos de locatum) (*perfumar*)
Verbos de causação: transferência do tipo locatum (*abençoar; patrocinar*)
Verbos de causação: estado psicológico *(comover; impressionar*)
Verbos de culminação: mudança de estado (*adoecer; inchar*)
Verbos de culminação: mudança de lugar *(chegar; cair*)
Verbos de estado: psicológicos (admirar, querer)

Além das classes e subclasses, esse banco de dados oferece também, em suas descrições, algumas *propriedades não classificatórias*. Essas propriedades são comportamentos sintáticos atestados em diversos verbos de classes e subclasses diferentes que não constituem um critério classificatório. Elas são, no entanto, características relevantes para a descrição dos itens verbais de uma língua.

Dentre essas propriedades, estão, por exemplo, o *licenciamento da forma reflexiva com se* (exemplificada por *A Maria se beliscou*), um tipo de alternância chamada de *alternância metonímica* (*A moça parou a Mercedes na garagem → A Mercedes parou na garagem*) e a *fatoração do argumento causa* (*A enxurrada da chuva acumulou lixo nos bueiros → A chuva acumulou lixo nos bueiros com a enxurrada*).

Para os propósitos dessa dissertação, duas são as propriedades não classificatórias que nos interessam: a *alternância parte-todo* (*O carro abriu a porta com o impacto do acidente*) e a *alternância incoativa periférica* (*A faca já afiou*). Essas duas propriedades estão intimamente ligadas ao que chamamos aqui de *tópico-sujeito genitivo* e *tópico-sujeito absoluto* – que, por sua vez, guardam uma forte relação entre si, uma vez que em boa parte dos casos, um mesmo verbo permite as duas construções (*O carro já limpou / O carro limpou os bicos*[26]). É importante pontuar que a descrição dos verbos das propriedades não-classificatórias não é exaustiva, havendo verbos que porventura possam aceitar algumas delas, sem que isso esteja descrito no banco de dados – como é o caso do próprio verbo *limpar*, que, em nossas buscas na internet, como foi mostrado acima, permite construções do tipo parte-todo, embora isso não apareça na plataforma.

A partir da análise e do cruzamento de dados, a possibilidade de participar de sentenças de tópico-sujeito não parece ser uma propriedade que se acomode de maneira precisa no nível das classes, uma vez que verbos de diferentes classes licenciam esse tipo de construção e não há classes que coincidam integralmente com esse fenômeno –

26 Dado encontrado em <https://corsaclube.com.br/viewtopic.php?t=106810&start=15>. Acessado em julho de 2020.

embora haja algumas, como a dos inergativos, cujos verbos componentes de forma unânime não permitem esse tipo de construção.

Consideramos, então, que esse fenômeno se relaciona, primeiramente, com questões mais amplas, relacionadas à possibilidade da ausência do argumento externo. Posteriormente, mostraremos que também se devem apontar propriedades mais específicas, inerentes ao significado de certos verbos, que impedem o licenciamento da interpretação parte-todo e, consequentemente, a boa formação de tópicos-sujeitos genitivos.

Esses aspectos ficarão mais claros na próxima seção, na qual relacionaremos algumas noções da Semântica Lexical e algumas descrições do VerboWeb a dados de tópico-sujeito, a fim de identificar as restrições lexicais associadas a eles. Antes, porém, vejamos como cada classe proposta pela plataforma se relaciona com esse fenômeno.

4.2.1 As classes do VerboWeb e as sentenças de tópico-sujeito

Essa subseção é o resultado da verificação da possibilidade de os verbos listados na plataforma aceitarem ou não construções de tópico-sujeito. O objetivo neste ponto era encontrar alguns padrões em relação a classes e subclasses – ou seja, verificar se alguma(s) dela(s) permitia(m) ou impedia(m) integralmente esse tipo de sentença, por exemplo.

Dessa forma, testamos diversos verbos em sentenças de tópico-sujeito (genitivas, locativas e absolutas), para chegarmos a uma ideia geral sobre possíveis restrições associadas a classes ou subclasses.

Como já foi mencionado, há duas propriedades não-classificatórias que se aproximam das sentenças de tópico-sujeito genitivas e absolutas – *alternância parte-todo* e *alternância incoativo-periférica*. No entanto, essas propriedades não estão associadas, na plataforma, a nenhum conjunto de propriedades semânticas mais amplo, ou seja, são consideradas aspectos semânticos ligados ao significado específico de alguns verbos, e não a classes ou subclasses. Como nosso objetivo é encontrar padrões que permitam previsões, fomos além dessas propriedades não-classificatórias para tentar encontrar, ao menos, algumas tendências que pudessem lançar alguma luz sobre o fenômeno. Além disso, como também já foi apontado, não há uma descrição exaustiva dessas propriedades não-classificatórias – ou seja, é possível que alguns verbos as aceitem mas que isso não esteja descrito na plataforma.

O método de testagem foi baseado em buscas na internet e, quando não foi possível encontrar registros na web, no julgamento do autor desta dissertação enquanto falante nativo de PB. Por exemplo, selecionamos o verbo *limpar* e buscamos na internet algumas construções do tipo tópico-sujeito em que essa palavra aparecesse. Encontramos algumas ocorrências como *Meu carro já limpou*, *Meu carro tá limpando* e *Meu carro limpou os bicos*, que nos mostraram que esse verbo permite construções sem o argumento externo e também a interpretação do tipo parte-todo. Fizemos essa testagem em um grande número de verbos, de diferentes classes, e chegamos a um quadro geral, que pode dar algumas indicações sobre a relação entre essas classes e o fenômeno do tópico-sujeito.

Não era nosso objetivo testar todos os verbos presentes na plataforma e nem mesmo determinar, de modo definitivo, a aceitabilidade de todas as sentenças. A ideia era mapear, de modo geral, as classes propostas a fim de encontrar padrões ou tendências.

Nesse mapeamento mais amplo, juntamos os três tipos de sentença de tópico-sujeito pois acreditamos que elas compartilham a mesma propriedade básica: a ausência do argumento externo. Não foi encontrada nenhuma classe cujos componentes, de modo integral, permitissem a boa formação de sentenças de tópico-sujeito (as que mais se aproximam disso são as classes dos *verbos de mudança de estado opcionalmente agentivos* e a dos *verbos de culminação: mudança de estado*). Em contrapartida, foram encontradas algumas classes que integralmente – ou quase integralmente – não licenciam esse tipo de construção. Quanto às subclasses, não foi encontrado nenhum padrão específico que seja relevante para os nossos objetivos.

Após o cruzamento desses dados, o panorama encontrado foi o seguinte:

(4.11) <u>Classes com uma significativa aceitação de sentenças de tópico-sujeito</u>

Culminação: mudança de estado (apodrecer, inflamar)
Causação: mudança de estado opcionalmente agentivos (quebrar, abrir)
Causação: mudança de estado não-agentivos (cansar, turvar)
Causação: mudança de estado de posse (sujar)[27]
Causação: mudança de estado locativo (infiltrar, encarcerar)

27 Segundo as autoras, verbos de mudança de estado de posse "denotam um evento em que um agente ou uma causa desencadeia uma mudança de estado no paciente, em relação a algo que passa a ficar em sua posse" (Cançado, Amaral & Meirelles, 2017). Por exemplo, em *A enxurrada / O menino sujou a calçada de barro*, a mudança de estado da calçada está relacionada ao fato de que agora ela "possui" barro.

Causação: mudança de lugar (ou verbos locativos) (engaiolar, empacotar)
Causação: mudança de posse (ou verbos de locatum)[28] (engessar[29])
Atividade: contato mediado por instrumento (afiar)
Culminação: mudança de lugar (chegar, cair)

(4.12) Classes que não participam de sentenças de tópico-sujeito

Atividade: internamente causados (inergativos)
Atividade: internamente causados com instrumento incorporado
Causação: estado psicológico (comover, atormentar)
Causação: transferência do tipo locatum (abençoar, patrocinar)
Estado: psicológicos (admirar, querer)

Essa divisão pode ser entendida da seguinte forma: há classes em que uma grande ou significativa porcentagem (próxima ou acima de 50%) de verbos licenciam algum tipo de tópico-sujeito – essas classes estão em (4.11); há, por outro lado, classes em que a totalidade – ou quase totalidade – dos verbos não permitem esse tipo de construção, ou elas são aceitas em contextos muito específicos ou com uma aceitabilidade questionável – elas estão em (4.12).

Na próxima seção, discutiremos essas diferenças, sob a perspectiva de que as classes em (4.12) apresentam, de maneira geral, propriedades associadas à impossibilidade do apagamento do argumento externo, enquanto aquelas em (4.11) permitem com mais facilidade essa ausência e, desse modo, a má formação de sentenças de tópico-sujeito estaria relacionada a questões referentes à impossibilidade de o evento denotado pelo verbo afetar dois elementos ao mesmo tempo, o que restringiria a interpretação de parte-todo ou agente-beneficiário.

28 Também de acordo com a plataforma, os verbos de mudança de posse (ou verbos de *locatum*) "denotam um evento em que um agente causa uma mudança de posse em um participante, que passa a ficar com algo cujo nome está contido no próprio verbo" (idem). Em *O médico engessou a perna do paciente*, um dos participantes passa a ficar com gesso.

29 Estamos aqui nos referindo a sentenças como *João engessou a perna*. Como apontam Cançado & Gonçalves (2016), sentenças como essa se diferenciam de frases como *O carro furou o pneu* por apresentarem um agente implícito (*João engessou a perna com um médico*); apesar dessa diferença, decidimos incluir esse tipo de dado pois, como será visto, nossa análise parte de uma propriedade mais ampla (o apagamento do argumento externo), que se verifica nesse tipo de sentença.

4.3 Propriedades semânticas relevantes para a boa formação de sentenças de tópico-sujeito

O cruzamento de dados de sentenças de tópico-sujeito com as classificações propostas pelo VerboWeb permite certas generalizações, as quais apontam para algumas tendências, que se encaixam naquilo que alguns autores, como Galves (1998), Avelar & Galves (2011) e Andrade & Galves (2014), já sugeriam: a primeira condição, do ponto de vista sintático, para a boa formação desse tipo de sentença é a ausência de argumento externo. Essa condição diz respeito a todos os tipos de tópico-sujeito analisados neste trabalho – o genitivo, o locativo, o benefactivo e o absoluto. Essa característica é necessária para que as operações sintáticas que produzem sentenças de tópico-sujeito sejam efetivadas e que haja uma interpretação aceitável do enunciado produzido.

Há, também, uma questão relacionada à capacidade de o evento denotado pelo verbo afetar dois elementos na mesma sentença (no caso dos tópicos-sujeitos genitivos e benefactivos, como em *A mesa quebrou o pé* e *O Fluminense faltou sorte no jogo*), ou de esse evento permitir a interpretação locativa do sintagma nominal pré-verbal, como em *Essas gavetas cabem muita coisa.*

Especificamente em relação aos verbos que mais comumente participam das sentenças locativas, como *aparecer, surgir* e *caber*, o VerboWeb não fornece, ainda, uma descrição detalhada. Desse modo, nossa discussão priorizará, em um primeiro momento, as sentenças absolutas, como *Meu carro tá lavando* e as genitivas, como *Meu carro morreu o motor*. A discussão sobre as sentenças locativas será retomada no final do capítulo.

Nesta seção, desenvolveremos a reflexão da seguinte forma: a primeira subseção tratará das classes de verbos que não permitem o apagamento do seu argumento externo, o que impede a formação de sentenças de tópico-sujeito de qualquer tipo; na segunda, discutiremos o fato de que certas classes são compostas por alguns verbos que aceitam e outros que não aceitam sentenças de tópico-sujeito – algo que está ligado a características mais específicas desses itens, que não compõem uma classe homogênea. Essa reflexão nos levará, finalmente, à última parte do capítulo, na qual discutiremos o papel dessas restrições semânticas na derivação sintática, à luz dos conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade.

4.3.1 A ausência do argumento externo

O que se percebe é que as classes que não participam das construções de tópico-sujeito são justamente aquelas que não permitem a ausência de argumento externo. Antes de analisarmos essa relação, cabe apontar para a única exceção a essa tendência: a classe dos *verbos de causação: estado psicológico*, composta por verbos como *preocupar* e *assustar*. Esses verbos, dentro da classificação assumida, são os únicos que, a despeito de permitirem a ausência do argumento externo, não são encontrados em dados de tópico-sujeito. Observe-se, por exemplo, as alternâncias abaixo:

(4.13) a. A partida do Vasco preocupou o rapaz.
b. O rapaz (se) preocupou (com a partida).
c. O palhaço assustou as crianças.
d. As crianças (se) assustaram (com o palhaço).

Esses exemplos mostram que esses verbos participam da alternância causativa-incoativa, de modo que se pode apagar o elemento que desencadeia o evento e o elemento afetado passa a ser o sujeito. De modo geral, essa condição parece suficiente para que seja possível a construção de sentenças de tópico-sujeito (especificamente do tipo genitivo). Porém, não se encontram verbos dessa classe em sentenças desse tipo (**? O rapaz preocupou a mente / *?As crianças assustaram o coração).* Como veremos na seção 4.3.2, essa impossibilidade se relaciona com outras questões, que não estão ligadas a aspectos da sintaxe (ou seja, que não estão relacionadas diretamente à não-projeção do argumento externo).

Feita essa ressalva, observa-se que todas as outras classes que não participam desse fenômeno têm propriedades lexicais associadas à impossibilidade do apagamento do argumento externo, que podem ser explicitadas a partir da análise das estruturas de decomposição de predicados propostas pelas autoras na plataforma.

Seguem abaixo, então, as estruturas de decomposição de predicados das outras classes que não participam das sentenças de tópico-sujeito, segundo as propostas de Cançado, Amaral & Meirelles (2017) (com exceção da classe *Verbos de estado: psicológicos*, que não conta, ainda, com uma estrutura proposta na plataforma. Usaremos como modelo a proposta de Cançado, 2012):

(4.14) *Verbos de atividade: internamente causados (inergativos)*

[X DO <EVENT>]

correr, cantar, nadar

[X DO <CORRIDA>]

(4.15) *Verbos de atividade: internamente causados com instrumento incorporado*

[X DO <thing> EVENT]

esquiar, patinar, apitar

[X DO <patins> PATINAÇÃO]

(4.16) *Verbos de contato com instrumento incorporado*

[[X ACT <thing>] ON Y]

abanar, esfaquear, chicotear

[[X ACT <faca>] ON Y]

(4.17) *Verbos de contato mediado por corpo*

[[X ACT <event>] ON Y]

abraçar, chutar, morder, socar

[[X ACT <soco>] ON Y]

(4.18) *Verbos de estado: psicológicos*

[X HAVE <THING> $_{\text{POR Y}}$]

amar, temer, odiar

[X HAVE <AMOR> $_{\text{POR Y}}$]

(4.19) *Verbos de causação: transferência do tipo locatum*

[[X ACT <event>] CAUSE [BECOME [<THING> TOWARD Y]]

amaldiçoar, subornar

[[X ACT <maldição>] CAUSE [BECOME [<THING> TOWARD Y]]

Com exceção de (4.19), que apresenta o predicado CAUSE relacionando dois subeventos, todas as outras estruturas apontam para o fato de que os verbos em questão são compostos de um único evento. Desse modo, mesmo verbos como os em (4.16),

(4.17), (4.18), que apresentam transitividade na sintaxe (*O ladrão esfaqueou a vítima* / *O menino chutou o colega* / *Luiza ama chocolate*), não permitem o apagamento do argumento externo sem marcações morfológicas que indiquem esse apagamento (como a passiva, por exemplo), pois o evento denotado pelo verbo depende de todos os participantes envolvidos. A ausência de um dos elementos impossibilita a construção do sentido completo do verbo, o que gera a má formação de sentenças como *A vítima esfaqueou*, com a interpretação de que a vítima foi esfaqueada por outra pessoa.

Pode-se, ainda, aludir ao fato de que, em (4.16) e (4.17), o argumento externo está associado a uma propriedade inerente ao próprio sentido do verbo. Em *patinar* e *socar*, por exemplo, a noção carregada intrinsecamente pelo verbo depende de propriedades do argumento externo – o uso de patins e a possibilidade de socar (a existência de um órgão que gere o soco).

Nesse sentido, pode ser isso que explica os verbos em (4.19), que apresentam dois subeventos, não permitirem o apagamento do seu argumento externo. A estrutura de decomposição de predicados dessa classe mostra que X age causando a transferência de alguma coisa para Y. A frase *A feiticeira amaldiçoou a menina* denota a ideia de que a feiticeira agiu de modo que o conteúdo de uma maldição fosse transferido para a menina. Na estrutura apresentada, *event* seria o evento no mundo lexicalizado pelo verbo (algo como *X pratica maldição e causa que o conteúdo dessa maldição seja transferido para a Y*).

Desse modo, não é possível excluir o argumento externo dessa estrutura (*A feiticeira*), pois o sentido do próprio verbo (ou seja, o evento de mundo descrito pelo verbo) está ligado diretamente ao agente – em outras palavras, o primeiro subevento, em que o argumento externo age, é onde o sentido do verbo se encontra, sendo impossível, portanto, o seu apagamento.

Quando comparamos essa estrutura com aquela proposta para os verbos de mudança de estado opcionalmente agentivos, como *quebrar*, que participam das construções de tópico-sujeito, o que se vê é que o sentido de *quebrar,* ou seja, *tornar-se quebrado*, está presente somente no segundo subevento, e não no primeiro:

(4.20) [[X ACT $_{(VOLITION)}$] CAUSE [BECOME [Y <*QUEBRADO*>]]]

Assim, o sentido do verbo, embora construído de modo complexo a partir de dois subeventos, pode ainda ser recuperado mesmo com o apagamento do primeiro subevento, uma vez que a raiz do verbo está associada ao segundo evento, de modo que o primeiro pode ser apagado no nível sintático. No caso dessa classe, ocorre a alternância causativa, em que o argumento externo é apagado e o interno é alçado à posição de sujeito, sem que se perca a ideia de *tornar-se quebrado*.

Dessa maneira, explica-se a má formação de algumas sentenças de tópico-sujeito por conta da impossibilidade do apagamento do argumento externo. Voltaremos a esse ponto quando refletirmos sobre a distinção entre os casos em que esse impedimento é de ordem sintática – ou seja, quando o impedimento se dá durante a derivação, por conta de operações bloqueadas pela própria gramática da língua – e quando ele é de ordem semântica – ou seja, quando ele decorre de uma impossibilidade ou dificuldade de interpretação da sentença pela alteração da estrutura argumental típica do verbo. Por ora, o que interessa é perceber que há classes compostas por verbos que não permitem esse apagamento e, com isso, não participam do fenômeno analisado.

Ao olharmos para as outras classes, ou seja, aquelas que licenciam integralmente ou parcialmente as sentenças de tópico-sujeito, o que se vê é que muitos desses verbos permitem o apagamento do seu argumento externo. Esse apagamento, de modo geral, é associado à possibilidade de o verbo participar da alternância causativa, que já foi explicada em capítulos anteriores (cf. Capítulo 1). Esses verbos são aqueles como *quebrar* e *amadurecer*, que denotam mudança de estado.

No entanto, existem verbos que não fazem parte dessas classes e que, ainda assim, permitem o apagamento do argumento externo, de modo que possa ocorrer o alçamento de um outro elemento à posição de sujeito. De acordo com a plataforma, essa é uma propriedade não-classificatória chamada de *alternância incoativa periférica*, que ocorre com alguns verbos transitivos agentivos em alguns contextos específicos, como quando o falante se refere ao evento sem tê-lo presenciado. As autoras dão como exemplo frases como *A louça já lavou* e *A sala já limpou*.

Dados como esse, os quais chamamos de *sentenças de tópico-sujeito absolutas*, vêm sendo atestadas com bastante frequência no PB, como mostram os já mencionados trabalhos de Negrão & Viotti (2010, 2011, 2012) e também o de Galves (1998). Outro trabalho que se relaciona com essa questão é o de Rezende (2016), em que a autora analisa sentenças absolutas na fala de crianças brasileiras. Alguns dos dados que

mostram que esse tipo de construção vem sendo produtiva no PB são os abaixo, retirados dos trabalhos das autoras:

(4.21) a. A revista tá xerocando.
b. Este prédio tá construindo desde que a casa da vovó vendeu.
c. O sanduíche nem engoliu.
d. O lápis tava apontando.
e. A cerca pintou.
f. O bilhete escreveu rapidinho.

Diante de dados como esse – mesmo aqueles presentes em Rezende (2016), que foram produzidos por crianças e que não são vistos com tanta frequência na fala de adultos (4.21d-f) – sugerem que essa alternância se mostra produtiva no PB, e que os verbos que dela participam são bastante numerosos, ainda que muitos deles, a princípio, não pareçam permitir o apagamento do desencadeador do evento.

Na subseção seguinte, discutiremos com um pouco mais de atenção as sentenças de tópico-sujeito genitivas, que são também licenciadas por verbos de diferentes classes – muitas vezes, como se verá, verbos que participam das sentenças absolutas, como *limpar* e *lavar*, também aparecem em dados do tipo genitivo. Passemos, então, à discussão sobre as restrições semânticas ligadas a esse tipo de construção que se relacionam com as propriedades lexicais dos verbos do PB.

4.3.2 A interpretação parte-todo

Antes de falarmos mais especificamente sobre as sentenças genitivas, cabe retomarmos o quadro das classes do VerboWeb em relação às sentenças de tópico-sujeito em geral.

Quando olhamos para as classes cujos verbos permitem no mínimo parcialmente a participação em sentenças de tópico-sujeito, temos ao menos dois tipos de classes diferentes: duas delas são compostas integralmente (ou quase) por verbos que permitem esse tipo de sentença, enquanto as outras apresentam maior variação, sem que haja um padrão muito claro. A visão geral, então, é a seguinte:

(4.22) Classes que permitem (quase) integralmente sentenças de tópico-sujeito

Culminação: mudança de estado (apodrecer, inflamar)
Causação: mudança de estado opcionalmente agentivos (quebrar, abrir)

(4.23) Classes sem um padrão definido em relação a sentenças de tópico-sujeito

Causação: mudança de estado não-agentivos (cansar, turvar)
Causação: mudança de estado de posse (sujar)
Causação: mudança de estado locativo (infiltrar, encarcerar)
Causação: mudança de lugar (ou verbos locativos) (engaiolar, empacotar)
Causação: mudança de posse (ou verbos de locatum) (engessar, mobiliar)
Atividade: contato mediado por instrumento (afiar)
Culminação: mudança de lugar (chegar, cair)

Se retomarmos as ideias de Munhoz (2011), percebemos uma concordância com os resultados apresentados em (4.21): verbos de mudança de estado que participam da alternância causativa participam das sentenças de tópico-sujeito genitivo, como sugere Munhoz (2011):

(4.24) a. A casca da banana apodreceu.
b. O calor apodreceu a casca da banana.
c. A banana apodreceu a casca.

(4.25) a. O carpinteiro quebrou o pé da mesa.
b. O pé da mesa (se) quebrou.
c. A mesa quebrou o pé.

No entanto, há algumas classes que se comportam de maneira não prevista pela autora. A classe de *mudança de estado não-agentivos,* por exemplo, é composta por verbos de mudança de estado que participam da alternância causativa. Porém, nem todos os verbos dessa classe parecem ser produtivos para construções de tópico-sujeito genitivo. Os exemplos em ‘a’ e ‘b’ estão presentes na plataforma VerboWeb:

(4.26) a. A poluição turvou a água do rio.
b. A água do rio (se) turvou.
c. O rio turvou a água.

(4.27) a. A brincadeira do menino cansou o cãozinho.
b. O cãozinho (se) cansou.
c. ? O cãozinho cansou as patas.

De modo inverso, a classe dos *verbos de causação: estado psicológico*, como *preocupar* e *atormentar,* apesar de ser composta por verbos que licenciam essa alternância, não permite as construções de tópico-sujeito genitivo:

(4.28) a. A chegada da filha preocupou a mãe.
b. A mãe (se) preocupou (com a chegada da filha)
c. ? A mãe preocupou a cabeça com a chegada da filha.

Para explicar essa situação, podemos retomar a noção de *alternância parte-todo*, uma das propriedades não-classificatórias propostas pela plataforma VerboWeb. Com efeito, a possibilidade da interpretação descontínua da relação de parte-todo ocorre com verbos específicos, que não compõem uma classe homogênea – daí, a ideia de propriedade *não-classificatória.* De acordo com Cançado & Gonçalves (2016, p. 20), “a alternância parte-todo só é possível quando o verbo seleciona como objeto (no caso dos verbos causativos), ou como sujeito (no caso dos verbos incoativos) um elemento que pode denotar a relação parte-todo, sendo essa uma restrição selecional do verbo”.[30]

Assim, verbos de mudança de estado causativos como *quebrar* ou incoativos como *apodrecer* podem selecionar argumentos que denotam uma parte de um todo:

(4.29) a. O carpinteiro quebrou <u>o pé</u> da mesa.
b. <u>A casca</u> da banana apodreceu.

Verbos como *preocupar, adoecer, engravidar* e *cansar*, por sua vez, apesar de participarem da alternância, não permitem essa seleção:

30 Tradução nossa para o trecho: “the part-whole alternation is possible only when the verb selects for an object (basically causative verbs), or a subject (basically inchoative verbs) that can denote a part-whole relation, this being a selectional restriction of the verb.”

(4.30) a. ? A chegada da filha preocupou a cabeça da mãe.
b. ? O pulmão do menino adoeceu.
c. ? A barriga da menina engravidou.
d. ? As patas do cachorro cansaram.

Desse modo, no caso dos verbos de mudança de estado psicológico (4.30a), toda a classe tem a tendência a não participar de construções de tópico-sujeito genitivas, já que essas mudanças afetam, em geral, o indivíduo como um todo (preocupar, atormentar, abalar etc). Em relação às demais classes de verbos de alternância, o que se pode afirmar é que, embora haja uma tendência de esses verbos aceitarem mais facilmente o apagamento do argumento externo, a relação de parte-todo depende do sentido do próprio verbo, como visto em (4.30b-d).

Porém, verifica-se que as construções de tópico-sujeito genitivas não ocorrem apenas com verbos de mudança de estado que participam da alternância causativa. Há verbos em outras classes, como na dos *verbos de atividade: contato mediado por instrumento*, que aparecem em alguns dados como:

(4.31) a. Meu carro limpou os bicos.
b. Meu carro lavou o motor.

Esses dados mostram que, apesar de não serem considerados verbos de mudança de estado e de não participarem da alternância causativo-incoativa (cf. Capítulo 1), esses verbos permitem a operação sintática que produz frases sem o argumento externo, com concordância entre o verbo e o elemento alçado à sua esquerda (características das sentenças absolutas) e, também, possibilitam a interpretação parte-todo típica das sentenças de tópico-sujeito genitivas.

Outros verbos que não são considerados de mudança de estado e/ou que não participam da alternância causativa mas permitem algumas construções desse tipo são *explodir, destruir, acabar, alinhar, xerocar, construir, cair,* entre outros. Os dados abaixo foram coletados em outros trabalhos sobre o tema ou encontrados na web:

(4.32) a. A moto explodiu o tanque.
b. Meu celular caiu no chão e destruiu a tela toda.

c. O jogo acabou o primeiro tempo 0 a 0.
d. Meu carro alinhou a direção ano passado.
e. A internet caiu a conexão.

O que esses dados podem sugerir, em conjunto com as análises sintáticas analisadas nos capítulos anteriores, é que, como o sistema gramatical do PB permite o alçamento de diferentes sintagmas nominais para a posição de sujeito, seja ele o argumento externo ou não, essa é uma possibilidade que existe, a priori, para derivações com quaisquer verbos. Desde que não haja a projeção do argumento externo e que haja outro sintagma nominal disponível na derivação, as operações de alçamento e concordância podem ser aplicadas e, gramaticalmente, a derivação é bem sucedida. Sob essa perspectiva, há verbos mais ou menos "favoráveis" à produção de uma interpretação aceitável após a derivação.

4.4 Concluindo

Em suma, a possibilidade de construção de sentenças de tópico-sujeito, seja ela genitiva, locativa, benefactiva ou absoluta – em outras palavras, a possibilidade de concordância verbal com um sintagma que não é o argumento externo (e nem o argumento interno de verbos inacusativos) – estaria condicionada, sintaticamente, à ausência desse argumento externo e à existência de outro sintagma nominal a ser alçado na derivação. Essa possibilidade, por sua vez, está relacionada a algumas propriedades semânticas dos próprios verbos, que, por questões de sentido idiossincrático, permitem ou não o apagamento desse elemento da sua estrutura argumental. Apesar de não ser possível mapear com precisão quais classes de verbos participam ou não das sentenças de tópico-sujeito, algumas classificações e descrições propostas pela plataforma VerboWeb permitem vislumbrar essa relação entre sentido idiossincrático e apagamento do argumento externo. Uma possibilidade de análise seria, a partir da decomposição de predicados, perceber que, em geral, verbos que apresentam algum tipo de modificador relacionado ao elemento que desencadeia o evento (um instrumento, por exemplo), tendem a impossibilitar a ausência desse elemento na sentença. Outra reflexão que pode ser feita a partir da análise das classes propostas na plataforma é que, como as sentenças de tópico-sujeito (especialmente as genitivas e as absolutas) focam em um

resultado, as classes que mais comumente permitem esse tipo de estrutura são aquelas que denotam alguma mudança de estado ou afetação de um objeto.

Além disso, relacionado ao que apontam Cançado & Gonçalves (2016), para que se formem sentenças de tópico-sujeito genitivas ou benefactivas aceitáveis na língua, o verbo deve ser capaz de selecionar argumentos que permitam a leitura necessária, o que não ocorre com todos eles, uma vez que alguns, por conta de seu sentido, selecionam apenas um todo como argumento, o que impossibilita a interpretação parte-todo ou benefactiva na sentença.

Assim, levando em consideração toda a discussão sobre a orientação para o tópico no PB, as ideias de Negrão & Viotti (2010, 2011) sobre a tendência ao apagamento da fonte de energia dos eventos nessa língua e as características sintáticas da posição de sujeito no PB, percebe-se que há, de fato, uma permissividade nessa língua em relação ao apagamento do argumento externo e ao alçamento de outros sintagmas à posição de sujeito, desde que o sentido idiossincrático do verbo não fique comprometido com essa ausência. Essas idiossincrasias, por sua vez, podem ser observadas nas propriedades não-classificatórias propostas pela plataforma, em especial a *alternância parte-todo* e a *alternância incoativa* periférica, que, apesar de parecerem mais frequentes do que o que a plataforma sugere, estão associadas a muitos dos verbos que participam do fenômeno tópico-sujeito.

Cabe, ainda, refletirmos sobre uma última questão: distinguir o papel da sintaxe e da semântica em relação à formação das sentenças de tópico-sujeito, ou seja, compreender melhor, dentro do modelo gerativista da arquitetura da linguagem, quando há problemas relativos à derivação sintática e quando há questões ligadas à interpretação semântica dos dados.

4.5 Uma última discussão: os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade em sentenças de tópico-sujeito

As reflexões acima apontam, então, para uma outra questão: quando afirmamos que uma sentença de tópico-sujeito é “mal formada”, a que devemos atribuir essa má formação? Seriam questões sintáticas – ou seja, problemas na derivação – ou questões semânticas – isto é, dificuldades ou impossibilidades de interpretação do sentido geral da frase?

Não buscamos um aprofundamento sobre a arquitetura da linguagem nem sobre o papel da semântica na derivação sintática. Esse é um tema que merece mais atenção e espaço para o seu desenvolvimento. O que propomos aqui é apenas uma reflexão, a partir das sentenças de tópico-sujeito, sobre as características do sistema gramatical do PB que permitem esse tipo de construção e as propriedades semânticas (lexicais ou de relação entre os sintagmas) que, muitas vezes, não produzem um sentido aceitável para o falante.

Nossa discussão se baseará, então, nos conceitos de *gramaticalidade* e *aceitabilidade*, que se referem a dois aspectos distintos ligados ao julgamento de dados linguísticos. Tomaremos como base o que diz Guimarães (2017), a fim de delinear brevemente esses conceitos.

De acordo com o autor, a *gramaticalidade* se refere à obediência às regras combinatórias da gramática de uma língua, enquanto *aceitabilidade* diz respeito ao julgamento concreto que falantes fazem sobre determinados dados. Sob essa perspectiva, a noção de *(a)gramaticalidade* pode ser vista como a (in)adequação de um dado a um conjunto de hipóteses teóricas elaboradas pelos linguistas, que tentam descrever as supostas regras combinatórias dos itens de uma língua. A *(in)aceitabilidade*, por sua vez, é a reação do usuário da língua aos dados, que pode ser influenciada por diversos fatores, como a própria agramaticalidade, mas também a memória, entonação, atenção, expectativas, entre outros. Os juízos de *(in)aceitabilidade*, portanto, são informações que podem ser utilizadas pelos linguistas na formulação de suas hipóteses acerca das regras sintáticas de determinada língua, ou seja, a respeito do que é *gramatical* ou *agramatical* em tal sistema. Essa distinção é importante pois nem sempre um dado considerado inaceitável pelos falantes é agramatical, mas o julgamento de inaceitabilidade pode ser uma pista para o linguista formular uma hipótese sobre uma possível agramaticalidade relacionada a esse julgamento.

Guimarães (2017) apresenta dois exemplos para ilustrar essa diferença (nesta seção, o símbolo ‘×’ antes da sentença indica inaceitabilidade, e o ‘*’, agramaticalidade):

(4.33) a. × O rato que o gato que o cão que o homem adestrou mordeu perseguiu comeu o queijo.

b. × Ideias verdes incolores dormem furiosamente. (Chomsky, 1955a)

Os enunciados acima são considerados inaceitáveis pelos falantes de português, embora sejam considerados, pelos linguistas, gramaticais. A inaceitabilidade do primeiro se deve a um problema de processamento, pois, ao longo do enunciado, o falante tem dificuldades em manter na memória de curto alcance as relações de agente e paciente presentes na frase. No âmbito da sintaxe, porém, as operações que geraram essa sentença são previstas pelo sistema gramatical da língua em questão: a frase *O rato que o gato perseguiu comeu o queijo*, aceitável pelos falantes, é formada pelo encaixamento de *que o gato perseguiu* em *O rato comeu o queijo,* o que mostra que essa regra gramatical é lícita no português. Segundo Guimarães (2017), portanto, não há, em princípio, nenhuma regra gramatical que impeça o encaixamento de mais uma oração nessa sentença: *O rato que o gato que o cão mordeu perseguiu comeu o queijo*. O que acontece é que, agora, o processamento das relações entre os sintagmas presentes no enunciado fica dificultado, o que gera uma estranheza e, consequentemente, a inaceitabilidade do dado.

Em (4.33b), mais uma vez, sintaticamente não há nenhum problema: a frase está na ordem canônica do português, com um sujeito acompanhado de adjetivos que o modificam, um verbo e um advérbio. A ordenação e as classes de palavras presentes nesse dado são perfeitamente gramaticais, pois seguem as regras sintáticas da língua em questão. A inaceitabilidade decorre, então, de um problema semântico: os significados das palavras, quando em relação umas com as outras, gera uma impossibilidade de interpretação – ao menos para o mundo em que vivemos, no qual ideias não podem ter cor e nem dormir, assim como algo com cor não pode ser incolor e, se algo dorme, não o faz furiosamente. Nesse caso, o fato que impede a aceitabilidade desse enunciado é de caráter semântico, mais especificamente relacionado ao sentido geral da frase.

Retomemos, então, as sentenças de tópico-sujeito, a partir dos três exemplos abaixo, que são, de modo geral, considerados inaceitáveis por falantes do PB:

(4.34) a. × Aquelas escolas trabalham muita gente.
b. × A Maria engravidou a barriga.
c. × O sanduíche engoliu errado.

De fato, ao que tudo indica nenhum falante de PB consideraria essas sentenças como bem formadas. A pergunta que nos fazemos é a seguinte: elas seriam também agramaticais? Seguindo a lógica apresentada anteriormente sobre a diferença entre

gramaticalidade e aceitabilidade, diremos que (4.34a) é inaceitável *e* agramatical, mas que (4.34b-c) são somente inaceitáveis, e não agramaticais, pois não parecem ferir nenhuma operação sintática que impossibilite a sua derivação.

Considerando-se a análise que propomos ao longo da dissertação, ou seja, a ideia de que a formação de sentenças de tópico-sujeito envolve o movimento de um sintagma para a posição de sujeito, vazia na sentença pela ausência de projeção do argumento externo, pode-se chegar a seguinte conclusão: (4.34a) fere as regras combinatórias da sintaxe do PB, uma vez que o argumento externo de *trabalhar* está projetado (*muita gente*), o que impossibilita a presença de *Aquelas escolas* na posição de sujeito gramatical.

(4.34b), por sua vez, apresenta um problema de outra natureza. Sintaticamente, essa frase parece respeitar as regras de derivação sintática do PB. Se retomamos algumas das propostas discutidas nos capítulos anteriores, como as de Avelar & Galves (2011) ou Toniette (2013), veremos que não há nada que impeça a derivação dessa sentença. Simplificando as propostas, o verbo *engravidar* não projeta argumento externo, o que possibilita o alçamento do subconstituinte *A Maria*, que é o todo referente a *a barriga*. Como o sistema gramatical do PB tem certas propriedades que permitem o alçamento e a concordância verbal de sintagmas que não são o argumento externo, essa derivação iria convergir sem problemas.

O problema parece estar, então, na interpretação que fazemos da frase como um todo. Por questões idiossincráticas de significado, verbos como *engravidar* denotam eventos que afetam um indivíduo como um todo, e não apenas uma parte dele, como apontado por Cançado & Gonçalves (2016) (cf. 4.3.2). Esse dado seria, então, inaceitável mas gramatical, se considerarmos as hipóteses sobre a derivação sintática desse tipo de sentença acima mencionadas.

Em relação a (4.34c), uma hipótese é tratar essa inaceitabilidade como, também, resultado de um problema de caráter semântico. Nesse caso, o que causa a estranheza seriam propriedades do significado do verbo *engolir* que dificultam a concepção do evento por ele denotado sem a presença do argumento externo.

Como foi visto na seção 4.2, há verbos, como *socar*, que pressupõe um contato entre o agente e o tema. O verbo *socar,* por seu próprio significado, denota um evento no mundo que é causado pelo contato de um agente com um outro elemento. Do mesmo modo, o verbo *engolir* pressupõe, também, que alguém faça passar algo pela *goela.*

Nesse sentido, a interpretação de sentenças com esses verbos sem a presença do argumento externo fica comprometida, mas isso não significa que elas sejam agramaticais, se levarmos em conta a definição de *agramaticalidade* assumida até aqui. Da mesma forma como ocorre em (4.34b), a derivação sintática de (4.34c) poderia ser realizada, uma vez que as condições para isso estariam sendo atendidas (a ausência do argumento externo, a possibilidade de alçamento do sintagma nominal *O sanduíche* e a concordância verbal). Assim, se considerarmos como essencial para a boa formação sintática de sentenças de tópico-sujeito somente a ausência de projeção do argumento externo, a "má formação" de sentenças como (4.33b-c) se refere a outro nível de análise que não o sintático.

Essa reflexão ganha força quando retomamos as ideias e dados apresentados por Negrão & Viotti (2010, 2011, 2012), que apontam para a possibilidade de o PB permitir o apagamento da fonte de energia (aquilo que desencadeia o evento), dando maior ênfase ao resultado obtido a partir do evento, que se realiza em posição pré-verbal. As autoras, inclusive, apresentam dados como *Eu fiquei com tanto medo que o sanduíche nem engoliu*, o que reforça essa hipótese e mostra que o PB parece realmente ter propriedades gramaticais que permitem esse tipo de operação sintática – o que geraria a inaceitabilidade seriam fatores para além da sintaxe, como a concepção de certas relações entre os sintagmas ou a estranheza pelo apagamento do argumento externo de certos verbos que, por sua natureza, têm sua interpretação prejudicada sem esse elemento.

Cabe, ainda, retomar as sentenças de tópico-sujeito locativas, que foram deixadas em segundo plano ao longo do capítulo, mas que também fazem parte desse fenômeno e, como as outras, estão relacionadas às mesmas restrições.

Tomemos como exemplo os dados abaixo:

(4.35) a. Essas gavetas cabem muita coisa.
b. × Essas camas deitam muita gente.
c. Essas ruas passam muita gente.
d. × Essas ruas quebram muito carro.[31]

O contraste entre (4.35a) e (4.35b) seria, então, de ordem sintática: a derivação de (4.35b) fica bloqueada pela presença do argumento externo *muita gente*, que impede que

31 No sentido de que "Muitos carros quebram nessas ruas", e não no de que as ruas causam danos aos carros.

a posição de sujeito esteja vazia para o alçamento de outro sintagma. Desse modo, além de inaceitável pelos falantes, essa frase é agramatical, pois desrespeita as regras de derivação sintática previstas.

Por outro lado, o contraste entre (4.35c) e (4.35d) parece ser de outra ordem. Seguindo as propostas de derivação mencionadas na seção, como a de Avelar & Galves (2011), essa sentença é bem formada do ponto de vista sintático: a ausência do argumento externo possibilita o alçamento de um outro sintagma para a posição de sujeito – nesse caso, o sintagma *Essas ruas*, que entra em relação de concordância por conta de propriedades do PB. A inaceitabilidade ocorre, portanto, por questões relativas ao significado da frase, provavelmente porque o significado de *quebrar* não pressupõe um locativo como parte do seu significado (ao contrário de *passar*). De qualquer modo, o que importa é perceber que é possível encarar essa inaceitabilidade como um problema pós-sintático, e não de derivação.

Assim, sob essa perspectiva, reiteramos a ideia de que, afinal, o que está em jogo nessas construções, do ponto de vista sintático, é a ausência do argumento externo. As questões semânticas são essenciais, por sua vez, para que seja possível interpretar satisfatoriamente as sentenças produzidas, colocando em xeque sua aceitabilidade.

No capítulo seguinte, revisaremos os principais pontos discutidos ao longo de toda a dissertação, retomando as reflexões mais importantes e apontando para possíveis discussões futuras.

CAPÍTULO 5
Conclusões e considerações finais

Este capítulo apresenta um resumo do que foi discutido ao longo dessa dissertação, dando destaque para os pontos mais importantes e apontando para futuras reflexões sobre o tema.

Discutimos na introdução e no capítulo 1 a importância de se chegar a uma definição mais precisa do que se considera um dado referente ao fenômeno do tópico-sujeito. Em um primeiro momento, apresentamos as sentenças cujo sujeito é um sintagma não-argumental, que é afetado ou tem uma relação locativo com o evento denotado pelo verbo. Diante da ideia de que esse fenômeno se refere a propriedades da posição de sujeito no PB, ampliamos o escopo do trabalho para além do que comumente se considera um dado de tópico-sujeito, e abarcamos, além de sentenças genitivas, locativas e benefactivas, como *O carro furou o pneu, Essa gaveta cabe muita coisa* e *O meu time faltou sorte na partida*, sentenças como *A revista xerocou* e *A casa tá construindo*, a que chamamos de *sentenças de tópico-sujeito absoluto*, seguindo a nomenclatura proposta por Negrão & Viotti (2011). Consideramos esse um movimento interessante pois todos esses dados são unidos pela mesma característica: o preenchimento da posição de sujeito, com concordância verbal, por um sintagma que não é o desencadeador do evento, mas sim o elemento afetado ou um locativo, havendo uma alteração da estrutura argumental básica do verbo sem a necessidade de marcas morfológicas na sentença.

Ao longo do capítulo 1, nosso objetivo foi o de tentar alcançar uma definição mais justa desse tipo de dado, a fim de que ficassem mais claras suas características principais. Com isso em mente, apresentamos um panorama histórico desse conceito em diferentes trabalhos, desde Pontes (1987) até os mais recentes, como Munhoz (2011), Andrade & Galves (2014) e Avelar & Galves (2011). Nesse percurso, relacionamos diferentes exemplos e definições, e chegamos a uma descrição que ressalta o fato de que, nessas sentenças, a ordenação sintática não reflete a relação entre os papeis temáticos pressuposta pela grade argumental do verbo – ou seja, em sentenças como *O meu celular quebrou a tela*, que apresenta uma linearização DP V DP, o papel temático atribuído ao sintagma pré-verbal não corresponde ao desencadeador do evento, como era de se esperar em sentenças com o verbo *quebrar* nessa ordenação. O que chama a atenção é que há o estabelecimento de concordância verbal com o sintagma inicial e não se encontram marcas morfológicas que indiquem a alteração da estrutura argumental

verificada. Pontuamos, ainda, que a interpretação dessas sentenças depende da possibilidade de haver uma relação genitiva, locativa ou benefactiva entre os DP's pré e pós-verbais, já discutida por Galves (1998), Munhoz (2011), Andrade & Galves (2014), Pilati, Naves & Lima-Salles (2017), entre outros.

O capítulo 2 continuou o processo de descrição dessas construções, e foi dedicado a caracterizar o sintagma pré-verbal dessas sentenças como um sujeito, e não como um tópico, uma vez que seu comportamento é muito mais próximo do primeiro que do segundo. Para tanto, comparamos o comportamento desse sintagma com o dos tópicos marcados no PB. Além disso, argumentamos que analisar esses sintagmas como sujeito permite compreender melhor a derivação sintática de sentenças de tópico-sujeito.

No capítulo 3, dando prosseguimento à analise sintática desse tipo de sentença, discutimos as propriedades sintáticas do Português Brasileiro que o diferenciam do Português Europeu. Sob essa perspectiva, apresentamos uma revisão bibliográfica de diversos trabalhos que lidam com esse fenômeno sob o ponto de vista sintático, e concluímos que o que está em jogo nessas sentenças são propriedades do PB relacionadas à posição de sujeito e ao sistema de concordância, que envolvem certas características ligadas à camada C da oração, como sugerem, ainda que com divergências, Avelar & Galves (2011), Munhoz & Naves (2013) e Toniette (2013). Não era nosso objetivo propor uma nova análise, mas sim apresentar diferentes visões que, de uma forma ou de outra, convergem para essa caracterização.

O capítulo 4, por sua vez, apresentou reflexões sobre propriedades semânticas dos verbos do PB, a fim de tentar identificar quais dessas propriedades seriam relevantes gramaticalmente para o fenômeno em questão. Partimos de algumas sugestões e generalizações já postas na literatura, especialmente as de Galves (1998) e Munhoz (2011), que destacam, respectivamente, a necessidade da ausência do argumento externo e a maior produtividade das sentenças de tópico-sujeito com verbos de mudança de estado que participam da alternância causativa (em contraste com as de tópico-sujeito locativo, que ocorreriam com verbos de outra classe, a dos inacusativos monoargumentais).

Não discordamos da ideia de que verbos da classe de mudança de estado que participam da alternância causativo-incoativo são mais produtivos para esses dados. Porém, consideramos que essa distinção perde de vista aquilo que de mais importante esse fenômeno pode evidenciar: o fato de que o PB apresenta estratégias singulares de preenchimento da posição de sujeito, e todas essas sentenças, sejam elas locativas,

genitivas, benefactivas ou absolutas, somente são possíveis devido a essa singularidade. Essa visão se baseia no fato de que há diversos exemplos que relativizam a generalização sobre a classe de verbos de mudança de estado, como *O jogo acabou o primeiro tempo 0 a 0, Minha internet caiu a conexão, Meu carro morreu o motor, Meu carro lavou o motor, Meu celular destruiu a tela*, entre outras. Esses verbos, como outros apresentados, não participam da alternância causativa e/ou não denotam mudança de estado, mas ainda assim permitem construções consideradas de tópico-sujeito.

Diante disso, refletimos sobre as características dos itens verbais que permitem o apagamento do argumento externo, mesmo quando esse item lexical não licencia uma contraparte inacusativa, como nos exemplos acima citados. Nesse percurso, lançamos mãos de algumas noções da Semântica Lexical, com base em Cançado & Amaral (2013) e Levin & Rappaport Hovav (2005), e nos baseamos nas descrições e classificações propostas pela plataforma online *VerboWeb*, organizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre Semântica Lexical da UFMG (NuPeS).

Nossa investigação identificou alguns padrões que se encaixam naquilo que defendemos: a propriedade que é de fato relevante para a boa formação dessas sentenças é a possibilidade do apagamento do argumento externo. Nesse sentido, com base na análise por meio da estrutura de decomposição de predicados (Levin & Rappaport Hovav, 2005; Cançado & Amaral, 2013), foi visto que as classes de verbos que, de modo homogêneo, não participam do fenômeno do tópico-sujeito são justamente aquelas ligadas a verbos inergativos ou a verbos cujo sentido está intimamente ligado a propriedades do agente ou desencadeador do evento.

Ainda sob essa perspectiva, quando observamos outras classes verbais, percebemos que muitas delas são compostas por alguns verbos que permitem e por outros que não permitem esse tipo de construção. Chegamos, então, à proposta de que esses impedimentos têm a ver com a propriedade do significado de alguns verbos, que podem, por exemplo, não selecionar argumentos do tipo parte-todo ou, ainda, dependerem mais ou menos da presença do argumento externo para terem o seu sentido completo interpretado.

Esse ponto nos levou, então, a uma reflexão sobre o papel da sintaxe e da semântica na boa formação de sentenças de tópico-sujeito. Delineamos uma breve discussão sobre os conceitos de gramaticalidade e aceitabilidade, no sentido de tentar mostrar que, ao adotarmos algumas das análises sintáticas propostas, como as de Avelar & Galves (2011) e Toniette (2013), uma grande parte das sentenças de tópico-sujeito

consideradas “mal formadas” (especificamente aquelas em que não há presença do argumento externo, como *Maria engravidou a barriga)* são, na verdade, dados gramaticais mas inaceitáveis, uma vez que, a princípio, não violam regras gramaticais previstas, o que significa que a derivação sintática pode ocorrer e que o que impede a interpretação das sentenças são aspectos semânticos, seja dos verbos envolvidos ou dos sintagmas em questão.

As sentenças de tópico-sujeito, portanto, constituem um fenômeno que pode ser bastante produtivo para que se empreendam análises sobre o sistema gramatical do PB e, também, sobre características semânticas dos itens lexicais da língua. Esses dados apontam para algumas especificidades do Português Brasileiro, ligadas à sua tendência para organizar o discurso para o tópico, o que suscita discussões sobre o funcionamento do seu sistema e, ainda, sobre a relação entre a semântica e a sintaxe, um campo que ainda pode ser mais explorado.

Referências Bibliográficas

AMARAL, L. **A alternância transitivo-intransitiva no português brasileiro: fenômenos semânticos.** Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

AMARAL, L.; CANÇADO, M. Alternância de transitividade com verbos agentivos em PB: a louça já lavou, a casa já vendeu, o caminhão já carregou. **Revista de Estudos da Linguagem**, vol. 25, n. 4, Belo Horizonte, 2017.

ANDRADE, A.; GALVES, C. A Unified Analysis for Subject Topics in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics** , Lisboa, v. 13, n. 1, p. 117-147, jan./dez. 2014.

ARAÚJO, E. A. **As construções de tópico do português nos séculos XVIII e XIX.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARAÚJO, E. As construções de tópico. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Ed.). **O português afro-brasileiro** . Salvador: UFBA, p. 231-250, 2009.

AVELAR, J. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga** , Rio de Janeiro, v.16, pp. 232-252, 2009.

Avelar, J. & Galves, C. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: **Textos Seleccionados, XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística** (A. Costa, I. Falé & P. Barbosa, editors), pp. 49-65. Lisbon: APL. 2011.

BERLINCK, R.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. Predicação. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do. (org.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, vol. III – a construção da sentença. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 97-188. 2009.

CÂMARA Jr, J. M. Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados - Vol I: Verbos de Mudança. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CANÇADO, M.; AMARAL, L. **Introdução à Semântica Lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Vozes, 2016.

CANÇADO, M; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. **VerboWeb: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro**. Banco de dados lexicais. UFMG, 2017. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/verboweb. Acesso em 30 de outubro de 2020.

CANÇADO, M.; GONÇALVES, A. Lexical Semantics: verb classes and alternations. In: WETZELS, L.; MENUZZI, S.; COSTA, J. **The Handbook of Portuguese Linguistics**. Willey/Blackwell, 2016.

CIRÍACO, L. & CANÇADO, M. A alternância causativo-ergativa no português brasileiro. **Matraga**, v. 16, n. 24, p. 216-231. 2009.

COSTA, I. O.; AUGUSTO; M. R. A.; RODRIGUES, E. S. Verbos meteorológicos flexionados no plural e a hipótese da inacusatividade biargumental: explorando a sintaxe do Português Brasileiro. **Veredas**: Sintaxe das Línguas Brasileiras, v. 18/1, Juiz de Fora, 2014.

COSTA, J.; GALVES, C. **Peripheral subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis**. 2001. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/COSTA_Jetal-Fase1a.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

COSTA, J. Orientação para o discurso importa? **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 123-143, jun. 2010.

DEAL, A. R. External Possession and Possessor Raising. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. C. **The Wiley Blackwell Companion to Syntax, Second Edition**. John Wiley & Sons, Inc. 2017.

DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. **Ensaios de Linguística**, n. 9, p. 9-48, Belo Horizonte, Dezembro, 1983.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. p. 107-128. Editora da Unicamp: Unicamp, 1993.

DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

GALVES, C. A sintaxe do Português Brasileiro. **Ensaios de Linguística**, n. 13, p. 31-50, Belo Horizonte, 1987.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 34, p. 19-31, 1998.

GUIMARÃES, M. **Os Fundamentos da Teoria Linguística de Chomsky.** Petrópolis: Vozes, 2017.

KATO, M. A. (1989). Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe?. **Cadernos de Estudos Linguísticos** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, n. 17, 1989.

KATO, M. A. Expletivos nulos e construções de tópico/sujeito no Português Brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 57, p. 7-21, Campinas, Jan/Jun, 2015.

KATO, M. A. e DUARTE, M. E. L. Mudança paramétrica e orientação para o discurso. Trabalho apresentado no **XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, Braga. 2008.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity**: at the syntax lexical semantics interface. Cambridge: MIT. 1995.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Argument Realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LOBATO, L. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: Silva, Denize Elena da (Ed.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cânone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 54-86.

LUNGUINHO, M. V. S. Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: SILVA, D. E (Org.). **Língua, gramática e discurso**. Goiânia: Cânone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 133-147.

MELO, E. A. S. **Construções de tópico sujeito**: um caso de mudança na expressão da posse externa do PB. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIYAGAWA, S. Topicalization. Gengo Kenkyu (Linguistic Research)**.** 152:1-29. 2017

MUNHOZ, A. T. M. **A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito: o caso dos sujeitos locativos.** 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

MUNHOZ, A. T. M.; NAVES, R. R. Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. **SIGNUM**: Estudos Linguísticos, n° 15/1, p. 245-265, Londrina, 2012.

NAGASE, E. I. **A inversão locativa no português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguísica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008. p. 179 – 203.

NEGRÃO, E,; VIOTTI, E. A estrutura sintática das sentenças absolutas no Português Brasileiro. In: **Linguística**. v. 23. 2010. p. 37 – 58.

NEGRÃO, E,; VIOTTI, E. A ergativização do português brasileiro: Uma conversa continuada com Carlos Franchi. In: DA HORA, D.; NEGRÃO, E. (Orgs.). **Estudos da linguagem. Casamento entre temas e perspectivas**. João Pessoa, PB: Ideia Editora Universitária, 2011. p. 37 – 61.

ORSINI, M. T.; VASCO, S. L. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. In: **Diadorim** – Revista de estudos linguísticos e literários –Revista do Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 2, 2007.

PAYNE, D. L.; BARSHI, I. External Possession: What, Where, How and Why. In: PAYNE, Doris. L.; BARSHI, Immanuel (org). **External Possesion**. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia, 1999.

PILATI, E.; NAVES, R. ; LIMA-SALLES, H. Uma análise unificadora para sujeitos inovadores (nulos e manifestos) na gramática do português brasileiro. **Revista da Anpoll**, n. 46, v. 1, p. 65-82, Florianópolis, Maio/Ago, 2018

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Pontes Editores, 1987.

REZENDE, C. **Sentenças absolutas no português brasileiro infantil: um estudo experimental.** 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.) **Elements of grammar**: Handbook in generative syntax. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

TONIETTE, H. F. N. **Concordância com sintagmas não argumentais em português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.